

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA



**Sou mesmo do bairro? Habitação social e processos de
realojamento no Concelho de Oeiras - O Bairro Dr. Francisco Sá
Carneiro - Laveiras-Caxias**

Ana Paula Campos Bica Pereira

Mestrado em Estudos Urbanos

Orientador(a):

**Doutora Teresa Costa Pinto, Professora Associada
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa**

Novembro, 2022

Sou mesmo do bairro? Habitação social e processos de realojamento no Concelho de Oeiras - O Bairro Dr. Francisco Sá Carneiro - Laveiras-Caxias

Ana Paula Campos Bica Pereira

Mestrado em Estudos Urbanos

Orientador(a):

**Doutora Teresa Costa Pinto, Professora Associada
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa**

Novembro, 2022

À minha querida Família

Agradecimentos

O realizar desta dissertação, foi sem dúvida um desejo antigo, que agora ao terminar deixa um misto de sentimentos e emoções.

Foram longas as horas de leitura, estudo, trabalho, muitas incertezas, mais inseguranças. Nem sempre nos sentimos compreendidos e é sem dúvida um processo solitário. Nem sempre tive a força necessária, muito menos a convicção de que estaria a realizar um trabalho com significado, como sempre foi a minha vontade.

Assim, cabe-me deixar nestas poucas linhas os meus agradecimentos. E o meu primeiro agradecimento tem de ser para a Professora Doutora Teresa Costa Pinto, sem a sua orientação, apoio, infinita sabedoria, disponibilidade e paciência, este trabalho nunca teria visto a luz do dia. Obrigada pelas nossas conversas, sempre que aconteciam lá ficava com um pouco mais de vontade e força (e inspirada).

Ao meu marido Paulo, pelo amor, apoio, paciência para me ouvir e ajuda preciosa com os nossos afazeres do dia-a-dia. Obrigada por me teres acompanhado e por teres partilhado comigo esta aventura. Não sei o que faria sem ti.

Aos meus filhos, João e Rita, por sentirem orgulho na vossa mãe, por acreditarem e por me verem como um verdadeiro exemplo. Acreditem, “o sonho comanda a vida”. Podemos realizar o que sonhamos, com esforço e trabalho.

À minha Mãe, por estar presente na minha vida, para me dar conversa e apoio, apoio incondicional. Espero que sintas orgulho.

Aos meus queridos colegas de trabalho, Mara, Cláudia e Rafael, obrigada pela paciência em me ouvirem, por partilharem as gargalhadas e brincadeiras, que foram um porto de abrigo para não perder a sanidade mental.

A todos os residentes no Bairro Dr. Francisco Sá Carneiro, que tão gentilmente me abriram as portas das suas casas, por partilharem comigo as suas vidas e as suas experiências. Foi uma verdadeira tomada de consciência. Muito, muito obrigada.

Obrigada a todos por me ajudarem a conquistar mais esta etapa. E que venha a próxima.

RESUMO

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, consagra a habitação adequada como um direito a um padrão de vida adequado e o seu acesso é um desafio global, devido ao aumento da população e às pressões causadas por este aumento.

Em Portugal, o problema da habitação vem de longa data e o problema dos bairros de barracas presentes, principalmente nas periferias dos grandes centros metropolitanos, foi um desafio a ultrapassar, não estando o problema da habitação resolvido.

Pretende-se analisar o contexto das políticas e programas habitacionais em Portugal, no pós 25 de Abril de 1974, utilizadas para a resolução desta questão, cruzando os problemas consequentes destes realojamentos com a segregação urbana que estes espaços sofrem, originando problemas de integração, de relações sociais e identidade neste contexto.

Utilizando a metodologia de estudo de caso, como objeto empírico para este estudo foi escolhido o concelho de Oeiras, tendo como objetivo específico o Bairro Dr. Francisco Sá Carneiro, em Laveiras-Caxias. Para a realização do estudo, efetuaram-se entrevistas biográficas a vários moradores que foram realojados no bairro, habitantes do concelho que habitavam nos vários bairros de lata existentes e locais degradados, através de duas modalidades, o arrendamento e a compra.

Pretende-se perceber através deste trabalho se o modelo de realojamento e a arquitetura realizada no bairro, constituíram ou não um modelo de sucesso, para que os seus moradores se sintam integrados e tenham desenvolvido um sentimento de pertença e de identidade para com o bairro.

Palavras-Chave

Políticas de habitação; Habitação social; Bairro social; Realojamento; Inclusão; Identidade; Pertença

ABSTRACT

The Universal Declaration of Human Rights, enshrines adequate housing as a right to an adequate standard of living and its access is a global challenge, due to the increase in population and the pressures caused by this increase.

In Portugal, the housing problem comes from a long time ago and the problem of the shantytowns present, mainly in the peripheries of the big metropolitan centers, has been a challenge to be overcome.

The aim is to analyze the context of the housing policies and programs in Portugal, after the 25th of April 1974, used to solve this issue, crossing the consequent problems of these resettlements with the urban segregation that these spaces suffer, originating problems of integration, social relations and identity in this context.

Using the case study methodology, the municipality of Oeiras was chosen as empirical object for this study, having as specific objective the Dr. Francisco Sá Carneiro Neighborhood, in Laveiras-Caxias. In order to carry out the study, biographical interviews were carried out with several residents who were rehoused in the neighborhood, inhabitants of the municipality who lived in the several existing shantytowns and run-down places, through two modalities, renting and buying.

The aim of this work is to understand whether the re-housing model and the architecture carried out in the neighborhood constituted a successful model, so that its residents feel integrated and have developed a sense of belonging and identity with the neighborhood.

Key Words

Housing policy; Social housing; Social Neighborhood; Relocation; Inclusion; Identity; Belonging

Índice

Agradecimentos.....	iii
RESUMO.....	v
ABSTRACT.....	vii
ÍNDICE DE FIGURAS	xiii
ÍNDICE DE QUADROS.....	xiv
ÍNDICE DE GRÁFICOS	xiv
LISTA DE ABREVIATURAS.....	xv
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1. HABITAÇÃO, POLÍTICAS SOCIAIS DE HABITAÇÃO E HABITAÇÃO SOCIAL.....	5
1.1. Habitação e habitação adequada	5
1.2. Políticas Sociais de Habitação e Habitação Social.....	8
CAPÍTULO 2. O PROBLEMA DA HABITAÇÃO E AS POLÍTICAS DE HABITAÇÃO EM PORTUGAL NO PÓS 25 DE ABRIL DE 1974	13
2.1. O problema da habitação	13
2.2. Políticas de Habitação Pós 25 de Abril.....	14
2.2.1. Exemplos de algumas Políticas e Programas de erradicação de barracas	18
2.2.1.1. SAAL – Serviço de Apoio Ambulatório	18
2.2.1.2. Programa de Apoio às Cooperativas de Habitação Económica (CHE)	20
2.2.1.3. Promoção Direta Municipal	21
2.2.1.4. PER – Programa Especial de Realojamento	22
CAPÍTULO 3. O REALOJAMENTO E O PROBLEMA DE INTEGRAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL NOS BAIROS DE HABITAÇÃO SOCIAL.....	25
3.1. Os problemas consequentes do realojamento	25
3.2. Os bairros sociais e a segregação urbana	28
3.3. Relações sociais, imagens e identidades em contexto de realojamento.....	30
CAPÍTULO 4. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO	33
4.1. Metodologia de investigação e definição dos instrumentos de pesquisa	33

CAPÍTULO 5. O PROBLEMA SOCIAL E DE HABITAÇÃO NO CONCELHO DE OEIRAS: ESTUDO DE CASO	
– BAIRRO DR. FRANCISCO SÁ CARNEIRO – LAVEIRAS	35
5.1. Enquadramento do Concelho de Oeiras	35
5.1.1. Evolução e características da população no Município de Oeiras	36
5.1.2. Indicadores económicos	37
5.1.3. Proteção Social	38
5.2. Problema social e de habitação no Concelho de Oeiras	39
5.2.1. Programas e políticas de realojamento e reinserção social - PER	43
5.2.2. Processos de realojamento e ação social desenvolvida	44
5.3. O Bairro Dr. Francisco Sá Carneiro – Laveiras/Caxias	44
5.3.1. “Ao Ritmo de Caxias”	44
5.3.2. O Bairro Dr. Francisco Sá Carneiro	46
5.3.3.1. Processo de ocupação do bairro e origem dos seus habitantes	49
5.3.3.2. Processo de realojamento	49
5.3.3.3. Programa de venda	49
5.3.3.4. Empreendimento Municipal de Laveiras- Caxias – A fase do PER	52
5.4. Entidades presentes no bairro – Grupos e Associações	53
5.4.1. Associação Cultural e Juvenil Batoto Yetu Portugal	53
5.4.2. Casa de São Bento	53
5.4.3. Arisco - Instituição Para A Promoção Social E Da Saúde	54
5.4.4. Maratona Clube de Portugal	54
5.4.5. Mundos de Papel/ PSP Caxias – Projeto Gira no Bairro	55
CAPÍTULO 6. ANÁLISE DOS RESULTADOS	55
6.1. Análise de dados pré-existentes sobre o bairro	55
6.2. Análise dos resultados das entrevistas	57
6.2.1. Perfil Social	57
6.2.2. Trajetória residencial	58
6.2.3. Satisfação com a casa e o com o bairro	60
6.2.4. Apreciação sobre o processo de realojamento	64
6.2.5. Apreciação sobre as mudanças ocorridas com o realojamento	68

6.2.6. Representações sobre o bairro	69
6.2.7. Sentimento de pertença e identidade com o bairro.....	73
CAPÍTULO 7. CONCLUSÃO.....	77
BIBLIOGRAFIA.....	83
ANEXOS.....	89
ANEXO A - GRELHA ANALÍTICA – DIMENSÕES DE ANÁLISE.....	91
Dimensões de análise.....	92
ANEXO B – GUIÃO PARA ENTREVISTAS BIOGRÁFICAS.....	93
Guião para entrevistas biográficas.....	94
ANEXO C – FICHA DE CARACTERIZAÇÃO BIOGRÁFICA – PERFIL SOCIAL.....	95
Ficha de caracterização biográfica dos entrevistados – Perfil Social	96
ANEXO D - FIGURAS	97
ANEXO E - QUADROS	107
ANEXO F - GRÁFICOS.....	119

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Municípios da Área Metropolitana de Lisboa (AML)	98
Figura 2. Limites administrativos	98
Figura 3. Foral de Oeiras	99
Figura 4. Localização dos núcleos de barracas - Concelho de Oeiras	99
Figura 5. Farol da Gibalta	100
Figura 6. Forte de São Bruno	100
Figura 7. Convento da Cartuxa - Caxias	101
Figura 8. Quinta Real de Caxias - vista panorâmica	101
Figura 9. Quinta Real de Caxias - Cascata	102
Figura 10. Bairro da Pedreira Italiana - Laveiras	102
Figura 11. Planta do Conjunto Habitacional de Laveiras - Caxias	103
Figura 12. Blocos com 2 andares	103
Figura 13. Blocos com 4 andares	104
Figura 14. Planta do piso 1 - prédio T2/T3 - Arquitetos Nuno Teotónio Pereira e Pedro Botelho	104
Figura 15. Monumento de homenagem a Francisco Sá Carneiro, autoria do artista Espiga Pinto	105
Figura 16. Conjunto Habitacional Laveiras-Caxias (PER).....	105
Figura 17. Bloco Habitacional	106
Figura 18. Remate de cornija	106

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Programas de apoio ao arrendamento e aquisição de habitação.....	108
Quadro 2. População residente em 2021	109
Quadro 3. População residente por município em 2020.....	109
Quadro 4. Índice de envelhecimento	110
Quadro 5. Nível de escolaridade no Concelho de Oeiras/ AML	110
Quadro 6. Trabalhadores por conta de outrem, por sector de atividade	111
Quadro 7. Trabalhadores por conta de outrem, segundo o nível de habilitações.....	111
Quadro 8. Trabalhadores por conta de outrem, segundo a profissão principal	112
Quadro 9. Indicadores do mercado de trabalho, por município	112
Quadro 10. Ganho mensal trabalhadores por conta de outrem, por sector de atividade.....	113
Quadro 11. Ganho mensal trabalhadores por conta de outrem, segundo a profissão principal	113
Quadro 12. Indicador Per Capita e Percentagem de Poder de Compra	114
Quadro 13. Indicadores de prestações sociais da Segurança Social, por município	114
Quadro 14. Beneficiários de subsídio de desemprego da Segurança Social, por município	115
Quadro 15. Políticas de habitação social no Concelho de Oeiras, 1943-2018	115
Quadro 16. Quadro de Tipologias.....	116
Quadro 17. Principais núcleos de origem das famílias realojadas.....	116
Quadro 18. Programa de Venda - valores de venda.....	117
Quadro 19. Avaliação das condições da casa atual	117
Quadro 20. Escalões Etários	118
Quadro 21. Local de Origem	118

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Fogos construídos pelo Sector Cooperativo (1952-1992).....	120
Gráfico 2. Construção de fogos de habitação social por período.....	120

LISTA DE ABREVIATURAS

CHE – Cooperativas de Habitação Económica

FFH – Fundo de Fomento da Habitação

IGAPHE – Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado

INH – Instituto Nacional da Habitação

PER – Programa Especial de Realojamento

RJCH – Regime Jurídico da Cooperação Habitacional

SAAL – Serviço de Apoio Ambulatório Local

INTRODUÇÃO

A função e a dimensão da habitação, assim como, o lugar central que ocupa, quer na reprodução das relações sociais, como no bem-estar individual, faz dela um tema dos mais complexos e suscetível das mais variadas análises, capaz de reunir diversas abordagens e várias disciplinas, da arquitetura, à sociologia, economia, urbanismo, antropologia, psicologia, etc..

O alojamento é visto como um bem fundamental à sobrevivência dos humanos, capaz de definir a sua relação com os objetos familiares e as suas relações de vizinhança. Pode-se talvez afirmar que habitar pode ser entendido como a satisfação de uma necessidade e o resultado de um modelo cultural.

A habitação tem um papel fundamental nas funções de abrigo, reprodução e de lazer, mas, para além de ser um espaço físico, onde se localizam relações microsociais, sentimentos individuais e coletivos, a casa é também “o lugar onde está em jogo o *status* social, a natureza das relações de produção e acumulação, a posição e relação de classe, o estatuto jurídico da propriedade, as desigualdades sociais e económicas subjacentes a um determinado modelo de sociedade” (Quintas, 2008). A habitação torna-se, para além de um bem básico de bem estar, num bem diferenciado, um objeto de mercado dependente de leis e conjunturas económicas que condicionam o mercado, e como tantos outros bens, suscetível de criar diferenciação social. É um bem diferenciado com toda uma gama de características no que respeita à sua qualidade (conforto, equipamento, tipo de construção, dimensão, localização, etc.), a sua forma (individual, coletiva, etc.) e o seu status institucional (casa alugada, casa própria, etc.), o que acaba por determinar os papéis, o nível e a filiação dos seus habitantes (*apud*, segundo Castells, citado por Quintas, 2008).

Apesar de se constatar a importância da habitação na organização da vida familiar, individual e social, a persistente incapacidade de muitas famílias terem acesso a este bem mostra a reduzida eficácia das políticas. A questão da habitação em Portugal não tem merecido a atenção e o esforço orçamental do Estado, como a saúde, educação, desemprego e segurança social têm tido (Serra, 2002). A habitação como um direito,¹ que não chega a toda a população, justifica o conceito de exclusão residencial, em que certos indivíduos e famílias são excluídas dos sistemas formais de aprovisionamento residencial, só tendo acesso a estruturas que não são adequadas para a fomentação de uma qualidade de vida individual ou social.

A intervenção do Estado em questões de habitação, quer seja pelos custos económicos, quer pelo efeito redistributivo que produz, é um domínio sensível das decisões públicas, por isso a sua intervenção tende a fazer-se no limite da sua inevitabilidade, quando as soluções dentro das lógicas de mercado não são possíveis. É aqui que o Estado surge como regulador de desequilíbrios sociais,

¹ Constituição da República Portuguesa, Artº 65.

procurando eliminar ou atenuar as condições habitacionais consideradas degradadas, insalubres e conseqüentemente intoleráveis, para a vida digna das populações (Quintas, 2008).

Em Portugal, as políticas sociais de habitação para as populações mais carenciadas surgem sobretudo após o 25 de Abril de 1974, quando o Estado procura assumir o papel de Estado-Providência.

Nos anos da ditadura, a intervenção do Estado na promoção direta de alojamento foi sempre diminuta e quase sempre não direcionada para os mais carenciados. Era uma política seletiva e limitada quanto ao público-alvo, destinando-se, na maior parte dos casos, aqueles que reuniam as condições económicas e morais para acederem à habitação, num modelo sustentado pela ideologia da “defesa da família portuguesa e dos seus valores cristãos” (Quintas, 2008). A habitação social planificada desta época teve como principal objetivo o de garantir na cidade a ordem tradicional da sociedade portuguesa, através da edificação de casas unifamiliares em bairros de casas económicas (Quintas, 2008). As políticas de habitação nunca foram prioridade do Estado nesta época, sendo bastante reduzidas e exíguo o seu efeito. Esta situação, aliada ao período de grande expansão do crescimento urbano em Portugal, fez surgir, com especial força nas décadas de 60 e 70 do século passado, os “bairros de lata”, particularmente junto aos grandes centros urbanos de Lisboa e Porto.

As barracas eram consideradas uma “chaga” aberta no tecido social e urbano e impunha-se a criação de condições de realojamento condigno para os que nelas habitavam. Apesar do esforço desenvolvido ao nível do apoio à construção de habitação a custos controlados e de diversos acordos de colaboração celebrados entre o governo central e as autarquias locais, o problema das barracas subsistiu, para além das várias situações de mau alojamento e sobrealojamento existentes (Decreto-Lei nº 163/93, 1993).

O Município de Oeiras, como um dos concelhos limítrofes da cidade de Lisboa, foi particularmente afetado pelo problema e estabeleceu a erradicação total de barracas a partir de 1986, definindo-a como objetivo estratégico e como primeira prioridade. A política de habitação foi incluída num conjunto mais complexo de opções, tendo como objetivo final o desenvolvimento social e urbano.

Pretende-se perceber com esta dissertação, como foram desenhados os programas de habitação social, tendo como objeto empírico o Bairro Dr. Francisco Sá Carneiro, em Laveiras-Caxias. Pretende-se analisar como se desenrolou o processo de realojamento e que efeitos teve em termos da capacidade de fixar população a longo prazo, gerando (ou não) sentimentos de pertença e de identidade com o bairro e com o local onde este se encontra inserido.

Para uma análise deste objeto empírico de análise, realizou-se uma série de entrevistas biográficas, de modo a ser possível traçar um perfil social dos entrevistados, a sua trajetória residencial, a satisfação para com o bairro, a sua apreciação sobre o processo de realojamento, a sua apreciação sobre as mudanças ocorridas com o realojamento, as representações do bairro e finalmente, o seu sentimento de pertença e identidade com o bairro, tendo como objetivo final

responder à questão de partida *“Tiveram as várias políticas habitacionais da autarquia de Oeiras capacidade de integrar, criar um sentimento de pertença e de fixar no Bairro Francisco Sá Carneiro a população realojada e a que aí adquiriu casa?”*

A dissertação encontra-se dividida em seis capítulos, de natureza teórica e empírica, de modo a ser possível responder à questão de investigação.

No capítulo 1 introduz-se uma reflexão sobre os temas da habitação, das políticas sociais de habitação e habitação social, partindo de alguns conceitos, como habitação e habitação adequada e fazendo uma análise sobre políticas sociais de habitação e habitação social.

O capítulo 2 faz o enquadramento ao problema habitacional e às políticas de habitação em Portugal no pós 25 de Abril de 1974, incluindo um pequeno enquadramento da situação habitacional do país antes deste período. Apresentam-se algumas políticas e programas de erradicação de barracas.

No capítulo 3 reflete-se sobre a problemática da integração sócio-espacial nos bairros de habitação social, abordando teoricamente os problemas consequentes ao realojamento, como a segregação urbana e a constituição de imagens e identidades negativas no contexto do pós-realojamento.

O capítulo 4 constitui a exposição dos procedimentos metodológicos utilizados durante o trabalho de investigação, recorrendo à realização de entrevistas biográficas, análise documental e estatística.

No capítulo 5 discute-se o problema social e de habitação no Concelho de Oeiras, fazendo um enquadramento ao concelho, através da análise de vários indicadores económicos e sociais. De seguida, introduz-se o problema social e de habitação no concelho, abordando-se as várias políticas e programas de realojamento social, processos de realojamento e ação social desenvolvida. Ainda neste capítulo apresenta-se o objeto de estudo, o Bairro Dr. Francisco Sá Carneiro, em Laveiras-Caxias.

O capítulo 6 apresenta a análise dos resultados, fazendo uma apresentação de dados pré-existentes sobre o bairro e, de seguida, a apresentação do resultado das entrevistas.

A dissertação termina com as conclusões finais, mostrando a resposta à pergunta de partida, esperando contribuir para um alargamento do conhecimento sobre o tema e lançar pesquisas futuras.

CAPÍTULO 1. HABITAÇÃO, POLÍTICAS SOCIAIS DE HABITAÇÃO E HABITAÇÃO SOCIAL

1.1. Habitação e habitação adequada

Como introdução ao conceito, pode-se afirmar que a habitação adequada foi reconhecida como parte do direito a um padrão de vida adequado, na Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948 e no Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais de 1966, este último ratificado por Portugal em 1976. Outros tratados internacionais reconheceram ou referem o direito a uma habitação adequada, (Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights) referindo a proteção e a privacidade. Estes documentos defendem que a habitação adequada deve consistir em mais do que quatro paredes e um telhado, incluindo segurança de posse (considera-se que a habitação não é adequada se os ocupantes não têm um grau de posse que lhes garanta proteção legal contra despejos forçados, assédio ou outro tipo de ameaças); existência de infraestruturas adequadas (a habitação não é considerada adequada se não possuir água potável, saneamento adequado, energia para cozinhar, aquecimento, iluminação, armazenamento de alimentos ou coleta de lixo); acessibilidade financeira (a habitação não é considerada adequada se o seu custo compromete ou ameaça o desfrutar de outros direitos humanos pelos seus moradores); habitabilidade (a habitação não é considerada adequada se não garantir segurança física que proteja contra os elementos ou se não fornecer espaço adequado, assim como a proteção contra outras ameaças à saúde e riscos estruturais); acessibilidade (a habitação não é adequada se as necessidades específicas de grupos desfavorecidos e marginalizados não for tomada em conta); localização (a habitação não é adequada se está separada de oportunidades de emprego, serviços de assistência médica, escolas, creches e outras instalações sociais, ou se estiverem localizadas em áreas poluídas ou perigosas); adequação cultural (a habitação é adequada se respeitar a expressão da identidade cultural) (Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights).

O acesso a uma habitação adequada é, assim, um desafio global, que cresce rapidamente com a urbanização. Cerca de um quarto da população urbana no mundo continua a viver em bairros de lata e em assentamentos informais. Cada vez mais o número de moradores urbanos, especialmente os que se encontram inseridos em grupos mais pobres e vulneráveis, vivem em condições precárias sem acesso a serviços básicos (Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights).

As múltiplas questões da habitação e consequentes problemas não têm sido suficientemente integrados nas políticas urbanas, tendo como resultado iniquidades e exclusões dentro das cidades.

Embora todos tenham direito a uma habitação adequada, um dos equívocos mais comuns é o de que o Estado tem obrigação de construir casas para toda a população. Embora quase todos os

Governos estejam envolvidos em programas de construção e promoção de habitação, este direito não obriga à disponibilização de habitação para todos. Este direito abrange medidas necessárias para prevenir o desalojamento, expulsões forçadas e a concentrar-se nas pessoas mais vulneráveis e marginalizadas. E é neste sentido que os Governos devem trabalhar e, sobretudo, criar uma legislação forte e políticas de habitação adequadas (Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights).

As Nações Unidas têm tratado o problema da habitação nas Agendas Habitat, tendo a última, A Nova Agenda Urbana (2016), reafirmado o compromisso dos Governos *“para o desenvolvimento urbano sustentável como um passo decisivo para a concretização do desenvolvimento sustentável de maneira integrada e coordenada a nível global, regional, nacional, subnacional e local, com a participação de todos os atores relevantes”*. A implementação da Nova Agenda Urbana contribui para a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável de maneira integrada, de modo a contribuir para a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as suas metas. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização (ODS) das Nações Unidas é constituída por 17 Objetivos, estando o ODS 11 direcionado para as cidades e comunidades sustentáveis, colocando como meta 2030, em que se deve *“garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e a melhorar as condições dos bairros de lata”* (Nações Unidas, s.d.).

O ponto 13 da Nova Agenda Urbana defende que as cidades e aglomerados urbanos devem exercer uma função social e ecológica no território, de modo a *“alcançar progressivamente uma concretização integral do direito à habitação condigna como uma componente do direito a um nível de vida condigno, sem discriminações, com acesso universal a água potável e saneamento seguros e economicamente acessíveis, bem como o acesso igualitário a todos os bens públicos e serviços de qualidade em domínios como a segurança alimentar e nutrição, saúde, educação, infraestruturas, mobilidade, transportes, energia, qualidade do ar e meios de subsistência”*. Um dos objetivos é assegurar economias sustentáveis e inclusivas, através da urbanização bem planeada, que inclua a alta produtividade, competitividade e inovação, que tenha como resultado emprego pleno e trabalho produtivo e condigno para todos. Um outro objetivo assenta na revitalização do planeamento urbano e territorial a longo prazo, de modo a otimizar a dimensão espacial da forma urbana e transmitir resultados positivos da urbanização (United Nations, 2016). Um dos compromissos assumidos é o do desenvolvimento urbano sustentável para a inclusão social e erradicação da pobreza. Para a implementação de todos os objetivos e compromissos assumidos pelos países, será necessário a realização de políticas aos níveis nacional, subnacional e local, integradas num planeamento e gestão participativos do desenvolvimento urbano e mecanismos de implementação efetivos, complementados pela cooperação internacional, assim como pelo esforço no desenvolvimento de

capacidades, incluído a partilha de boas praticas, políticas e programas entre governos e a todos os níveis (United Nations, 2016).

Relativamente à União Europeia, apesar de esta não ter competência direta sobre a política de habitação dos seus Estados-Membro, aderiu aos compromissos acordados na II Conferência sobre os Assentamentos Humanos – Agenda Habitat. No relatório produzido pela Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, em Dezembro de 2020, considera-se que o acesso a habitação adequada é um direito fundamental que deve ser considerado como condição prévia indispensável para o exercício de outros direitos fundamentais, assim como para o acesso aos mesmos e a ter direito a uma vida humana digna. O documento reforça a ideia que as autoridades nacionais, regionais e locais dos Estados-membros têm a obrigação de definir a sua própria política de habitação e de tomar as medidas necessárias para garantir o respeito deste direito fundamental nos respetivos mercados habitacionais, assim como garantir o acesso a uma habitação digna e a preços acessíveis, de acordo com os direitos fundamentais estabelecidos na Carta Social Europeia e no Pilar Europeu dos Direitos Sociais, na Carta Europeia dos Direitos Fundamentais e na agenda dos ODS das Nações Unidas (Parlamento Europeu - Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, 2020) .

Em Portugal, a Constituição da República Portuguesa prevê, no seu artigo 65º, que todos têm direito a uma *“habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto”*, de modo a permitir *“a intimidade pessoal e a privacidade familiar”* (Constituição da República Portuguesa, 2005). O ponto 2, do Artigo 65º, menciona que, para assegurar o direito à habitação, o Estado deve, entre outros, programar e executar uma política de habitação inserida em planos de ordenamento geral do território, apoiada em planos de urbanização que garantam uma rede adequada de transportes e de equipamentos sociais, assim como deve o Estado promover, em colaboração com as autarquias locais, a construção de habitações económicas e sociais. Deverá, também, adotar uma política de modo a estabelecer um regime de rendas compatíveis com os rendimentos familiares, bem como o acesso a habitação própria (Constituição da República Portuguesa, 2005). Embora tenham existido algumas alterações nas décadas seguintes, o Art. 65º manteve o seu sentido programático, de incentivar a Administração pública a assegurar o direito à habitação, mas não de forma necessariamente vinculativa, como ocorre noutros direitos constitucionais. Na revisão constitucional de 2001 o artigo foi alterado para *“Habitação e Urbanismo”* e o seu conteúdo incorpora questões como a habitação, o urbanismo e o ordenamento do território. Inclui-se também a questão da habitação nos artigos 72º (*“Terceira Idade”*) e 70º (*“Juventude”*) (Antunes, 2019).

O Artigo 65º foi vanguardista ao consagrar o direito à habitação, o que não ocorre noutras constituições europeias (mesmo em países que investiram no Estado Social na segunda metade do século XX), assim como tendo em consideração preocupações com a rede de transportes e equipamentos sociais e ainda com a necessidade de apoiar as iniciativas das comunidades locais,

autoconstruções, cooperativas de habitação e “*políticas tendentes a estabelecer um sistema de renda compatível com o rendimento familiar*” (Antunes, 2019).

Para Freitas (Marques, 2012), a habitação insere-se num “*território polissémico, movediço, escorregadio, prolixo em perplexidades e tensões permanentes, objeto de lutas hegemónicas de poderes na sua apropriação pelos diversos saberes*”. A casa é um bem de consumo que cumpre a função de património familiar, abrigo e lazer, mas a sua dimensão é muito superior, tendo um significado de património que confere status social, determinante de classe e elemento fundamental para o desenvolvimento da identidade dos residentes (Antunes, 2018).

As questões da habitação não definem um objeto específico de nenhuma ciência, mas marcam presença num número cada vez mais diversificado de abordagens científicas e técnicas, é um assunto global, é uma questão transversal a todas as estruturas sociais e padrões culturais, o acesso à habitação é um dos elementos mais persistentes da história (Marques, 2012). Também não é um problema exclusivo do nosso tempo, mas é a partir do século XVIII que o problema social do acesso à habitação se torna premente como um dos assuntos mais importantes no processo de urbanização da sociedade humana. A Revolução Industrial levou a transformações profundas na distribuição da população no território, os lugares de grande concentração da indústria transformaram-se em centros de aglomeração populacional de rápido crescimento e desenvolvimento, provocando um aumento substancial da população, que leva a uma procura de habitação a um ritmo nunca antes testemunhado (Marques, 2012). Resolver o problema de habitação torna-se, então, uma questão social determinante no planeamento das cidades, começando a entrar na prática da política administrativa o tema do alojamento para as classes mais desfavorecidas, exigindo ao Estado a garantia de providenciar habitação com o mínimo de condições, independentemente da capacidade económica dos seus destinatários (Marques, 2012).

1.2. Políticas Sociais de Habitação e Habitação Social

A origem do termo política deriva do grego *politiké*, resultante da união de duas outras palavras, *polis*, termo que significa cidade e *tikós*, que significa o bem comum dos cidadãos, assim *politiké* significava o governo da cidade para o bem comum de todos os cidadãos.

O surgimento da política acontece na Grécia Antiga, após a formação das primeiras Cidades-estado e da necessidade de se encontrar um sistema de organização para o funcionamento das mesmas.

A política é uma realidade mutável e em constante transformação, é uma atividade humana que tem que se fundamentar na conquista e na manutenção do poder, tendo por objeto a governação de uma comunidade humana, com vista à realização do seu bem comum (Amaral, 2014). Uma política será o que um governo escolhe fazer ou não, tendo em conta as suas capacidades financeiras e as suas

opções políticas. As políticas de foro social podem tratar de vários assuntos, que vão da saúde, à velhice, desemprego, exclusão social, família ou habitação, sendo esta última o foco do presente trabalho.

As políticas sociais têm como objetivo fundamental responder a situações de desigualdade social, na sua maioria estão relacionadas com fenómenos de pobreza e de exclusão social, remetendo para um entendimento de proteção social. Esta promove um conjunto de mecanismos ou serviços que visem a previdência, assim como desenvolve um conjunto de ações de carácter mais social ou assistencial (Rodrigues, Samagaio, Ferreira, Mendes, & Januário, 1999).

As políticas sociais em Portugal e as preocupações com a proteção social tiveram o seu percurso evolutivo, do qual se podem destacar dois períodos históricos, divididos por um acontecimento fundamental, a Revolução de 25 de Abril de 1974. Anteriormente a 1974 imperam as políticas sociais desenvolvidas pelo Estado Novo nos seus últimos anos e a partir de 1974, sendo o enfoque na transição democrática e a adesão à União Europeia, as políticas sociais como resultado uma melhoria acentuada nas políticas de proteção social (Rodrigues, Samagaio, Ferreira, Mendes, & Januário, 1999).

Para Antunes (2018), entende-se por política social de habitação a confluência das medidas da administração pública que atuam no acesso à habitação, designadamente as políticas de habitação social, arrendamento e reabilitação urbana, assim como outras medidas de carácter temporário, como as isenções de contribuição predial. No âmbito da definição de políticas de habitação social, em Portugal, apenas a partir de 1918 surge legislação que envolve diretamente o Estado neste domínio e só a partir de 1933 se clarifica a intervenção na área da habitação social (LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2011).

Podem-se identificar dois tipos de ações nas políticas sociais de habitação, a promoção direta e a promoção indireta. A promoção direta pretende responder à falta de habitação adequada e oferecida pelo mercado, perante a procura existente, o que corresponde a uma atitude de intervenção da administração pública, ligada à construção de edifícios ou à aquisição de edifícios ou frações no sector privado, para posterior arrendamento social (Antunes, 2018).

A promoção indireta apresenta uma maior diversidade de instrumentos, particularmente a criação de incentivos para promover a construção de habitação por privados. Nestas circunstâncias, a promoção indireta exige uma maior articulação entre o sector público e o privado, em que o primeiro concede ao segundo subsídios à construção, facilidades no acesso ao crédito e à propriedade fundiária e vários benefícios de ordem fiscal e tributária, que têm como contrapartida a construção de habitação social, com limites máximos para a venda ou arrendamento. A promoção indireta pode ainda intervir no mercado de arrendamento atribuindo subsídios, com o congelamento de rendas, condicionando despejos, limitando a atualização de rendas, obrigando à renovação de contratos, ou ainda proporcionando apoios para a aquisição de casa própria (Antunes, 2018).

O problema da habitação é essencialmente um problema das cidades, estando relacionado com o facto de certos grupos sociais não deterem propriedades e é genericamente um problema urbano, decorrente dos processos de crescimento urbano e da *“industrialização do fabrico de habitações”*, tendo o Estado um papel de peso (Baptista, 1996). Ao produzir habitação, o Estado pode *“ordenar socialmente as populações graças à classificação”*, seleccionando as áreas de habitação.

A promoção de habitação social faz parte de uma das estratégias adotadas pelo Estado, de modo a proporcionar aos cidadãos menos favorecidos habitação que se diga condigna e a reduzir o fator exclusão relativamente à população geral. Nas sociedades democráticas a ação do Estado não é apenas uma forma de providência, mas também um exercício de cidadania e um meio de inserção dos grupos mais desprivilegiados, reforçando laços sociais (Augusto, 2000).

Até ao início da década de 1980, não existia uma definição jurídica de *“habitação social”*, razão pela qual as diversas políticas habitacionais e as entidades públicas que tratavam da matéria nem sempre concordavam sobre o custo e a qualidade construtiva deste tipo de habitações (Antunes, 2018). O conceito fica tratado com a publicação da Portaria nº580/83, de 17 de Maio, que define habitação social da seguinte forma:

“São consideradas habitações sociais as habitações de custos controlados promovidos pelas Câmaras Municipais, cooperativas de habitação económica, pelas instituições particulares de solidariedade social e pela iniciativa privada com o apoio financeiro do Estado e destinadas à venda ou arrendamento nas condições de acesso estabelecidas no presente diploma” (Ministério da Habitação, Obras Públicas e Transportes, 1983).

No início do século XX, a salubridade urbana e saúde pública, a habitação para as classes trabalhadoras, a moralidade e a produtividade laboral eram problemas chave, que levavam os governos a procurarem formas de conciliarem o bem público com o interesse privado, tendo como fatores de intervenção a pressão da industrialização e a urbanização crescente das populações. Em Portugal, o primeiro instrumento legislativo relacionado com o incentivo de construção de habitação económica é assinado pelo governo de Sidónio Pais, as *“Casas Económicas”* (Decreto nº 4137, de 24 de Abril de 1918), tendo sido pioneiro ao estabelecer as providências relativas à construção de casas económicas (Antunes, Lúcio, Soares, & Julião, 2016) oferecendo vantagens aos particulares, cooperativas, associações de socorros mútuos, instituições de assistência ou previdência, camaras municipais e instituições do Estado, para a construção de conjuntos habitacionais com as devidas condições de salubridade e preços baixos (Agarez, 2018). A execução das várias medidas lançadas pela Primeira República não obteve efeito desejado, mas foram fundamentais para a promoção da discussão relativa à habitação.

Posteriormente, a Ditadura Militar preferiu promover o livre funcionamento do mercado imobiliário e de arrendamento, sem intervir diretamente na promoção da habitação. O Estado Novo

baseou as suas políticas na promoção direta de habitação social, tendo alterado a sua preferência mais tarde para políticas que apoiavam o investimento através de entidades assistencialistas, semipúblicas e privadas, de modo a satisfazer o funcionalismo público e a classe média, em detrimento das populações mais carenciadas (Antunes, Lúcio, Soares, & Julião, 2016). As políticas de habitação durante este período, tiveram essencialmente o objetivo de exercer controlo social sobre os funcionários públicos e a população em geral e, sobre esta perspetiva, neste período foram construídos conjuntos habitacionais públicos para funcionários públicos (professores, policia, burocratas do regime, etc.) (Malheiros, Ferreira, Carreiras, Amilcar, & Raposo, 2016).

A construção do que se designa por “bairro social” somente se iniciou em 1933, em Lisboa, com a construção dos bairros do Arco do Cego e Ajuda. O Estado Novo retoma esta ideia de bairro social e reenquadra o conceito no âmbito do Programa das Casas Económicas. No período do Estado Novo podem destacar-se vários programas de promoção pública de habitação, tais como o já mencionado Programa das Casas Económicas (anos 30 e 40), Casas para Famílias Pobres (1945), Casas para Desalojados das Ilhas do Porto (1946), Casas de Renda Limitada (1947), Casas para Pescadores (1956), Auto-Construção (1962). Os bairros então construídos foram essencialmente constituídos por moradias em banda, unifamiliares (LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2011).

A política do Estado Novo teve como maior preocupação o assegurar das condições de viabilização da atividade do setor privado. A política habitacional desta época visava principalmente a classe média, embora incorporasse um discurso dirigido às classes trabalhadoras (LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2011), sobretudo aos apoiantes do regime, como ficou expresso no discurso de Pedro Theotónio Pereira na inauguração do Bairro do Arco do Cego em Março de 1935, ao mencionar que as casas concluídas seriam entregues a famílias que seriam merecedoras de “*justo prémio*” por se integrem “*no espírito de paz social baseada nos princípios da ordem nova*”, e por demonstrarem “*entusiasmo e lealdade*” pelo novo regime, demonstrando que estas casas não seriam para os mais necessitados, mas para os apoiantes do regime (Agarez, 2020).

Até meados dos anos 60 do século XX, a política de habitação “*caracterizou-se por objetivos de cariz políticos e ideológicos (normalização, afirmação do Estado e da sua capacidade de providencialismo social)*” (LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2011). Durante a década de 60 verifica-se um ligeiro aumento na produção de habitação, sem nunca conseguir corresponder às verdadeiras necessidades do país, porque paralelamente ao processo de industrialização moderna que começava a despontar, deu-se um aumento significativo do processo de urbanização, levando ao aumento da especulação imobiliária, impulsionada sobretudo por grandes grupos económicos (LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2011).

A grande alteração, relativamente à promoção de habitação social, dá-se a partir de 1987, com a constituição de um programa nacional de apoio municipal ao realojamento para as famílias que

residiam em barracas (Decreto-Lei nº 226/87, de 6 de Junho). Relativamente à construção de bairros sociais, esta tem levantado algumas dúvidas relativamente à eficácia e eficiência das políticas de habitação social. A maior parte das edificações produzidas no âmbito dos programas de realojamento, sobretudo nas Áreas Metropolitanas, caracterizou-se pela construção massiva de alojamentos e pela concentração territorial de uma grande densidade populacional (LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2011). Vários autores chamam a atenção para a forma como estes espaços são concebidos, construídos e inseridos na malha urbana levando a um comprometimento dos objetivos de integração e inserção urbana dos grupos alojados nestes locais (Augusto, 2000). Regra geral, estes espaços foram construídos periféricamente, de forma descontínua em relação ao crescimento urbano, levando por vezes a processos de guetização.

Para Nuno Teotónio Pereira (1969) a construção não deveria tratar-se apenas de uma questão de quantidade para fazer face aos problemas habitacionais existentes, mas deveria implicar alterações estruturais, transformar os conjuntos urbanos em locais equilibrados, organizados, equipados e conectados. Para Isabel Guerra (1994), a crise das cidades identifica-se com a origem dos bairros degradados, responsáveis pela criminalidade e insegurança urbana, tornando-se necessário uma avaliação aos pressupostos desta situação, de modo a ser possível uma solução. Considera as construções dos anos 60 e 70 fracassos, tanto pelo estilo arquitetónico (reconhecendo a “*boa intenção dos projetistas*”), como pelas soluções urbanísticas, tendo como resultado o aumento de fenómenos de exclusão social e dificuldade de acesso ao mercado de trabalho por estas populações. Ao mesmo tempo que surgiram estes fenómenos de exclusão, aumenta a emigração, o que provoca uma heterogeneidade cultural nos bairros.

O problema do realojamento é um problema social devido à concentração num mesmo espaço de uma população “*socialmente homogénea*”, o que pode levar a problemas de segurança e a estigmas sociais. Acabam por assumir “um estatuto desviante” ao interiorizarem uma imagem pública socialmente desfavorável (Guerra, 1994). Estudos efetuados tentam perceber o porquê da população realojada demonstrar uma falta de capacidade de alterar o seu modo de vida, ligando a imagem do local onde anteriormente moravam ao da sua nova residência (Pinto & Gonçalves, 2000).

CAPÍTULO 2. O PROBLEMA DA HABITAÇÃO E AS POLÍTICAS DE HABITAÇÃO EM PORTUGAL NO PÓS 25 DE ABRIL DE 1974

2.1. O problema da habitação

Nas palavras de Ricardo Costa Agarez (2018), a história da conceção e realização das políticas de habitação no nosso país é a história da urbanização do país e da construção dos principais centros urbanos. Esta decorre do lançamento e realização, ou não, de iniciativas públicas (levadas a cabo pelo governo central ou pelas autarquias), com a participação, ou não, de entidades privadas, dirigidas essencialmente à população de menores recursos económicos.

Os anos 60 do século XX foram caracterizados pelo aumento do número de bairros informais e habitação precária nos principais centros urbanos (especialmente Lisboa e Porto) devido aos fluxos migratórios do campo, aos quais se vão juntar, a partir de meados da década de setenta, a migração oriunda das ex-colónias, expondo as enormes carências urbanas a nível habitacional e da rede de equipamentos sociais e de infraestruturas (Santos, Teles, & Serra, 2014), não tendo sido o Estado capaz de ajustar as suas políticas habitacionais às novas exigências. As periferias emergentes vão tornar-se locais para a construção clandestina. Com muito terreno disponível, os concelhos próximos de Lisboa e do Porto, vão começar a receber muito deste tipo de habitação e paralelamente à construção de habitações do mercado privado legal, aumentava o loteamento e a construção clandestina, impunemente promovida por loteadores que adquiriam grandes áreas rústicas na periferia e os loteavam a preços acessíveis à população com mais fracos rendimentos.

O mercado informal de habitação surge como o modo de muitos migrantes sem grandes possibilidades económicas conseguirem resolver o seu problema de habitação, e o que é verdade é que o Estado nunca se preocupou verdadeiramente em acionar mecanismos legais que impedissem este tipo de desenvolvimento e expansão do movimento clandestino em torno da habitação, pois a construção clandestina possibilita baixar os custos da reprodução da força de trabalho, ao nível da habitação, ao nível do equipamento e infra-estruturas, oferecendo aos capitais privados o benefício de uma força de trabalho urbana, sem grandes encargos (Quintas, 2008). Os “clandestinos” permitem ainda ao Estado um investimento na oferta de bens públicos com taxas rápidas de crescimento urbano a par de taxas mais reduzidas de formação de capital fixo, ou seja, o Estado fica com maior liberdade económica para investir em outras áreas, consideradas de maior prioridade. Finalmente, a consolidação da construção clandestina permitiu que determinados proprietários fundiários e promotores imobiliários tirassem partido, economicamente, da disponibilidade de grandes parcelas de terreno rural, que tinham deixado de ser utilizados na exploração agrícola (pouco rentável) e que, também, detinham uma urbanização legal problemática ou impossível (Quintas, 2008).

A construção clandestina também apresentava vantagens para os ocupantes, pois, representava o acesso a habitação própria, a que não teriam acesso no mercado de habitação formal e, como esta população era basicamente originária de zonas rurais em decadência, à procura um novo emprego na indústria, na construção civil ou nos serviços dos centros urbanos, transportava consigo a ideia da casa e a natureza das relações sociais dos meios rurais. Desta forma, a proliferação deste tipo de mercado foi também alimentado pela vontade de aquisição de habitação unifamiliar, enraizada nestas pessoas, através do estilo de vida ruralizado. Esta vontade encontra-se patente no estudo “Perfil Social e Estratégias do Clandestino”, realizado em 1985, onde, para alguns dos entrevistados o ênfase é colocado no facto de ficarem possuidores de uma moradia com quintal, capaz de um regresso às suas origens. Pode-se também destacar a representação de que o bairro de moradias, mesmo sendo clandestino, fornece uma hipótese de criação de um meio espacial e social mais valorizado que o bairro social (Ferreira, Guerra, Matias, & Stussi, 1985)

Mesmo assim, nesta altura, o país registava um défice habitacional de 500 000 fogos e um parque habitacional degradado (Malheiros, Ferreira, Carreiras, Amilcar, & Raposo, 2016), acrescido da necessidade de recuperar e beneficiar cerca de 300 000 fogos degradados e com equipamentos em falta, para além da construção das respetivas infraestruturas necessárias para os conjuntos clandestinos construídos (Ferreira (coord.), 1993). Tendo em conta este cenário e as políticas habitacionais realizadas até ao 25 de Abril de 1974, em meados dos anos 70, a situação habitacional era desastrosa e só viria a ser corrigida já em plena democracia com a implementação de novas políticas habitacionais (Antunes, Lúcio, Soares, & Julião, 2016).

2.2. Políticas de Habitação Pós 25 de Abril

Quando chega a Revolução de 25 de Abril de 1974, muitas eram as deficiências no que respeita às políticas sociais, nomeadamente, a criação de políticas sociais de habitação que pudessem colmatar as condições precárias da população urbana portuguesa (Antunes, 2018). Alguns programas de habitação, de pequena dimensão e com pouco alcance social, tinham sido lançados nas áreas urbanas de maior crescimento do país, Lisboa e Porto (Pinto, 2021), com realizações promovidas ao abrigo de legislação específica, dando lugar ao aparecimento de gabinetes técnicos responsáveis pela realização dos projetos (Agarez, 2018). O problema da habitação inclui-se nas principais reivindicações da população portuguesa, sobretudo nas duas maiores cidades do país. Ocorreram dezenas de ações populares e manifestações, exigindo-se melhores condições de vida e que acabaram por trazer o problema da habitação para uma primeira linha (Antunes, 2019). Das ações tomadas a cabo pela população na altura, destaca-se a ocupação de casas devolutas, que se traduziu num dos “*fenómenos urbanos mais singulares do pós-25 de Abril*” (Antunes, 2019). Estima-se que tenham sido ocupados 1 500 domicílios públicos, sendo os ocupantes na sua maioria oriundos de bairros de habitação

precária. A maioria dos edifícios ocupados não estavam concluídos, existindo muitas das vezes apenas a estrutura do prédio, tendo sido os acabamentos das habitações realizados pelos ocupantes (Antunes, 2018). Este movimento de ocupação, que foi visto pela Junta de Salvação Nacional (JSN) no seu início com alguma indiferença, foi, a partir de Maio de 1974, regulado. As ocupações seriam legítimas desde que fossem cumpridos alguns requisitos, nomeadamente, o pagamento de renda aos legítimos proprietários, públicos e privados e a desocupação de edifícios em construção, de modo a que estes pudessem ser concluídos (Antunes, 2018)

As ocupações só seriam legalizadas com o surgimento do Decreto-Lei nº198-A/75, de 14 de Abril e estas só seriam legais desde que as habitações ocupadas estivessem devolutas no momento da sua ocupação (Antunes, 2018). No final de 1975 os senhorios começaram a requerer na justiça o despejo dos ocupantes, defrontando-se com o sistema judicial e os movimentos populares (Antunes, 2018).

Até Abril de 1974, ao nível de instituições, a habitação apoiada em Portugal estava administrativamente centralizada no Fundo de Fomento de Habitação (FFH), criado em Maio de 1969. Esta instituição teve treze anos de vida e marcou o quadro de referência das políticas habitacionais nas décadas de 70 e 80. O seu surgimento dá-se após mais de uma década de debates e opiniões sobre as competências do setor da habitação, levando a uma dispersão de recursos e meios, sem que se obtivessem resultados satisfatórios (Agarez, 2018). A centralização, concentração e a grande escala foram os alicerces das políticas de habitação desenvolvidas, tornando possível englobar o urbanismo na temática da habitação, promovendo-se intervenções de modo a que a casa fosse vista em conjunto com a cidade (macroescala) e os seus problemas sociológicos (microescala) (Agarez, 2020). Após o 25 de Abril, o FFH coordenou os programas habitacionais, garantindo a ligação entre agentes públicos, semipúblicos, assistencialistas, cooperativos e privados. As novas normas do FFH foram apresentadas no despacho elaborado pela Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo (SEHU), denominado *Programa de Ações Prioritárias a considerar pelos Serviços do Fundo de Fomento da Habitação* (Antunes, 2018). O Programa de Política Económica e Social de 1975², assumindo a necessidade de garantir um maior número de habitações acessível à população, listava os eixos essenciais de uma abordagem que ia do planeamento territorial até ao funcionamento dos organismos públicos e assumia que a solução teria de envolver a distribuição e fixação das populações no território tendo em conta os locais de abastecimento, escolas, centros de saúde, locais de lazer, espaços verdes locais de trabalho e transportes (Agarez, 2020). Esta política contava com a indústria da construção civil, recomendando a reconversão e modernização das empresas de modo a lhes ser possível a construção

² Também conhecido como “Documento Melo Antunes”, o Programa de Política Económica e Social foi um documento aprovado em Conselho de Ministros a 7 de Fevereiro de 1975, propondo uma nova estrutura socioeconómica para a sociedade portuguesa. Verá o seu fim, pelos acontecimentos do 11 de Março de 1975 e pela nova estratégia iniciada, nomeadamente no que diz respeito às nacionalizações e à reforma agrária. (Rezola, 2018)

dentro dos prazos e a custos reduzidos as habitações necessárias para as camadas de população que procuravam a habitação social.

O Programa de Política Económica e Social de 1975 também se baseava no Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), criado em 1974 e na alçada do FFH, tendo como objetivo dar resposta às graves carências habitacionais, principalmente encontradas nas grandes aglomerações. O SAAL apoiaria com equipas locais e em articulação com as câmaras municipais, as iniciativas apresentadas pelas populações, de modo a transformarem os próprios bairros (Agarez, 2020).

O FFH ficou, a partir de 1978, também com a responsabilidade da Comissão para o Alojamento de Retornados (CAR) (criado em 1976), programa habitacional extraordinário, criado para dar resposta à situação de emergência decorrente da descolonização e conseqüente repatriamento dos residentes das antigas colónias.

O período compreendido ente 1976-1988 caracterizou-se por uma certa contradição entre a continuação da intervenção do Estado e a diminuição desta intervenção através do fomento do acesso à habitação própria, o que levou à interrupção de programas como o SAAL, os Contratos de Desenvolvimento Habitacional e a redução do apoio às cooperativas habitacionais. A descentralização do setor da habitação observou-se no I Governo Constitucional com a criação dos serviços municipais de habitação, consideradas estruturas capazes de realizar a gestão, conservação e a distribuição da habitação pública (LNEC - Laboratório de Engenharia Civil, 2011).

A partir da década de 80, registou-se um incremento apreciável do protagonismo do Poder Local na promoção pública da habitação. No quadro das políticas de promoção direta, esse é um dos dados mais significativos das últimas décadas, a extinção progressiva dos grandes programas de habitação social, concebidos e promovidos pelo Estado Central e o incremento das iniciativas locais de promoção de habitação social, em concordância com as dinâmicas de descentralização do setor, através da criação de serviços municipais de habitação, que assim assumiram progressivamente os poderes da Administração Central em termos de gestão, conservação e distribuição de fogos de promoção pública (Santos, Teles, & Serra, 2014)

A partir de 1981, o Estado abrandou, então, o seu papel na promoção da habitação pública, passando esse papel para a esfera das autarquias, ficando a cargo destas a promoção de alojamento para famílias carentes, de um ponto de vista habitacional e socioeconómico (as autarquias invocam na altura falta de meios e condições para a promoção da habitação) (Agarez, 2020).

Os dois modelos de promoção de habitação – público e privado – mantiveram-se com resultados pouco eficazes, tendo como resultado, em 1982, a extinção do Fundo de Fomento da Habitação (FFH). Em 1984, cria-se o Instituto Nacional de Habitação (INH) e, em 1987, o Instituto de Gestão e Alienação do Património do Estado (IGAPHE). A partir de 1984, foram criados programas de apoio à recuperação

de imóveis arrendados e à aquisição de habitação pelos jovens (**vide Quadro 1**) (LNEC - Laboratório de Engenharia Civil, 2011).

O Instituto Nacional de Habitação (INH), criado através do Decreto-Lei nº177/84, de 25 de Maio, assume parte das funções do FFH, com objetivo de implementar novas medidas que se adaptassem ao contexto económico e social do momento. Resumidamente, o INH tinha como atribuições estudar a situação habitacional, de modo a ser possível a formulação de novas propostas políticas, legislativas e regulamentares, preparar o Plano Nacional de Habitação e os planos anuais e plurianuais de investimento do setor, coordenar e preparar as medidas de política financeira do setor e contribuir para o financiamento de programas habitacionais de interesse social, promovidos pelos setores públicos, cooperativo e privado e, finalmente, acompanhar a execução das medidas de política e os programas de promoção habitacional, de acordo com os planos normativos aprovados e prestar apoio técnico aos promotores (Agarez, 2018). Aquando da publicação de Lei Orgânica do INH em 1986, reconhece-se a pertinência da instituição, atendendo à procura que o mercado dos promotores de habitação social evidenciava e deixava-se claro que o Estado (central) apoiava os programas de habitação, mas não os promovia diretamente. Esta alteração da política de habitação consolidou-se com as medidas políticas implementadas (Agarez, 2018).

A atividade do INH pode-se verificar em dois momentos distintos, o primeiro com a cedência de terrenos dos planos integrados e outros disponibilizados pelas bolsas das autarquias, o que permitiu às cooperativas de habitação e a algumas empresas privadas a construção de empreendimentos para venda, financiados por empréstimos e apoiados em incentivos fiscais. O segundo momento situa-se na segunda metade da década de 90, quando as Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto trataram do problema dos núcleos de barracas ou alojamentos precários que grassavam nas periferias das grandes cidades (Agarez, 2018).

Em 1988, lança-se o Programa de Desenvolvimento da Habitação a Custos Controlados – 1988-1991, que tinha como objetivo a aprovação de 77 688 fogos, distribuídos por cooperativas de habitação (45%), municípios (40%) e empresas privadas (15%). Do total, 80% destinava-se à venda a preços controlados e os restantes 20% ao realojamento no regime de arrendamento social (Agarez, 2018).

O que se assistiu em Portugal na segunda metade da década de 1980 foi o início de uma nova fase do que se entendeu ser o papel do Estado central na resposta a carências habitacionais, tendo em conta as exigências do processo de adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE). O estabelecimento dos organismos INH e Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE) marcou a retirada do Estado central enquanto promotor e proprietário de habitação, passando para as câmaras municipais esse papel de planeadoras e executoras dos processos de construção e gestão da habitação (Agarez, 2020), tendo como consequência o aumento das iniciativas

locais de promoção de habitação social, em concordância com as dinâmicas de descentralização do setor através da criação de serviços municipais de habitação, que assumiram a gestão, conservação e distribuição dos fogos de promoção pública (Santos, Teles, & Serra, 2014).

2.2.1. Exemplos de algumas Políticas e Programas de erradicação de barracas

Após o 25 de Abril de 1974, alterou-se substancialmente o quadro de medidas e programas que suportavam a habitação com apoios públicos. A própria construção sofreu uma alteração significativa, abandonando-se a ideia da casa individual com logradouro, largamente difundida e defendida pelo Estado Novo, para se transitar para uma construção em altura, permitindo processos de aglomeração e densificação populacionais (Agarez, 2018).

Apesar do esforço para se conseguir alcançar um número considerável de habitações através de todos os programas, as dificuldades próprias do período de instabilidade vividas na segunda metade da década de 70 impossibilitaram a construção do número de fogos necessários para responder ao afluxo de famílias às metrópoles, o que desencadeou processos de construção de habitação precária, barracas ou semelhantes, pelos próprios, nas periferias dos centros urbanos ou a edificação de milhares de fogos ilegais em terrenos de aptidão rural (Agarez, 2018).

Para além da Promoção Direta, o Estado central, apoiou técnica e financeiramente a Promoção Indireta através de diversos programas.

2.2.1.1. SAAL – Serviço de Apoio Ambulatório

O ambiente de participação ativa que se viveu no período revolucionário criou as condições para a implementação de novas políticas de habitação apoiadas na participação direta das populações, o que se veio a realizar no Verão de 74 com a criação do Serviço de Apoio Ambulatório (SAAL). O SAAL pretendia contribuir para a diminuição do número de bairros de habitação precária (Antunes, 2019), colocando o processo reivindicativo em comissões de moradores, que organizavam plenários para discutir os problemas mais urgentes destes bairros (Antunes, 2018). O resultado era efetuado em comunicações escritas para o poder central, local e entidades militares.

O SAAL foi a primeira política de habitação social a surgir após a revolução, o seu objetivo fundamental era apoiar as populações no direito à habitação, salvaguardando o direito ao lugar. A sua base era a promoção de intervenções sócio-urbanísticas que permitissem que o realojamento da população ocorresse nas proximidades do local onde já habitavam, evitando a sua deslocalização para a periferia (Antunes, 2018).

As características do programa passavam por dar preferência às escolhas da população em casas mais pequenas (dois a três pisos), ligadas à rua, com espaços exteriores bem definidos, com ocasionais pátios privativos, combinando novas construções com renovações de edifícios degradados. A segunda

característica era a sua vocação social, o que o distinguiu de outras políticas de habitação, com jurisdição para escolher o lugar, definição do programa e das suas fases, nomeação e assistência dos técnicos envolvidos, alocação de verbas e distribuição dos fogos. A terceira característica prendia-se com a adaptação da arquitetura ao contexto social e físico, de forma a integrar a procura social e a participação dos moradores no projeto (Santos, Portas, & Machado, 2016).

Os objetivos iniciais do programa SAAL eram transferir a orientação dos processos administrativos e técnicos para os utilizadores, criando novas relações na gestão do projeto, passando para os utilizadores margem legal suficiente para a tomada de decisão, estabelecer uma ligação entre cada programa de habitação e as situações urbanas específicas, de forma a que as soluções apresentadas tenham em linha de conta a reabilitação do parque imobiliário, a maximização das infraestruturas existentes, condições ambientais e a estabilidade da comunidade de utilizadores e, finalmente, criar condições para a mobilização de recursos próprios da comunidade local, recursos de iniciativa e gestão, de materiais e de mão-de-obra (desempregados e trabalhadores precários, voluntários, etc.), de modo a criar formas de construção mais adaptadas (Santos, Portas, & Machado, 2016).

A metodologia SAAL privilegiava a abordagem *bottom-up* que, contrariamente aos típicos processos *top-down*, pretendia incentivar a governação de proximidade onde se contava com a participação da população. O SAAL pretendia evitar a habitual burocracia, deste modo foram constituídas brigadas ambulatórias que funcionavam na esfera do Fundo de Fomento da Habitação (FFH), sendo compostas por equipas multidisciplinares. Estas brigadas entravam em conversações diretamente com as comissões de moradores, organizando sessões de esclarecimento sobre as tipologias de habitação a construir no novo bairro, de modo a ir de encontro às expectativas da população, que era, em muitas ocasiões, convidada a participar na construção das casas e do bairro, num modelo de autoconstrução (Antunes, 2019). Para isto, era fundamental a participação dos moradores, que deveriam ser envolvidos, discutindo os problemas do bairro e deliberar nas soluções a aplicar. Após os primeiros debates, as brigadas eram chamadas ao local e caso as pretensões fossem viáveis, dava-se início à intervenção. A população tinha a possibilidade de participar ativamente na construção do seu bairro e da sua casa (Antunes, 2018).

O financiamento do programa passava pela incorporação dos recursos dos próprios moradores e a redução de custos era obtida através da escolha de empresas de construção locais escolhidas pela comissão de moradores e pela gestão direta dos trabalhos (Santos, Portas, & Machado, 2016).

As equipas técnicas, designadas por brigadas³, formadas para gerir e controlar os projetos, tinham como objetivo assegurar apoio no estabelecimento de cooperativas de moradores, assistência na

³ Estas brigadas eram formadas por arquitetos, engenheiros, assistentes sociais e estudantes de diferentes áreas.

preparação das propostas ou na aquisição dos terrenos necessários, ajuda na elaboração do programa desde a fase de desenvolvimento até ao trabalho final de arquitetura, elaboração do plano local para aprovação pelas autoridades, assistência no processo de lançamento de concursos e aconselhamento na seleção do empreiteiro, supervisão na construção, ajuda à associação no cálculo dos custos e contactos com entidades locais (Santos, Portas, & Machado, 2016).

As equipas técnicas eram recompensadas com base no tempo empregue e não com honorários em percentagem dos valores da obra, estando disponíveis para participarem em reuniões dos moradores e no relacionamento institucional, bem como desenvolver todo o trabalho dito normal e a supervisão da construção. As equipas locais estava subordinadas a uma estrutura simples de coordenação regional (Lisboa, Porto e Algarve) (Santos, Portas, & Machado, 2016).

A metodologia SAAL, que se pode considerar de democracia direta e participada, foi perdendo a sua força. Em Outubro de 1976, após a elaboração de um livro “branco”, o Conselho Nacional do SAAL indicou que tinham sido registados 246 pedidos de intervenção em todo o país, tendo sido iniciadas 170 operações, que poderiam abranger um total de 41 664 famílias. Os números revelar-se-iam mais modestos, sendo indicado para a mesma data a construção de 2 259 fogos, estando prevista a construção de mais 6 000 habitações num curto espaço de tempo (Antunes, 2019). O próprio despacho do SAAL dava nota do seu carácter experimental e que este se deveria adaptar às circunstâncias antes de evoluir (Antunes, 2018).

2.2.1.2. Programa de Apoio às Cooperativas de Habitação Económica (CHE)

No final de 1974, o III Governo provisório publicou o Decreto-Lei nº 730/74, de 20 de Dezembro, que definia o Regime Jurídico da Cooperação Habitacional (RJCH) e o Decreto-Lei nº 737-A/74, de 23 de Dezembro, que previa diversas modalidades de apoio às cooperativas de habitação de interesse social. O RJCH foi a alteração mais significativa para as cooperativas de habitação desde a publicação do Código Comercial de 1888. O Decreto-Lei nº 737-A/74, promulgou diversos benefícios exclusivos para as cooperativas de habitação de interesse social, tendo sido designadas de Cooperativas de Habitação Económica (CHE), cooperativas que tivessem por objetivo construir ou adquirir habitações económicas dentro dos limites estabelecidos pelos órgãos oficiais. O diploma previa ainda a existência de três modalidades para a ocupação destas casas, a saber, Inquilinato Cooperador, em que a habitação se mantinha propriedade da cooperativa numa relação locativa, tendo a cooperativa a função de senhorio e deveria praticar rendas abaixo do mercado, este modelo foi pouco utilizado em Portugal; Propriedade Coletiva, as habitações mantinham-se propriedade da cooperativa, que cedia aos associados o direito de uso da habitação, assim como aos seus sucessores; Acesso à Propriedade, em que o associado ficava proprietário da habitação após a sua amortização. A alienação posterior era condicionada pelo direito de preferência (Antunes, 2018).

Para além da existência de legislação própria foi criado em 1975 um serviço de apoio e coordenação da ação das cooperativas de habitação no FFH. Este serviço estimulou a constituição de cooperativas e apoiou a elaboração dos seus estatutos e projetos.

Até 1976 viriam a ser criadas várias CHE no âmbito das operações SAAL e também pela organização espontânea de pessoas. O grande aumento do movimento cooperativo deu-se entre 1976 e 1978 (Antunes, 2018).

O movimento cooperativo habitacional foi bastante expressivo, especialmente no Norte do país, onde se chegaram a constituir mais de 200 cooperativas de habitação, que desenvolveram, principalmente na década de setenta, conjuntos habitacionais com alguma qualidade, tanto ao nível das habitações como de espaços exteriores e equipamentos sociais (Santos, Teles, & Serra, 2014).

Com o fim do FFH, no início dos anos oitenta, e em resultado das intervenções do Fundo Monetário Internacional (FMI) em 1979 e em 1983, os processos em curso foram interrompidos, sendo retomados em 1984 com a criação do INH e com a reativação dos financiamentos provenientes das instituições bancárias, tendo como consequência uma nova fase de desenvolvimento e um aumento na produção de fogos (**vide Gráfico 1**), com uma quebra a partir dos anos noventa (Santos, Teles, & Serra, 2014). Os estudos realizados pelos Cadernos do Observatório concluíram que esta quebra se deu por falta de solos a preços adequados, perda do poder de compra das classes média e baixa, desadequação do sistema de crédito em vigor (elevadas taxas de juro dos empréstimos), aumento de carga fiscal, processual e burocrática, com o consequente aumento dos custos finais da habitação.

2.2.1.3. Promoção Direta Municipal

Quando foi criado, em 1984, o INH tinha três potenciais grupos alvo, municípios, cooperativas de habitação e empresas privadas de construção, para os quais dispunha de alguns programas de financiamento.

Para os municípios, através da denominada Promoção Direta Municipal, o INH podia financiar para venda, estando esta regulada pelo Decreto-Lei nº220/83, que estabelecia condições especiais de financiamento com empréstimos a taxas de juro bonificadas, prazo de reembolso no máximo de 5 anos e para promoção de habitação de custos controlados; para arrendamento, regulado através do Decreto-Lei nº110/85, que enquadrava os empréstimos a conceder pelo INH para financiamento da construção ou aquisição de habitações de custos controlados para aquele fim, com prazos de reembolso de 25 anos e taxas de juro bonificadas, finalmente, para arrendamento e consequente realojamento de populações residentes em barracas, em 1985, 1987 e 1993, através dos Decretos-Leis n.ºs 366/85, 226/87 e 163/93 (Agarez, 2018).

A promoção municipal de habitação de interesse social marcou o segundo decénio de funcionamento do INH. Constata-se um gradual desenvolvimento da qualidade, principalmente em

relação à arquitetura e urbanismo, no desenvolvimento de algumas verdadeiras políticas de qualidade arquitetónica residencial ao nível municipal, nomeadamente na escolha de projetistas, enquadramento da promoção habitacional ou concursos de projetos. Foram apresentados e construídos excelentes pequenos conjuntos habitacionais, que apresentavam qualidade no desenho global, integração física, funcionais e que se adequavam a modos de vida e desejos habitacionais (Coelho & Coelho, 2009).

Este tipo de promoção tem ainda um longo caminho a percorrer, no sentido de assegurar uma maior qualidade global e ausência de desvios, de modo a evitar os conjuntos com um número excessivo de fogos e isolados, falta de qualidade na construção e acabamentos ou até mesmo tipologias desadequadas aos modos de vida dos habitantes e ausência ou deficiência nos processos de gestão (Coelho & Coelho, 2009).

Entre 1984 e 2007, o INH terá financiado aproximadamente 130.000 fogos de habitação social, dos quais cerca de 60.000 terão sido para arrendamento e 70.000 para venda. A partir de 1995, os municípios assumiram-se como promotores de referência e, através dos financiamentos dos programas de realojamento e outros, construíram mais de 68.000 habitações para famílias que habitavam alojamentos precários (Agarez, 2018).

2.2.1.4. PER – Programa Especial de Realojamento

Em 1993, foi definido o Programa Especial de Realojamento (PER), Decreto-Lei nº163/93, de 7 de Maio, cujo objetivo foi a erradicação de barracas nas áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, considerado talvez o programa de habitação mais emblemático dos últimos anos. Marca o fim das políticas de promoção habitacional diretas promovidas pelo Estado Central.

O PER foi apresentado como uma medida prioritária para a resolução da falta de habitação, recorrendo ao realojamento dos que viviam em situações precárias ou em barracas. O PER assume desde o início um carácter de urgência no combate à erradicação de barracas e o realojamento dos moradores em casas construídas a custos controlados (em regime de arrendamento), incluindo os terrenos e todas as infraestruturas necessárias.

A execução dos empreendimentos era da total responsabilidade das autarquias, pelo que os resultados dos programas teriam uma relação direta com a *“dinâmica dos municípios e dos condicionalismos urbanísticos, sobretudo no que respeita à política dos solos”* (LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2011). Tendo isto em conta, alguns municípios investiram em construção mais dispersas, de baixa volumetria e na presença diversificada de vários promotores/ regimes de propriedade. Outros municípios promoveram a concentração das famílias em bairros densamente construídos e ocupados, com a inexistência ou pouca eficácia de equipamentos sociais e serviços. Os fogos construídos ou adquiridos através do regime do PER são da propriedade dos municípios e não

são passíveis de transmissibilidade pelo prazo de 15 anos, sendo atribuídos através do regime de renda apoiada (LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2011). Em termos de construção, o PER permitiu a construção entre 1994 e 2005 de mais de 31 mil fogos e o seu relativo sucesso deveu-se à rapidez na criação das condições necessárias para a sua execução (Santos, Teles, & Serra, 2014).

O programa envolvia algumas condições, como a solicitação às autarquias do compromisso da erradicação de barracas e o conseqüente realojamento dos habitantes, a realização de recenseamentos das realidades sócio-territoriais onde o programa iria incidir e a realização de programas complementares, que teriam como objetivo final *“a criação de condições a uma plena interação destas populações na comunidade e combatendo os problemas de criminalidade, prostituição e toxicodependência, entre outros, a que a exclusão social motivada pela falta de condições habitacionais condignas as deixou votadas”* (Ministério das Obras Publicas, Transportes e Comunicações, 1993).

O PER nasce da necessidade política de solucionar o problema dos bairros degradados construídos nas periferias das grandes cidades (Cachado, 2013). Estes bairros cresceram a partir dos finais dos anos 70, resultado da crise financeira e do fluxo migratório, na sequência da independência das ex-colónias africanas. Muitos migrantes, sem possibilidades económicas, fixaram-se nestes bairros, comprando casas ou terrenos (muitos sem licenciamento) de baixo custo (Cachado, 2013). Em meados dos anos 80 o crescimento destes bairros era notório e os concelhos com um maior número de barracas eram, para além de Lisboa, Amadora, Loures e Oeiras.

As barracas são vistas como uma “chaga” social e a solução passaria por demolir e realojar a população que habitava nestes bairros (Cachado, 2013), levando as autarquias a assumir este compromisso, expresso no Decreto-Lei, que afirma que *“as autarquias locais envolvidas neste programa assumam claramente o objetivo da eliminação das barracas como uma das suas tarefas prioritárias”* (Ministério das Obras Publicas, Transportes e Comunicações, 1993).

As medidas apresentadas no PER demonstram preocupação legislativa e política com a integração das famílias, criando mecanismos sociais de inserção. Nos resultados apresentados no diagnóstico de implementação do PER, elaborado pelo INH em 1997, reconhece-se que as principais dificuldades para a concretização dos objetivos se prenderam com os obstáculos encontrados ao nível da intervenção social, nomeadamente no acompanhamento às populações no âmbito da instauração de dinâmicas de mudança e da implementação do processo de desenvolvimento sócio-urbanístico, considerado a base estruturante do programa (LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2011). As dificuldades apresentadas deram-se sobretudo devido à falta de operacionalização de conceitos, tais como o envolvimento da população, estabelecimento de parcerias, combate à exclusão, inserção social, promoção social, autonomia. Foram também detetadas dificuldades na elaboração de um processo de

programação e gestão do programa, assim como na criação de dinâmicas de integração socio-urbanísticas (LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2011).

O PER permitiu o cruzamento entre conhecimento científico e técnico. Cientistas sociais operaram em diversas áreas, produzindo estudos para as instituições estatais e colocando em prática os processos de realojamento. O Laboratório Nacional de Engenharia Civil colaborou com diversos cientistas sociais nos estudos feitos nas áreas da ecologia social, sociologia e antropologia (Cachado, 2013).

Em 2003, o PER foi alterado pela 4ª vez, através do Decreto-Lei 271/2003, de 28 de Outubro, passando a focar-se no apoio e favorecimento da reconstrução e manutenção das habitações. Com o reconhecimento da importância do património existente no mercado e nos municípios, este diploma visa impulsionar a reabilitação urbana e a importância da promoção de equipamentos sociais para a integração social, criando melhores condições para a integração das famílias.

CAPÍTULO 3. O REALOJAMENTO E O PROBLEMA DE INTEGRAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL NOS BAIRROS DE HABITAÇÃO SOCIAL

3.1. Os problemas consequentes do realojamento

Para resolver o caos urbanístico provocado pelos inúmeros aglomerados de barracas, os grandes bairros de habitação social tornam-se, após 1974, com a restauração da democracia, o local privilegiado para realojar e dar uma habitação condigna às famílias que habitavam nestes bairros de barracas e embora o objetivo fosse o de fornecer uma habitação condigna a populações fragilizadas e com pouca capacidade económica para adquirir habitação no mercado formal, a emergência dos bairros de realojamento como um processo de dignificação social tem mostrado igualmente problemas sociais, sendo considerado atualmente um dos problemas das cidades.

Desde o início do realojamento massificado em grandes edifícios e em grandes empreendimentos de habitação coletiva, quase sempre nas periferias das cidades, a tendência foi para a constituição de enclaves sociais e para um processo de rápida degradação física e vivencial destes bairros. Estas dinâmicas têm transformado muitos destes bairros em locais socialmente desintegrados e urbanisticamente isolados da malha urbana, sendo locais habitualmente conotados com a criminalidade, venda de droga e insegurança urbana (Guerra, 1994).

Sendo esta degradação uma realidade evidenciada nas cidades, torna-se necessário perceber o porquê desta situação, de modo a corrigir os problemas surgidos.

A atribuição de habitação a famílias que vivem em condições precárias tem sido, no discurso político, uma forma de proporcionar a estas populações melhores condições de vida e bem-estar, centradas essencialmente no incremento das condições de habitação. Neste contexto, possibilitar o acesso à habitação é condição exclusiva para permitir a melhoria da qualidade de vida das populações mal alojadas.

Maria João Freitas (Freitas, 1994) faz referência a esta situação e diz-nos que as discussões políticas em torno destas realidades, que carecem de intervenção, tendem a generalizar-se em estereótipos de pobreza, degradação e marginalidade e que, cegamente, se transformam em objeto de intervenção e limpeza eficaz das manchas de sujidade e incómodo social de que são portadoras. Assim se sustenta a ideia de realojamento como solução revestida de eficácia e inocuidade.

Durante demasiado tempo se considerou que a atribuição de uma habitação a famílias residentes em áreas degradadas é solução suficiente para eliminar os graves problemas relacionados com a pobreza e assegurar a alteração dos modos de vida destas populações, enquanto se bane a existência de barracas e habitações degradadas. A questão da reabilitação urbana (com a demolição destes bairros de barracas) aliada a um realojamento parece, talvez, conseguida, medindo o resultado do

sucesso dos projetos pelo número de famílias realojadas ou pelo número de barracas demolidas⁴. Mas os processos de realojamento são na maior parte das vezes, processos burocráticos, frios e desenquadrados das realidades sociais e culturais das populações a realojar e o seu fim dá-se, normalmente, quando o processo de entrega das casas termina.

Neste sentido, a dádiva ou oferta da casa assume-se como o final de um processo do qual se espera uma resposta de reconhecimento e de agradecimento político e social, através de um processo de retardamento da degradação das urbanizações por parte de quem as habita (Freitas, 1994). Este tipo de realojamento, centralizado, burocrático e desligado da realidade das populações envolvidas, feito com urgência, põe em causa o porquê de ser urgente. Interessa, assim, interrogar e saber se as políticas que acompanham estes realojamentos têm a pretensão de realmente resolver os problemas de habitação deficiente ou resolver problemas de consciência pública, afetada por um complexo de pobreza envergonhada com a existência de tantos bairros de barracas (Freitas, 1994).

As iniciativas de realojamento são discutidas e planeadas a nível técnico e político, quase exclusivamente, e afastam da discussão quem é o objeto principal de intervenção, as populações a realojar. Esta situação, repetida quase de forma sistémica ao longo de décadas, tem originado respostas ao problema de habitação que, na sua maioria, servem apenas para concretizar objetivos políticos e não se enquadram no que são as aspirações, expectativas e desejos das populações. Em resumo, o bairro raramente é aquele que as populações necessitam ou gostam.

Podemos, então, afirmar, que as dúvidas relativamente ao sucesso das ações de realojamento em bairros sociais se têm acumulado, à medida que os resultados destas mesmas ações vão sendo conhecidos. Estes realojamentos, embora solucionem o problema da habitação, não têm permitido uma inserção social *per si* das populações envolvidas. Isto deve-se em grande parte a modelos e políticas de realojamento desajustadas, que permitem o fornecimento de alojamento em bairros que geram uma coexistência intensa de grupos de indivíduos que, de uma maneira ou de outra, se encontram em condições de precariedade. A manutenção destes grande agrupamentos de indivíduos e famílias pobres em bairros sociais acaba por provocar inúmeros problemas sociais (Quintas, 2008).

Um dos principais problemas dos realojamentos parece consistir no facto da homogeneidade social definir a composição destes bairros, impedindo o contacto com outros grupos de referência de modo a que seja possível a aquisição de outros padrões e outras possibilidades de vivência social e urbana, que fomentem uma maior expectativa de promoção social (Pinto, 1996).

⁴ O Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Isaltino Morais continua até aos dias de hoje a fazer “bandeira” o facto do município ter sido o primeiro no país a acabar com os bairros de barracas, como se pode ler, a título de exemplo, no artigo “Cavaco chamou-me para resolver o problema das barracas”, Semanário SOL (13/Junho/2020). Disponível em: <https://sol.sapo.pt/artigo/699683/-cavaco-chamou-me-para-resolver-o-problema-das-barracas->

Isabel Guerra (Guerra, 1994) também refere esta mesma ideia, apontando os efeitos perversos da concentração no mesmo local de uma população socialmente similar, mesmo que culturalmente diferente, no crescimento de comportamentos desviantes e estigmas sociais, que acabam por ter como consequência respostas violentas e um clima de insegurança urbana.

A concentração de população de traços semelhantes, socioeconomicamente falando, tem tendência a reforçar e reproduzir um determinismo social, visível e estigmatizado quando as populações são carenciadas económica e socialmente. Embora exista liberdade de escolha, as escolhas são condicionadas pela pertença a uma determinada classe social ou a um determinado grupo de referência, como a família ou os amigos. Mas convém mencionar o facto de os bairros sociais, até mesmo nos degradados e clandestinos, não serem habitados na sua exclusividade por pessoas que vivem em situações de privação económica. Nestes espaços habitam, também, indivíduos que têm uma situação económica estável, porque têm poupanças ou porque alguns são proprietários de pequenas empresas. A pobreza deve ser vista não como uma categoria social culturalmente homogénea, mas como uma condição que implica diferentes representações, reações ou respostas consoante os seus atores, ou seja, existem várias formas de viver nesta condição social (Quintas, 2008).

A população realojada nos dias de hoje tem características sociais diferentes da população mal alojada dos anos 50, 60 e 70. Nessa época, as populações eram oriundas dos meios rurais, recém-chegados à cidade, à procura de melhores condições de vida. Hoje, trata-se de uma população mais jovem, a maioria descendente de imigrantes oriundos das ex-colónias, chegados após 1974, e que, apesar de terem nacionalidade portuguesa vivem, na sua maioria, de forma excluída e desintegrada de todas, ou quase todas as esferas sociais (escola, emprego, habitação), não aceitando de forma passiva a situação em que se encontram. Esta não aceitação, especialmente na obtenção de determinados bens de consumo, cria situações de violência e insegurança levadas a cabo por estas populações, objeto de exclusão e acabando por se inserir em contextos marginais (Quintas, 2008).

Estes factos fazem aumentar os fenómenos de exclusão social, pela dificuldade de aceitação da população com estas características, ao nível do mercado de trabalho. Ao mesmo tempo assiste-se a um aumento de fenómenos de emigração, que provocam uma acrescente heterogeneidade cultural nos bairros, embora se mantenha uma homogeneidade social (Guerra, 1994).

As dinâmicas sociais identificadas, em constante transformação, tornam o problema do realojamento ainda mais complexo, pelo que se pode dizer, que é um problema de ordem social que não se resolve apenas com a construção de edifícios, não pode ficar limitado à habitação, mas é extensível a outros problemas que afetam a vida das populações realojadas, como o desemprego, a droga, o trabalho precário, os baixos salários e as reduzidas qualificações escolares e profissionais. Estas realidades que se encontram muitas vezes associadas, são indicadores de uma concretização (ou não) da inserção e inclusão social.

3.2. Os bairros sociais e a segregação urbana

A habitação social está integrada nas medidas de política social do Estado e do poder local e trata-se, como vimos, de uma resposta estrutural destinada à população com menores recursos económicos, dando-lhes a possibilidade de terem acesso a uma habitação que reúna as condições necessárias para o seu desenvolvimento e qualidade de vida.

É ao Estado que compete a regulação na defesa de princípios de equidade social e de sustentabilidade no acesso à habitação, independentemente da modalidade da habitação, pública ou privada, e dos mecanismos de ajuda aos que não conseguem aceder financeiramente à habitação no mercado livre (Pato & Pereira, 2013).

O investimento feito em fogos de habitação social foi, desde o Estado Novo, muito inconstante e assim continuou após o 25 de Abril de 1974 (Pato & Pereira, 2013).

Com a transferência, nos anos 90, da gestão dos fogos da esfera da administração central para a administração local, a responsabilidade dos municípios sobre a habitação social aumenta, sendo que nas áreas metropolitanas é intensificada pelo PER (Pato & Pereira, 2013).

A periferização dos bairros sociais, aliada à particularidade da condição socioeconómica dos seus habitantes, garantiu a estes espaços uma condição de segregação relativamente ao centro urbano e às próprias atividades da cidade. Os bairros sociais são diferentes de todos os outros espaços da cidade, quer em termos arquitetónicos, quer sociais, pelo que facilmente representam situações de segregação urbana. São ainda locais caracterizados por falta de espaços de lazer e de sociabilidade, tendo apenas a função residencial, afastados de centros económicos, sociais e culturais da cidade apresentando carências ao nível das estruturas coletivas (Augusto, 2000).

Os moradores destes bairros sentem este estigma social, não porque o assumam (Carreiras, 2018) individualmente, mas porque eles próprios acabam por interiorizar essa imagem pública socialmente desvalorizada. A vontade de se afastar destes estigmas sociais leva a consequências nos seus comportamentos e investimentos no bairro (Guerra, 1994).

Nestes bairros sociais, foi colocada uma densa franja populacional homogénea, quer em termos culturais ou étnicos, associando-se frequentemente a práticas sociais desajustadas, modos de vivência e de ocupação habitacional desadequados face ao espaço onde foram colocadas (Santos, 2015).

A habitação social suscitou pouco interesse da parte dos privados de uma maneira geral, os custos controlados condicionam a localização dos empreendimentos, a qualidade construtiva e as soluções construtivas, sendo estes aspetos importantes na geração de segregação socio-espacial e de marginalização dos bairros de habitação social e confirmam a ideia da habitação como o ponto mais fraco do estado social e da *“persistente ocorrência de desigualdades de base territorial”* (Carreiras, 2018).

Muitos autores defendem que as políticas de realojamento têm sido inconsistentes e incoerentes, nomeadamente na resposta entre provisão de alojamento e as estratégias de inclusão social e urbana, sendo que estes são processos longos, que implicam o acompanhamento social da população (Carreiras, 2018). Acabam por ser apenas a atribuição de uma casa, a distribuição de alojamento, por famílias carenciadas que delas necessitam com urgência, o que vai colocar uma série de problemas, tais como os laços de dependência que se criam entre os agentes e os recetores dessa dádiva e a desresponsabilização mútua na criação de qualidade habitacional e de vida (Freitas, 1994). Se o direito à habitação condigna está mais que estabelecido, as dúvidas levantadas sobre todo o processo de integração social e política das comunidades em bairros sociais são muitas, podendo-se salientar a falta de planeamento estratégico e a falta de uma visão mais global nos processos de realojamento (Santos, 2015).

Os bairros sociais estão associados a uma relegação social e espacial, levando a uma atribuição de conotações negativas, que acabam por afetar o valor dos seus moradores na escala de prestígio social (Capucha, 2004). A degradação urbanística dos locais, a questão da convivência entre grupos diferentes, representada através da má vizinhança, o racismo e os atos marginais, são fatores que geram fenómenos com implicações sérias sobre a socialização (Gonçalves, 1994). A existência de espaços propícios à exclusão social e à pobreza são imagens e representações sociais preconceituosas sobre certas categorias sociais da população, que lhes restringe as oportunidades de acesso a recursos fundamentais e participar em modos de vida compatíveis com os padrões da sociedade moderna, o que pode levar a um sentimento de vergonha por sentirem que fazem parte de uma comunidade excluída (Capucha, 2004).

Os bairros sociais podem funcionar como locais institucionais de pobreza, incapazes de resolver os problemas que originaram a sua construção, agravando-se as clivagens internas, o mal estar e a disrupção cultural e social, afetando não só minorias étnicas, mas toda a população (Gonçalves, 1994).

Os fenómenos de exclusão ou inclusão social que se vivem nos bairros sociais requerem, para além da mediação da distribuição dos rendimentos e de outros recursos, a *“dignificação das orientações culturais e das representações simbólicas das pessoas, famílias e grupos afetados, assim como a compreensão das dinâmicas sociais, económicas, políticas e culturais que afetam o fenómeno”* (Capucha, 2004). E se se pode afirmar que os realojamentos possibilitam a resolução de situações de carência habitacional, são suscetíveis de perpetuar o problema de inserção e promoção no contexto e estrutura social, assim como despoletar outros problemas sociais, ligados a fenómenos de isolamento social e quebra de laços comunitários, fundamentais para a identidade destas populações (Freitas, 1994).

As ações contra a exclusão e o estigma social, relativamente aos bairros sociais, deveriam articular o bairro, dentro da cidade, e a dimensão social e económica, tratando-se de um enorme desafio para

uma integração sistémica. Esta “rearticulação” poderia ser a base para um novo programa de realojamento social, pensando os modos de vida da população, em conjunto com o seu *habitat*, trabalho, convivência e envolvendo a população no processo (Guerra, 1994).

Como Isabel Guerra (1994) menciona, onde antes se considerava realizar uma ação de integração fala-se agora em inserção, onde antes se falava em participação, fala-se agora em implicação. Inserção remete para inclusão para quem está à margem. Inserir é *“devolver uma margem de escolha a indivíduos que pensam nada ter a esperar da integração, confrontando as instituições com as formas de expressão desses grupos sociais gerando mediações entre os recursos das instituições e as necessidades dos indivíduos e grupos”*.

O bairro social não é só “um mar de problemas”, local de exclusão e de pobreza. É também um mundo social vivo, rico, multicultural e portador de redes de sociabilidade e de sentimentos de pertença.

3.3. Relações sociais, imagens e identidades em contexto de realojamento

Os bairros sociais de grande surgem numa época marcada por fortes assimetrias e desequilíbrios internos, com consequências na estruturação física e social das cidades e regiões circundantes (Caetano & Guadalupe, 2011). A densidade populacional é um elemento fundamental para se poder compreender o comportamento dos habitantes, mas por si só não é suficiente para se entender a constituição e a quebra de vínculos sociais no espaço urbano, ainda que o ambiente tenha influência direta no comportamento de quem habita um determinado local (Caetano & Guadalupe, 2011). A rede social de um indivíduo integra um conjunto de sistemas sociais que o influenciam, assim como o próprio indivíduo influencia o seu ambiente circundante. Assim, é possível determinar quais as causas mais imediatas das situações e comportamentos das pessoas, já que se tem em conta todas as influências e estímulos que lhe advêm do ambiente, sejam históricas ou ambientais (Caetano & Guadalupe, 2011).

As redes de suporte social cumprem um importante papel na qualidade de vida das comunidades, especialmente se a qualidade de vida de um determinado agregado populacional urbano tem como base a possibilidade da assistência mútua, as redes sociais oferecem suporte e identidade (Caetano & Guadalupe, 2011). Como referem Caetano & Guadalupe (2011), citando Alarcão & Sousa (2007), *“as redes sociais são sistemas abertos que, através de um intercâmbio dinâmico entre os seus membros e os elementos de outros grupos sociais, potencializam outros recursos (cada membro de uma família, grupo ou instituição enriquece-se através de múltiplas relações que cada um dos outros desenvolve)”*.

O contexto social das famílias mais urbanas centra-se nas relações sociais que mantêm, não tanto no local onde vivem, independentemente destas mesmas relações estarem limitadas ou não a um

determinado local. As relações de vizinhança não são algo que se imponha por si mesmo às famílias, visto que o local onde vão morar pode sempre ser escolhido, assim como os vizinhos com os quais vão estabelecer laços (Bott, 1990, tal como citado por Caetano & Guadalupe, 2011).

As relações de vizinhança implicam uma partilha do mesmo espaço físico, o que vai orientar a qualidade da sua unidade e permanência, sendo que unidade diz respeito ao que os vizinhos partilham na comunidade, ou seja o espaço físico (ruas, lojas, praças, instituições, centros recreativos, etc.), levando a que os indivíduos se sintam inseridos, partilhando uma identidade comunitária, reconhecida pelos vizinhos como uma identidade própria, que constrói a sua cultura social. A permanência não está relacionada com o tempo que o grupo permanece no local, mas sim ao tempo despendido na dinâmica das relações de vizinhança, das relações que se formam e desenvolvem (Caetano & Guadalupe, 2011).

Os primeiros estudos realizados sobre a influência de proximidade espacial no estabelecimento de vinculações afetivas e laços funcionais apontam para que a vizinhança ser, por si, só um elemento determinante da constituição das redes sociais. A vizinhança imediata gera uma grande probabilidade de constituição de amizades (Soczka, 1988, tal como citado por Caetano & Guadalupe, 2011).

Uma visão mais generalista e preconceituosa, associa os bairros sociais a lugares quase marginais, ao serem percebidos como locais onde indivíduos marginais afetariam o equilíbrio da urbe, mas podemos ver o bairro social como um local protetor para as famílias e indivíduos que o habitam, local das suas sociabilidades, dos seus percursos familiares, da interação quotidiana, de encontros e rotinas. Quando se olha para a exclusão territorial percebe-se que esta se trata não só da exclusão de quem vive como do próprio território (Caetano & Guadalupe, 2011).

Os bairros sociais são uma resposta política à necessidade de realojar populações, no mesmo espaço geográfico. Este reagrupamento traz consequências ao nível das relações interpessoais e a falta de preocupação com as identidades culturais e sociais no processo de realojamento leva a transformações do dia-a-dia dos habitantes destes locais (Guerra, 1994).

Os processos de formação de identidade sociocultural encontram-se ligados à questão do confronto entre diferentes grupos sociais, sendo por isso que a identidade aparece como um conceito relacional (Gonçalves, 1994), resultante do relacionamento dos indivíduos em sociedade e de toda a variedade de referências identitárias que estes encontram e que através das quais se geram os processos de identificação/ Integração ou de identização/ diferenciação, relativamente aos grupos sociais onde estão inseridos ou dos que se diferenciam (Gonçalves, 1994).

Quando se aborda um processo identitário, é exigida uma análise de todos os fatores sociais e culturais da envolvimento dos indivíduos, assim como com todos os fatores externos identitários com que se deparam a uma determinada altura e num dado contexto, visto que podem variar consoante as diferentes situações de relacionamento social (Gonçalves, 1994).

A produção de identidade não é um processo constante, dependendo de aspetos sociais e culturais, como as referências culturais dos indivíduos, os seus percursos de vida, as suas situações sociais num dado momento e o que desenham como objetivo ou estratégia a desenvolver (Gonçalves, 1994), tornando a definição de identidade complexa. É nas suas interações sociais no quotidiano, que cada pessoa procura gerir a sua identidade, a imagem que passa para os outros. A construção identitária é um processo relacional, que envolve todas as formas de interação, sejam estas reais, mais imaginárias ou até simbólicas (Quintas, 2008).

A construção da identidade é, assim, um processo permanente, no qual indivíduos e grupos procuram ajustar, de modo a que a imagem que têm de si se ajuste à que lhe é devolvida pela sociedade, que reflete um desejo de estatuto social, determinado por um determinado estilo de vida, que passa através de um sistema de valores que servem de ideal, de modo a que a vida seja considerada “normal” (Quintas, 2008).

António Quintas (2008) considera que, como nos bairros sociais a construção de uma identidade social positiva é difícil de concretizar enquanto grupo, alguns dos seus residentes optam por levar a cabo uma estratégia de distanciamento, procurando “absorver” para si todo um sistema de valores positivos, passando uma boa imagem de si próprio, ao mesmo tempo que deixa passar a noção de que nestes locais existem boas pessoas, que vivem de acordo com os padrões e normas socialmente corretos e que se distinguem dos maus elementos que habitam os bairros.

A apropriação do espaço residencial é um fator importante para a integração social dos residentes, onde o bairro surge como local de interação, onde se desenrolam ações e relações, que permitem estruturar hábitos e práticas sociais, que ajudam à constituição de uma identidade positiva e coletiva do bairro (Quintas, 2008).

CAPÍTULO 4. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

4.1. Metodologia de investigação e definição dos instrumentos de pesquisa

Os processos de realojamento dos chamados “bairros de lata” constituíram verdadeiros desafios logísticos e de alterações sociais nos seus habitantes, levantando verdadeiros problemas de adaptação às novas realidades, criação de novas identidades e de novas formas de inclusão social, como foi referido. Para se poder proceder a uma análise contextual sobre este problema e de forma a enquadrar o objeto de estudo e a estabelecer o estado da arte quanto às políticas desenvolvidas, pelo Estado e pelas autarquias, que tiveram como fim o fornecimento de uma habitação condigna e melhores condições de vida aos seus habitantes, a primeira etapa metodológica consistiu na leitura de vários artigos e obras, de forma a enquadrar o objeto de estudo. Foram utilizados, como forma a estabelecer pontos de comparação e descrever a população que habita o Conselho de Oeiras, dados estatísticos do INE, de modo ser possível caracterizar o contexto empírico. Para isso recorreu-se ao Anuário Estatístico da AML do ano de 2019.

Para dar continuidade aos objetivos da investigação, optou-se pela metodologia de carácter qualitativo, que emprega diferentes alegações de conhecimento, estratégias de investigação e métodos de coleta e análise de dados, relativamente à pesquisa quantitativa. A pesquisa qualitativa suporta-se em múltiplos métodos interativos e humanísticos (Creswell, 2003). As questões de pesquisa podem ser alteradas à medida que a pesquisa avança, assim como o processo de coleta de dados.

A pesquisa qualitativa é interpretativa, o investigador faz uma interpretação de dados, que pode incluir uma descrição de uma pessoa ou de um cenário, análise de dados para identificar temas ou categorias, para que finalmente se possam realizar interpretações e tirar conclusões (Creswell, 2003).

Assim, para a realização do estudo de carácter qualitativo, optou-se pela investigação com recurso a entrevistas biográficas. A investigação biográfica, enquanto metodologia de investigação qualitativa, aparece como uma alternativa ao positivismo⁵ e à investigação social baseada em procedimentos experimentais e na estatística. Os investigadores que seguem abordagens qualitativas contestam a neutralidade científica do discurso positivista, suportado na hegemonia dos pressupostos experimentais e no absolutismo da medida e afirmam a vinculação da investigação aos problemas sociais e políticos, declarando-se comprometidos com a prática e com a transformação social. A investigação biográfica permite aos investigadores explorar o significado e a importância que as

⁵ Positivismo: Sistema filosófico estabelecido por Auguste Comte na França do Sec. XIX e exposto em livros como o *Curso de Filosofia Positiva* ou o *Curso de Política Positiva*. Tem como base fundamental a ideia de que a filosofia deve ser concreta e não abstrata, quer dizer, deve tratar de factos. *In* Infopédia.

peessoas atribuem a mudanças particulares nas suas vidas, incluindo as que estão relacionadas com transições entre diferentes etapas de vida (Paulos, 2020).

A investigação biográfica procura perceber a relação que o indivíduo estabelece com o mundo social e histórico, e estuda como se forma o indivíduo enquanto ser social. Assim, esta metodologia procura compreender como é que os indivíduos se integram, estruturam e interpretam os espaços e as temporalidades do contexto social e histórico, tendo, neste processo, a investigação biográfica o papel de dar a conhecer a formas de vivência e interpretação concretas de quem se estuda, por um lado, e por outro, o significado social e político dessas mesmas experiências privadas e a tentativa de conhecimento coletivo (Paulos, 2020).

Para a seleção dos entrevistados, tiveram-se em conta as várias realidades presentes. Elegeram-se como critérios de partida variáveis como a origem geográfica dos entrevistados; se eram oriundos do bairro de lata ou de habitação clandestina; e se foram realojados através da compra da habitação ou de arrendamento. Este processo de escolha pode inserir-se na tipologia de amostragem por contraste, em que a finalidade é a de comparar situações extremas, o que irá permitir construir um quadro com um número diversificado de casos, com a presença de, pelo menos, de dois de cada grupo pertinente para o objeto a pesquisar (Guerra I. , 2006).

Como se pretende perceber as lógicas de produção, transformação e vivência do espaço de estudo, a abordagem utilizada será a de uma pesquisa exploratória, centrada na revisão de literatura, análise documental e nas entrevistas realizadas.

As entrevistas foram realizadas tendo em conta um guião pré-definido (**vide Anexo B**), de modo a ter em conta todas as dimensões em análise, a um conjunto de 16 moradores, inquiridos no seu local de residência e vários outros locais. Os contactos para as entrevistas foram obtidos através de colaborações várias, de antigos habitantes do bairro e também de algumas pessoas amigas. Foi, também, realizada uma conversa informal com uma técnica superior da Câmara Municipal de Oeiras, da Divisão de Gestão Social da Habitação, de modo a perceber como foi realizado o levantamento de necessidades de habitação, tanto relativamente ao processo inicial, como na fase do PER.

A duração média de cada entrevista foi de 30 minutos e a sua gravação teve o consentimento prévio de todos os entrevistados, tendo sido informados sobre a natureza da pesquisa e que implicação a sua participação teria para o resultado final. Foi elaborado um perfil social dos entrevistados, para enquadramento, relativamente às dimensões de análise (**vide Anexo C**).

Relativamente ao tratamento das entrevistas, a informação foi organizada segundo as dimensões de análise apresentadas no (**vide Anexo A**), sendo sujeita a uma análise horizontal, de modo a ser possível verificar que impacto tiveram as várias políticas de realojamento, nas dimensões consideradas para a análise. Na primeira fase de tratamento da análise de conteúdo, procedeu-se à análise categorial, seguida da análise tipológica, sendo a primeira a tentativa de identificar as variáveis cuja

dinâmica é um potencial explicação da dinâmica de um fenómeno. Ao realizar a segunda, a análise tipológica, coloca-se em ordem os materiais recolhidos, classificam-se segundo critérios apropriados e tentam-se encontrar variáveis escondidas que expliquem as variações de diferentes dimensões observáveis (Guerra, 2006), de modo a poder responder à pergunta de partida, sentem-se ou não os moradores como pertencentes ao local, se desenvolveram um sentimento de pertença e identidade para com o bairro.

CAPÍTULO 5. O PROBLEMA SOCIAL E DE HABITAÇÃO NO CONCELHO DE OEIRAS: ESTUDO DE CASO – BAIRRO DR. FRANCISCO SÁ CARNEIRO – LAVEIRAS

5.1. Enquadramento do Concelho de Oeiras

Oeiras é um concelho que se encontra inserido na Área Metropolitana de Lisboa (AML) (**vide Figura 1**). Situa-se na margem norte do Rio Tejo, sendo delimitado a Norte e Poente pelos concelhos de Sintra e Cascais, a nascente pelos concelhos de Lisboa e Amadora, barra do Rio Tejo encontra-se a sul, perfazendo uma frente ribeirinha com cerca de 9 Km de extensão. Tem uma área de cerca de 46 km².

O município é constituído por cinco freguesias (União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz-Quebrada/ Dafundo, União das Freguesias de Carnaxide e Queijas, União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, Barcarena e Porto Salvo) resultantes da reorganização administrativa do território das freguesias efetuada pela Lei nº11-A/2013, de 28 de Janeiro (**vide Figura 2**). Em 2021, o total de pessoas habitavam no município situava-se nas 171.767, sendo que 14,2% eram jovens entre os 0 e os 14 anos e 61,8% da população são pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (Pordata, 2022).

Antes da atribuição do Foral em 1759 (**vide Figura 3**), Oeiras era um reguengo integrado no termo de Lisboa cuja riqueza estava assente nas explorações agrícolas existentes. No século XVI inicia-se alguma atividade industrial e comercial, com particular enfoque para a fábrica da pólvora de Barcarena, bem como as pedreiras de Caxias e os fornos de cal de Paço de Arcos. Nos séculos XVII e XVIII, são construídos vários palácios e grandes quintas de recreio, desenvolve-se a exploração agrícola, centrada na cultura de cereais e vinho.

É a figura de Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, que irá transformar o estatuto do território, após ser agraciado com o título de Conde de Oeiras. O Foral da Vila de Oeiras é atribuído a 25 de Setembro de 1760. É um período de grandes mudanças económicas e sociais.

A qualidade dos seus solos, relativamente à agricultura, foi fator determinante para a fixação de população. No século XIX dá-se um declínio no setor agrícola e surgem novas indústrias, mantendo-se

algumas áreas de carácter rural, principalmente no interior do município. No século XX a construção da Estrada Marginal e da linha férrea entre Lisboa e Cascais acelera a expansão dos centros urbanos (Câmara Municipal de Oeiras, 2013).

A paisagem do município é marcada por vales das ribeiras existentes e que desaguam no rio Tejo, nomeadamente as ribeiras de Algés, Barcarena, Porto Salvo, Laje e rio Jamor. O município é também marcado pelas suas elevações, como a Serra de Carnaxide, o Alto da Mama Sul, o Alto dos Barronhos, o Alto do Montijo, o Alto das Confeiteiras e o Alto de Alfragide.

5.1.1. Evolução e características da população no Município de Oeiras

Desde 1864, ano em que surgem pela primeira vez registos corretos de contagem de população, que o concelho demonstra crescimento, mais ou menos cadenciado, até à década de 1970, altura em que o crescimento populacional do concelho mais que duplicou⁶. O Relatório de Diagnóstico para Revisão do Plano Diretor Municipal de 2013 dá conta de que a Taxa de Variação da População entre 2001 e 2008, embora não tivesse sido muito elevada, tinha sido maior do que a da Grande Lisboa.

É na década de 1970/1980 que se verificou a taxa de crescimento anual médio mais elevada de sempre, registando em termos absolutos um aumento de cerca de 81 000 indivíduos. Este crescimento, também verificado em toda a região de Lisboa é consequência do êxodo rural e do retorno dos emigrantes residentes nos territórios das ex-colónias após 1974.

De acordo com o resultado do Censos de 2021, o número total de residentes é de 171 658, revelando uma taxa de variação negativa de 0,27, relativamente ao Censos de 2011. Relativamente à sua posição dentro da AML, Oeiras posiciona-se em 6º lugar, assim como em 11º lugar em termos nacionais (**vide Quadro 2**). Segundo o Censos 2021, Oeiras apresenta uma densidade populacional de 3 742,27, sendo o 4º município da AML com mais habitantes por km². Relativamente ao total de residentes, 79 581 são homens e 92 077 são mulheres. O **Quadro 3** apresenta a população residente por grupo etário presente no Anuário Estatístico Regional de 2020 (INE, 2021).

Oeiras mantém, como o resto do território da AML, uma tendência de crescimento da população mais idosa. Ainda segundo os dados de estimativa do INE de 2017, verificava-se que os munícipes com 65 anos ou mais se concentravam nas freguesias agregadas de Algés e Oeiras, mas é também nestas freguesias que se concentra 62% da população do concelho. As freguesias com valores mais baixos são as de Porto Salvo e Barcarena (9% e 8%, respetivamente). Em 2017 residiam em Oeiras cerca de 154 pessoas com 65 ou mais anos, por cada 100 jovens dos 0 aos 14 (**vide Quadro 4**).

⁶ A análise populacional do concelho de Oeiras é realizado anulando o efeito negativo da retirada da freguesia da Amadora em 1979, ano em que uma reorganização administrativa a constituiu como concelho, a contagem é realizada apenas com os habitantes das atuais fronteiras do município (Câmara Municipal de Oeiras - Plano Diretor Municipal, 2013)

Relativamente a indicadores de educação, e segundo as mesmas estatísticas de 2017 do INE, Oeiras apresentava o 2º valor mais baixo da AML ao nível da taxa de retenção e desistência no ensino básico, 4 pontos percentuais abaixo da média da AML. Relativamente à qualificação académica da população residente, os Censos de 2021 dão conta de que o concelho apresenta um quadro global de instrução bastante elevado. Mais de metade da população tem habilitações escolares acima do 3º ciclo. A AML apresenta números mais equilibrados, relativamente aos níveis de ensino referentes ao 3º ciclo e ensino superior (**vide Quadro 5**).

Um das características do concelho de Oeiras é o facto de ser altamente terciarizado. Dados de 2014, apontavam para 88% de trabalhadores a exercerem atividade em empresas sediadas em Oeiras neste sector. Entre 2009 e 2014, a população empregada no sector terciário passou de 85% para 88% e a população empregada no sector secundário desceu de 15% para 12% (Câmara Municipal de Oeiras, 2019). O Anuário Estatístico de 2018 (INE, 2019) (dados desagregados em NUTS III) dá conta, precisamente, desta situação (**vide Quadro 6**).

Os trabalhadores por conta de outrem, com nível de habilitações mais elevados, são também a maior franja da população trabalhadora (**vide Quadro 7**) e destacam-se, segundo a profissão principal, os especialistas das atividades intelectuais e científicas (**vide Quadro 8**).

Quando se analisa o mercado de trabalho por município, o Concelho de Oeiras apresenta um dos concelhos com um ganho médio mensal mais elevado na AML, sendo ultrapassado apenas por Alcochete (**vide Quadro 9**), informação suportada quando se analisa o ganho mensal dos trabalhadores segundo o setor de atividade (**vide Quadro 10**).

Ao analisar o ganho mensal dos trabalhadores por conta de outrem, segundo a profissão principal, Oeiras apresenta um lugar cimeiro em quase todas as categorias, com destaque acentuado para os representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos (**vide Quadro 11**).

5.1.2. Indicadores económicos

O desenvolvimento económico do concelho de Oeiras tem partido do pressuposto da atração de empresas ligadas a setores inovadores da economia. O município assume-se como uma localização privilegiada para sedes de empresas, regionais, europeias ou até multinacionais, considerando-se um espaço competitivo para a instalação de centros de investigação.

Existem no concelho vários parques empresariais, como o Lagoas Parque, a Quinta da Fonte, o Arquiparque e o Taguspark – Parque de Ciência e Tecnologia, onde se encontram instaladas empresas várias empresas multinacionais, tais como a Pfizer, Sanofi, Cisco, Google, entre outras, sendo estas empresas responsáveis por parte significativa da riqueza gerada.

Encontram-se também instaladas no concelho várias instituições de ensino superior e diversos institutos de investigação, tais como, o Instituto Gulbenkian de Ciência, o Instituto de Biologia Experimental e Tecnologia (IBET), o Instituto de Tecnologia Química e Biológica (ITQB), o Instituto de Soldadura e qualidade, a Universidade Atlântica (instalada na antiga Fábrica da Pólvora de Barcarena), o Instituto Superior Técnico no Parque de Ciência e Tecnologia, a Faculdade de Motricidade Humana da Universidade de Lisboa e a Escola Superior Náutica Infante D. Henrique.

De acordo com um relatório elaborado pelo município em Maio de 2019, Oeiras tem um total de 24 223 empresas (dados de 2017) e era o 6º município do país com mais empresas e o 4º na AML (igual posição quanto às empresas individuais e sociedades) (Câmara Municipal de Oeiras, 2019), gerando um volume de negócio de 23 932 899,00€ (Instituto Nacional de Estatística, 2019).

Em 2019, o poder de compra *per capita* situava-se acima da média nacional 100 em apenas 32 dos 308 municípios portugueses. Lisboa apresentava o IpC (Indicador *per capita*) mais elevado (205,62), sendo o único município a mais do que duplicar o índice nacional. Nas 15 primeiras posições, correspondentes a um IpC superior a 110, encontravam-se ainda três municípios da AML: Oeiras (153,13), Alcochete (119,79) e Cascais (117,95). Relativamente à percentagem de poder de compra, Oeiras encontra-se em 3º lugar, atrás de Lisboa e Sintra, 1º e 2º lugar respetivamente, no quadro relativo da AML (**vide Quadro 12**).

5.1.3. Proteção Social

Ao analisar os dados tendo por contexto a AML e relativamente ao Anuário Estatístico da AML de 2019, Oeiras encontra-se no 5º lugar relativamente aos beneficiários do Rendimento Social de Inserção. Relativamente a subsídio de desemprego, o município de Oeiras tem também uma das taxas de beneficiários mais baixa (1 845 beneficiários no total), relativamente à AML (71 584 beneficiários no total) (Instituto Nacional de Estatística, 2019).

Segundo dados estatísticos de 2018 (Instituto Nacional de Estatística, 2019), Oeiras seria o concelho que pagaria um valor médio anual de pensões mais elevado na AML, assim como um valor médio de subsídios de desemprego (**vide Quadro 13**). O número total de pensionista situava-se em 2018 nos 43 088 (Instituto Nacional de Estatística, 2019).

O desemprego na AML atingiu em 2018, 105 000 indivíduos. Destes, 3 699 são residentes no Concelho de Oeiras, o que corresponde a uma taxa de desemprego de 4,4% (Câmara Municipal de Oeiras, 2019). O número total de beneficiários de subsídio de desemprego da Segurança Social seriam de 4 816, em 2018 (**vide Quadro 14**).

5.2. Problema social e de habitação no Concelho de Oeiras

Até à década de 50 do século passado, a cidade de Lisboa cresceu ao ritmo da sua área periférica. Lisboa e os arredores formavam uma estrutura urbana organizada por uma grande cidade, acompanhada por pequenos núcleos suburbanos, sendo que nas décadas seguintes estes pequenos núcleos iriam adquirir um peso diferente nesta estrutura (Nunes, 2011). Na década de 60 do século XX, o concelho de Lisboa representava 9,7% da população do Continente e os territórios confinantes começavam a ganhar um peso considerável nos números da demografia nacional, 6,9% da população continental (Nunes, 2011). Nas décadas seguintes, estes territórios acabarão por suplantarem a capital como território fortemente urbanizado, evidenciando um processo intenso de urbanização.

Durante a segunda metade do século XX, o contexto socioeconómico do concelho de Oeiras (que incluía o concelho da Amadora até Setembro de 1979) é marcado por uma sequência de acontecimentos comuns ao desenvolvimento da Área Metropolitana de Lisboa (AML). O primeiro destes acontecimentos relaciona-se com aumento da taxa de imigração e migração a partir dos anos 1950, que teve como consequência o crescimento acelerado da periferia de Lisboa. Este fluxo migratório era composto por populações que vinham de diversas regiões do país para trabalhar, sobretudo, na construção civil e na indústria, condicionados pelas fracas habilitação literárias e condição social. Os baixos salários a que estavam sujeitos, limitavam o acesso a uma habitação condigna. A sua situação financeira tinha como resultado não possuírem condições ou meios para recorrerem ao reduzido e inflacionado mercado de arrendamento ou à aquisição de habitação própria, forçando as populações a procurarem outras soluções de habitação, como o partilhar casa com outras famílias ou viver em barracas (Santos, Portas, & Machado, 2016).

Como referido, a partir da década de 1960, verificou-se um aumento significativo dos aglomerados de construção ilegal na periferia de Lisboa. Os bairros de barracas cresciam em zonas sem arruamentos, junto a pedreiras (Caxias tinha pelo menos duas pedreiras ativas) ou zonas fabris, estando sujeitos a inundações⁷ e incêndios, sem abastecimento de água, eletricidade, esgotos ou recolha de lixo. Estes bairros concentravam-se maioritariamente em solos rurais e eram construídos sem planeamento (Santos, Portas, & Machado, 2016).

Na década de 70, o seu crescimento deu-se a um ritmo de cerca de 7,5% ao ano, o que equivale a quase duplicar os seus efetivos em menos de uma década (Justino & De Castro, 1997), tendo como consequência maior o crescimento dos bairros de barracas. Um inquérito realizado entre 1972-1973 sobre núcleos de habitação degradada e de génese ilegal dá destaque à percentagem de barracas da

⁷ As Cheias de 1967 causaram um elevado grau de destruição no Concelho de Oeiras e, segundo relatos da época, pelo menos 50 mortos só no concelho. Este acontecimento continua até hoje a ser objeto de poucos estudos, permanecendo por contabilizar o número total de vítimas mortais, mas ao ser largamente divulgado na imprensa da época, expôs os problemas dos bairros de barracas na periferia de Lisboa.

AML com apenas uma ou duas divisões (53%), o número de pessoas a viver em barracas por divisão (29% com 2 a 3 pessoas) e a reduzida área disponível das barracas (49% inferior a 25m² e 39m²) (Santos, Portas, & Machado, 2016).

Até 1974, a habitação social em Oeiras pouco mais de 200 fogos tinha construído ao longo de 30 anos, podendo-se dar como exemplo a construção do Bairro da Junção do Bem em 1943, 32 fogos no Espargal (ocupados maioritariamente por empregados da câmara) e em 1967 os 40 fogos construídos em Leceia (quase todos pré-fabricados), para albergar famílias vítimas das cheias. Na década de 1970 iniciou-se a construção de 32 fogos no Bairro Bento de Jesus Caraça (Oeiras). Foi, também, adquirido um imóvel na Rua Copacabana (Oeiras) composto por oito fogos e que foram arrendados a funcionários municipais e foi também inaugurado o Bairro Casal do Deserto (Porto Salvo), composto por 69 fogos e construído pelos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento para os seus funcionários mais carenciados.

A Administração da Câmara Municipal de Oeiras tinha consciência da dimensão do problema e das suas consequências. Na última reunião de Vereação realizada antes do 25 de Abril de 1974, o principal tema debatido centrou-se na necessidade de se desenvolver um programa de habitação social como resposta.

Nesta reunião, o Vereador Coronel Firmino da Costa Gomes dá conta da impotência da Câmara para resolver este problema num curto espaço de tempo, por *“exceder as suas possibilidades económicas e técnicas”*, mas que poderia ser feito se fosse tratado por etapas e com consistência. Sugere então a construção de um ou mais blocos de habitação de modo a ir realojando famílias, passando a construir-se anualmente mais blocos, até o problema estar solucionado. Sugere a escolha de um ou dois núcleos de barracas, preferencialmente onde existissem terrenos da Câmara, convidar-se-ia uma empresa especializada a apresentar um plano de construção para o terreno disponível, construindo blocos de quatro pisos e de modo a alojar cinco famílias em casa piso. De seguida proceder-se-ia ao cadastro da população carenciada, de modo a evitar um novo fluxo de habitantes e a construção de novas barracas. Na altura o próprio Vereador afirmou achar o plano demasiado otimista, mas reconhecendo que não se poderia ficar sem nada fazer.

No dia seguinte, dava-se o 25 de Abril e o executivo camarário foi substituído por uma Comissão Administrativa (Justino & De Castro, 1997).

A alteração do quadro político não deixou de ter como prioridade o problema da habitação, reforçada pelo aparecimento de novas organizações e comissões de moradores, reforçando o movimento cooperativo. Mesmo assim, as dificuldades com a habitação continuaram a intensificar-se a partir de 1975, resultado de uma segunda vaga de movimentos migratórios, resultantes principalmente da descolonização (Justino & De Castro, 1997). Este movimento foi-se agravando ao longo de dez anos, com o movimento continuo da instalação de novas famílias, tornando a procura de

habitação uma pressão constante, levando a que as camadas mais desfavorecidas não tivessem outro recurso senão o de construir nos bairros de barracas e escolhendo outras formas de habitação clandestina (Justino & De Castro, 1997).

A fraca resposta da Câmara ao problema passou pela construção de mais alguns fogos no Bairro Bento de Jesus Caraça, em Oeiras, e por alguns fogos construídos no Bairro Luta pela Casa em Carnaxide, cujo projeto tinha tido origem na associação de moradores A Luta Pela Casa em 1975, no âmbito do SAAL, serviço SAAL/ Lisboa e Centro/Sul. O concelho de Oeiras contou com dez operações SAAL, distribuídas pelo território que, à época, se estendia até à Brandoa. Destas dez operações, apenas quatro concretizaram a construção de bairros, a saber, o Bairro de Alfornelos, da Associação de Moradores 11 de Março, construído na sequência de um incêndio em Novembro de 1974; o Bairro 25 de Abril, em Linda-a-Velha (1981 – 192 fogos); o Bairro 18 de Maio na Portela/ Outurela (1983 – 94 fogos construídos dos 450 previstos); e o Bairro Luta Pela Casa, em Carnaxide (1985 – 100 fogos).

As restantes operações não chegaram a ser construídas. Em Laveiras-Caxias, foi constituída a Associação de Moradores A Familiar e previa a construção de 200 fogos num terreno de 7,4 hectares para as populações de nove núcleos de barracas; em Linda-a-Pastora, foi constituída a Associação de Moradores Novo Rumo e previa a construção de 170 fogos num terreno com cerca de 5,5 hectares; em Paço d’Arcos, a operação Caminho do Mocho previa a construção de 125 fogos, num terreno de cerca de 7,6 hectares; o projeto do Alto da Damaia (na Estrada Militar, Amadora), da Associação de Moradores do Bairro Novo, previa a construção de cerca de 300 fogos, num terreno com cerca de 13,5 hectares; na Falagueira (Amadora), a Associação de Moradores Portugal Novo previa a construção de 380 fogos, num terreno de cerca de 11,3 hectares e, finalmente, na Venda Nova (Brandoa) a Associação de Moradores Força de Vontade previa a construção de 300 fogos num terreno com cerca de 5 hectares (Santos, Portas, & Machado, 2016).

O movimento cooperativo teve alguma expressão através de programas apoiados pela Câmara Municipal. Este apoio acabaria por se prolongar até 1985, passando pela cedência de terrenos (aquisição e expropriação), realização de infraestruturas, coordenação de projetos e isenção de pagamento de taxas, num modelo de parceria público-privada. Deste modo foi possível a construção de pelo menos 2 000 fogos, distribuídos pelas seguintes cooperativas:

- CHEO – Cacilhas (Oeiras) – 378 fogos
- Nova Morada – Paço de Arcos – 431 fogos
- CHEPA – Terrugem (Paço de Arcos) – 397 fogos
- CHELAG – Alto do Lagoal (Caxias) – 303 fogos
- CHEUNI – Carnaxide – 489 fogos

Com o apoio do município, as cooperativas construíram também alguns equipamentos sociais.

O financiamento assentava num mínimo de capacidade de aforro dos cooperantes e na concessão de empréstimos em regime bonificado, cujas condições (montante máximo, prazo e taxa de juro) dependiam do nível de rendimento dos sócios das cooperativas. As cinco cooperativas apresentadas caracterizam-se por uma boa inserção na malha urbana, sendo constituídas por moradias e edifícios multifamiliares, com uma boa qualidade de arranjos exteriores (Câmara Municipal de Oeiras, 2019).

As camadas mais desfavorecidas acabaram por não ser beneficiadas por este segmento da habitação e os bairros de barracas continuavam a ser locais desoladores (Justino & De Castro, 1997). Assim, no período compreendido entre 1975 e 1984, o ritmo de crescimento das barracas quase triplicou, tendo-se tornado a composição social dos seus ocupantes muito diversificada, com as populações provenientes das antigas colónias a mostrarem uma presença significativa, salientando-se a numerosa comunidade cabo-verdiana que se acabou por instalar nestes locais (Justino & De Castro, 1997).

A década entre 1986 e 1995 trouxe mudanças significativas nas políticas habitacionais da Câmara Municipal de Oeiras, com uma clara alteração nos modelos praticados até então e na visão estratégica criada para o desenvolvimento do concelho, ao assumir a responsabilidade da promoção direta dos programas de habitação social. Para que o modelo de desenvolvimento do concelho fosse possível, era incontornável que o objetivo estratégico de erradicar barracas do concelho fosse atingido (Justino & De Castro, 1997). O desaparecimento desta “*chaga social*” não era tanto só uma questão de dar novas condições de vida a milhares de famílias, mas também “*condição indispensável à requalificação urbana e social do território*” (Justino & De Castro, 1997).

Era importante conter os fluxos contínuos de migrantes para que o combate à construção de mais barracas e habitação clandestina fosse possível, isso foi conseguido através da modernização dos serviços de fiscalização.

O primeiro passo tomado pela autarquia centrou-se em assegurar financiamento para suportar os empreendimentos necessários. Isto foi feito pelo Governo Central, através da Secretaria de Estado da Habitação. O Instituto Nacional de Habitação (INH) foi parte fundamental deste financiamento, alargado mais tarde a particulares (Justino & De Castro, 1997). Com a celebração destes acordos de colaboração com a Administração Central, o município avançou para a construção de cerca de 1 800 fogos, no regime de promoção direta, de dois dos maiores conjuntos de habitação municipal, o Bairro Dr. Francisco Sá Carneiro, em Laveiras/ Caxias e o Bairro do Alto da Loba, em Paço de Arcos (Câmara Municipal de Oeiras, 2019). Em qualquer destes casos existiu a preocupação de integrar dois regimes de ocupação/ propriedade; o arrendamento e a venda.

Foram também construídos 180 fogos no Bairro do Bugio (Paço de Arcos), 44 fogos na Medrosa e 224 no Pombal (ambos em Oeiras), e 92 na encosta da Portela e 24 no Moinho da Portela (ambos em Carnaxide) (Câmara Municipal de Oeiras, 2019).

Em 1987 foram entregues os primeiros 80 fogos do programa do Bugio, concluíram-se 44 fogos no Bairro da Medrosa e iniciou-se a construção dos programas de Pombal e Laveiras (Justino & De Castro, 1997).

Entre 1980 e 1995, o Município de Oeiras construiu um total de 2258 fogos, dos quais 1694 foram destinados a arrendamento e 564 a venda (Justino & De Castro, 1997).

5.2.1. Programas e políticas de realojamento e reinserção social - PER

Distinguem-se três períodos de investimento em habitação social no concelho de Oeiras, no período compreendido entre 1985 e 1996. O primeiro está compreendido entre 1986 e 1988, o segundo entre 1989 e 1992 (com o valor médio anual a quintuplicar relativamente ao investimento inicial) e, por fim, o período compreendido entre 1993 e 1996. Neste período, estima-se que um terço do total do capital investido tenha sido relativo à comparticipação direta do município, seja, em capitais próprios, seja em ativos patrimoniais e ativos financeiros provenientes de acordos celebrados. Dois terços terão tido proveniência de comparticipações e empréstimos contraídos com o INH e com o IGAPHE (Justino & De Castro, 1997).

Fez parte das políticas de habitação iniciais a construção de fogos destinados a venda, com o intuito de não só realojar as famílias que viviam nos vários bairros de barracas do concelho, mas como também dar a possibilidade a jovens casais adquirirem casa, devido às dificuldades sentidas em aceder a uma habitação condigna (Justino & De Castro, 1997). Nos dez anos compreendidos entre 1986 e 1995 o número de fogos destinados a venda atingiu os 524.

Com a criação do PER, foi possível à Câmara dotar-se dos meios necessários para a concretização do que era o seu propósito fundamental na época, a erradicação da barracas no concelho. Um levantamento de necessidades na época mostrou que existiriam 3 165 agregados familiares necessitados de realojamento, num total de 12 132 pessoas identificadas, num tempo médio de residência superior a 15 anos, sendo superior a 35% a percentagem de famílias (através do seu representante) de nacionalidade estrangeira (Câmara Municipal de Oeiras, 2019).

Em 1993 foram distribuídos 1000 fogos no âmbito do PER, em 1995, 518 e em 1999, 749, sendo que 638 foram em regime de arrendamento e 111 para venda (Câmara Municipal de Oeiras, 2019).

O município sustenta que através da sua ação direta foi possível reduzir o do número de barracas existentes que teve como resultado a valorização social de milhares de famílias que beneficiaram com estas políticas (Justino & De Castro, 1997), (**vide Gráfico 2**) (**vide Quadro 15**), afirmação que se tenta confirmar com este trabalho.

5.2.2. Processos de realojamento e ação social desenvolvida

A erradicação total das barracas no concelho de Oeiras, como objetivo estratégico e uma das primeiras prioridades, definiu-se a partir de 1986. Pretendia-se inserir a política de habitação num alargado e mais complexo conjunto de ações que tinha como objetivo final o desenvolvimento social e urbano. O desenvolvimento de políticas ao nível da qualidade urbana, de modo a criar condições para o desenvolvimento do terciário superior e atrair empresas e recursos humanos de elevado potencial científico e tecnológico, não seria possível sem a resolução do problema dos bairros degradados (Marques, Santos, Araújo, & Nóbrega, 1996).

Segundo o Plano Estratégico “Habitar Oeiras”, do Departamento de Habitação e Reabilitação Urbana da Câmara Municipal de Oeiras, a situação de habitação precária dos anos 80, dava conta da existência de 98 núcleos de habitação degradada e de barracas (aproximadamente 5 000 barracas) (**vide Figura 4**) e a população atingida era aproximadamente de 15 000 pessoas/ 3 165 famílias (correspondendo a 9% da população). Assim, foram desenvolvidas, como Estratégia de Desenvolvimento, novas Políticas Sociais de Habitação, dentro do Factor de Coesão Social e de Desenvolvimento Económico, Social e Urbano do Concelho, tendo como principais metas: A erradicação das barracas, levando a cabo um levantamento, demolição e controlo efetivo; A promoção de fogos a custos controlados para famílias carenciadas; Compensações para aquisição de casa no mercado privado; Início da requalificação dos centros históricos e Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI).

Já no âmbito do acordo de adesão ao PER, é definido o seguinte método de execução do plano: Levantamento e registo socioeconómico dos residentes; Levantamento físico e fotográfico; Seleção das famílias em função das tipologias e prioridades sociais; Constituição do processo do morador; Reuniões prévias de preparação do realojamento; Visita aos novos empreendimentos; Entrega de fogos; Acompanhamento e promoção social das famílias realojadas (Câmara Municipal de Oeiras, 2015).

5.3. O Bairro Dr. Francisco Sá Carneiro – Laveiras/Caxias

5.3.1. “Ao Ritmo de Caxias”

“Antes da inauguração da linha do caminho de ferro Lisboa-Cascais e da Estação de Caxias, a localidade para onde o Reformatório foi transferido, em 31 de Maio de 1903, era conhecida em Lisboa e toda a região saloia, pela designação de Laveiras, pequena, mas pitoresca povoação pertencente à freguesia de Paço de Arcos, concelho de Oeiras, distrito e comarca de Lisboa.

O progressivo desenvolvimento do agregado que se formou nas imediações da estação de caminho de ferro e a inclusão do nome de Caxias nos guias e cartas itinerárias, a instalação da antiga Escola

Central de Oficiais, hoje Instituto de Altos Estudos Militares, no velho Palácio Real, a Manutenção Militar, a Direção de Faróis, o constante desenvolvimento da praia de Caxias, etc., contribuíram para diminuir a importância da primitiva povoação de Laveiras, motivo pelo qual hoje é mais conhecido o nome de Caxias, embora o Vicariato, criado em 1943, continue erecto em Laveiras, na Capela de Nossa Senhora das Dores.”

In *“Monografia do Reformatório Central de Lisboa Padre António de Oliveira”*. Caxias 1958. (Câmara Municipal de Oeiras).

A origem do toponímico Caxias, do latim *Quassina*, está associada à expressão “rochedo, quebramar”, recordando o Farol da Gibalta (**vide Figura 5**), colocado como se de uma sentinela se tratasse, à entrada da barra do Tejo. A localidade conta com um património vasto e diversificado, de onde se podem destacar o Forte de São Bruno (**vide Figura 6**), o Convento da Cartuxa (**vide Figura 7**) e a Quinta e o Paço Real, com os seus jardins com esculturas de Machado de Castro⁸, a cascata real e os seus lagos (**vide Figuras 8 e 9**).

Foi local de veraneio das cortes e elites de Lisboa, que com o passar dos tempos se tem vindo a transformar num espaço essencialmente residencial. Estará sempre ligada à Pedreira Italiana, de onde se extraiu pedra para a construção de vários monumentos, como o Mosteiro dos Jerónimos, o Terreiro do Paço e quilómetros de calçada tradicional portuguesa. Neste local encontra-se na atualidade o Agrupamento de Escolas de São Bruno e o Bairro da Pedreira Italiana⁹ (**vide Figura 10**).

Caxias conta, também, com três estabelecimentos prisionais, o Hospital-Prisional São João de Deus (situado ao lado do Bairro Dr. Francisco Sá Carneiro), o Forte de Caxias – Redutos Norte e Sul. Integrante do Campo Entrincheirado de Lisboa¹⁰, a sua construção remota a 1879, tendo recebido o nome de Forte Rei D. Luís I, em homenagem ao falecido soberano. Em 1916 passou a ser utilizado como estabelecimento prisional. Com a implantação do Estado Novo Português, o reduto sul passou a ser utilizado como prisão política. Foi cedido à Direção-Geral dos Serviços Prisionais em 1988, ficando

⁸ Machado de Castro, escultor português nascido em Coimbra em 1731 e falecido em 1822, em Lisboa. Trabalhou nas obras do Palácio-Convento de Mafra, esculpindo os retábulos das capelas. Deixou uma vasta obra, especialmente na capital. É da sua autoria a estátua equestre de D. José que se encontra na Praça do Comércio. Podem encontrar-se outras obras suas na Basílica da Estrela, no Palácio Nacional da Ajuda e na Sé Catedral de Lisboa. In Infopédia.

⁹ O Bairro da Pedreira Italiana cresceu dentro da antiga pedreira. Com o fim da exploração em 1952 e antes de qualquer recuperação, a propriedade foi repartida de forma desorganizada e alienada. As construções de barracas daquele bairro clandestino começaram por serem implantadas junto à ribeira, sem regras nem planos, seguindo para poente até à barreira física constituída pela escarpa. Nos anos 80 o local começou a ser reorganizado e foi alvo de várias regenerações e requalificações, por parte da Câmara Municipal de Oeiras. In Oeiras Valley – Requalificação da Pedreira Italiana.

¹⁰ Conjunto de fortificações localizado na Área Metropolitana de Lisboa, que constituía o sistema defensivo da capital portuguesa, tanto de ataques marítimos como terrestres. In Wikipédia – Campo Entrincheirado de Lisboa.

em funcionamento o reduto norte. O reduto sul entrou em funcionamento em 1995, após obras de requalificação.

5.3.2. O Bairro Dr. Francisco Sá Carneiro

Situado no lugar de Laveiras, em Caxias, implantado numa área de terreno inicialmente destinada a uma operação SAAL (1976-1979 – Associação de Moradores “A Familiar”), o empreendimento municipal integra 400 fogos. Do programa inicial, fazem parte 296 fogos de realojamento, 104 fogos de venda a custos controlados e espaços de equipamento sociocultural e comercial. O conjunto encontra-se organizado em 77 lotes, num terreno com 68 500 m² de área onde ficaram assim instalados 38 700 m² de construção total, dos quais se ocupam 3 500 m² em equipamento comercial e equipamento sociocultural (Câmara Municipal de Oeiras). O programa teve o seu início em 1987, com a organização do processo de concurso de seleção da equipa projetista (Câmara Municipal de Oeiras), que viria a ser ganho pelos arquitetos Nuno Teotónio Pereira e Pedro Viana Botelho, que tentaram concretizar uma solução semiurbana, semirrural e sobretudo que este conjunto habitacional não se tornasse um bairro isolado (**vide Figura 11**). No Colóquio de Urbanismo realizado em 1969, o arquiteto Nuno Teotónio Pereira no seu texto “*Habitações para o maior número*” afirma que no panorama urbano, a habitação desmesurada põe em causa toda a estrutura urbana tradicional e que por isso os aglomerados urbanos podem ser a prova de um enorme desequilíbrio provocado pela necessidade de se construir habitação para um maior número (Pereira, 1969). Para Nuno Teotónio Pereira, o problema da habitação para o maior número passava pela construção, mas em conjuntos urbanos organizados, equipados e conectados (Ruepp, 2020).

O plano foi promovido pela Câmara Municipal de Oeiras, a construção desenrolou-se entre 1988 e 1991 e esteve a cargo da empresa Sociedade de Construções Amadeu Gaudêncio.

Enquadra-se num cenário composto por núcleos residenciais mais antigos, por uma área de construção cooperativa e pela Prisão-Hospital S. João de Deus, localizado no vale de Caxias, em terrenos anteriormente expropriados ao abrigo das disposições do projeto SAAL, em que já tinham sido construídas infraestruturas de saneamento básico. Estes terrenos foram destinados pela Câmara Municipal de Oeiras ao realojamento das populações dos núcleos degradados de Linda-a-Velha e Caxias e funcionários municipais (Abreu, 1997).

Inaugurado em 1988, pelo então Primeiro-Ministro Aníbal Cavaco Silva (RTP, 1988), este bairro foi, durante anos, conhecido como o “bairro dos timorenses”, população realojada no local em 1988. Na altura, foram entregues 40 fogos de aluguer a estas famílias (Abreu, 1997). Hoje, poucas famílias timorenses se encontram no bairro (Marques, Santos, Araújo, & Nóbrega, 1996).

O aspeto da qualidade arquitetónica, que caracterizou a atividade de apoio à promoção residencial de interesse social desenvolvido pelo Instituto Nacional de Habitação (INH), do qual o projeto ganhou

o Prémio INH 1992 de promoção Municipal (em ex-aequo) (Instituto Nacional de Habitação, 1992), o INH considerou que era possível a um gabinete projetista fazer um pequeno bairro com uma qualidade de desenho urbano e arquitetónico de referência, tendo concluído que era fundamental a realização de conjuntos com escala urbana reduzida, em edifícios “*humanizados*”, com respeito pela integração social no espaço envolvente, concluindo que em Laveiras se tinha garantido um resultado urbano e residencial positivo (Coelho & Coelho, 2009).

O contexto urbano foi elaborado tendo em consideração a continuidade e a integração de equipamentos interiores e exteriores, motivando o sentido de rua e de quintal, rua pública e viva, quintal privado e escondido dos olhares de quem passa na rua. As diversas subzonas circundantes do bairro são conjugadas numa única zona central, equipada e ligada a um importante eixo de acessibilidades (Coelho & Coelho, 2009).

Embora a área estivesse vazia, houve o cuidado para que o bairro não ficasse isolado, realizando um traçado urbano não limitado e que fosse, acima de tudo, capaz de criar continuidades (Ruepp, 2020). A grande preocupação foi demonstrar que o problema da habitação para um maior número não se trata apenas de quantidade.

O declive acentuado do terreno foi explorado de maneira a permitir a instalação na parte de baixo dos edifícios, caso da galeria comercial na rua principal. A preocupação de identificar as casas com a imagem que se tem de uma casa (entrada principal, telhado com chaminé e janelas dos lados) foi tida em conta (Ruepp, 2020).

A construção desenvolve-se na sua maior parte em baixa estatura, tendo permitido dotar de logradouros privados cerca de metade das habitações. A equipa projetista explicou esta opção devido à localização do terreno relativamente ao núcleo urbano de Laveiras e do tipo de população a alojar, habituada a uma relação estreita com o exterior. Os blocos apresentam uma variação do número de pisos, com edifícios com dois pisos de habitação independente (**vide Figura 12**), até blocos com quatro pisos do mesmo tipo (**vide Figura 13**). Todos os fogos de tipologia T3 e T4 se desenvolvem em dois pisos (duplex) (**vide Figura 14**), vindo a ocupar com um ou dois quartos um andar recuado, resultado do aproveitamento do desvão¹¹ do telhado. Ao nível das caves situam-se os espaços de equipamento com entradas independentes desde o espaço urbano (Instituto Nacional de Habitação, 1992).

Os catorze blocos constituídos por lotes em banda agrupam-se de modo a organizar quarteirões, dois deles formados pelos pórticos dos espaços deixados para futuras garagens (algumas já construídas).

Os princípios fundamentais do projeto são a Habitação coletiva tipo esquerdo/ direito, 2 fogos por patim, com ausência de circulação horizontal; Utilização de malha estrutural modulada; Concentração

¹¹ Espaço entre o telhado e o teto do último andar, sótão.

de canalização entre fogos; Garantia de ventilação transversal e fruição plena de duas fachadas opostas (insolação e vistas); Fruição de um logradouro para a grande maioria das habitações, privatizando uma grande parcela dos espaços exteriores; Telhado de água única proporciona fogos duplex, com capacidade de aumento de ocupação, conferindo à solução um carácter evolutivo, ao mesmo tempo que se simplifica o escoamento de águas pluviais e se facilita o acesso à cobertura (a partir da escada central do edifício); Conceção da articulação dos espaços interiores, de modo a definir com clareza a área privada e a pública; Fácil leitura dos espaços exteriores.

O quadro de tipologias disponíveis ia do T1 ao T4 (**vide Quadro 16**).

A qualidade geral dos materiais de construção é boa, sendo que as reclamações existentes dos habitantes se prendem com o uso da técnica de reboco projetado nas paredes interiores das casas (Abreu, 1997).

Os espaços públicos estão organizados de modo diverso, o que deu a uma variedade que vai da grande avenida com largos passeios (junto à zona comercial), a um pequeno largo no interior, uma alameda e um jardim (Instituto Nacional de Habitação, 1992).

A Avenida João de Freitas Branco, arruamento principal do bairro, faz a ligação dos acessos Norte e Sul e dispõe de várias unidades comerciais em arcada, casas em sobreloja com escada exterior, creche e jardim de infância. Existem ainda vestígios de uma antiga quinta e um poço, com algumas oliveiras (Abreu, 1997).

As três principais ruas, Tomás de Lima, Maria Albertina e Artur Ribeiro, assim como outras duas que fazem a ligação entre elas (Rua Belo Marques e Rua Augusto Hilário), completam os arruamentos.

No acesso Norte situa-se o Largo da Quinta do Jardim, com calçada portuguesa, relva, árvores e uma escultura do artista Espiga Pinto (**vide Figura 15**), homenagem a Francisco Sá Carneiro, inserida num pequeno arranjo paisagístico.

O acesso Sul é feito através de uma ponte vinda da margem direita da Ribeira de Barcarena e faz a ligação ao núcleo antigo de Laveiras. Uma rampa pedonal separa o bairro dos terrenos do antigo Instituto de Reeducação Padre António Oliveira.

O bairro destaca-se pelas suas cores exteriores, rosa claro e verde claro, como pelo contraste paisagístico que ajudou a criar (Abreu, 1997).

Da autoestrada A5, vislumbra-se o vale, sendo visível o Hospital Prisional São João de Deus e por baixo na encosta, o bairro, em baixo situa-se o núcleo antigo e no outro lado da colina a zona residencial do Alto do Lagoal, com as suas moradias de luxo.

5.3.3.1. Processo de ocupação do bairro e origem dos seus habitantes

Provenientes dos vários bairros degradados do concelho, seja por via do arrendamento ou do concurso lançado pela câmara, os habitantes do bairro foram sendo realojados no bairro a partir de 1989 (**vide Quadro 17**).

Segundo o inquérito sociológico realizado à população realojada no bairro em Outubro de 1997, após a construção da 2ª fase, relativa ao PER, a população do bairro apresentava características diversificadas, tanto do ponto de vista social, como cultural e económico, juntando-se a estes aspetos a pluralidade de origens e percursos demográficos.

5.3.3.2. Processo de realojamento

A metodologia do realojamento, mais tarde replicada na fase do PER, passou pelo levantamento e registo socioeconómico dos residentes nos vários bairros de barracas existentes no concelho. Foi realizado um levantamento físico e fotográfico, uma seleção das famílias em função das tipologias e prioridades sociais, para de seguida ser constituído o processo do morador. O registo no processo do concurso de atribuição de casa por arrendamento foi aberto a todos os que viviam em situação de carência habitacional.

De seguida, foram realizadas várias reuniões prévias de preparação ao realojamento, realizadas visitas ao empreendimento, e finalmente, a entrega da chave. As primeiras famílias realojadas foram as timorenses, vindas do Vale do Jamor, que chegaram ao bairro em Dezembro de 1988 (RTP, 1988).

A câmara continuou a realizar um acompanhamento e promoção social às famílias realojadas. Existe no bairro um gabinete de atendimento da Divisão de Habitação Social, que atende uma vez por semana no local.

5.3.3.3. Programa de venda

A venda dos fogos foi promovida através da modalidade de concurso público por sorteio, com a exceção de 4 fogos, que ficaram na altura sem regime definido. Os potenciais destinatários foram selecionados previamente e lançados dois concursos – Público e Funcionários, estabelecendo um painel diversificado de tipos sociais e de modo a satisfazer as diferentes carências (**vide Quadro 18**) (Branco & Jané, 1990).

A informação recolhida sobre os requerentes consistiu nos seguintes indicadores: Lugar de residência (fora do concelho; concelho, freguesia, localidade, zonas degradadas); Idade (grupos etários; sexo); Família (estatuto familiar – casal, união de facto, divorciado, sozinho; dimensão – número de pessoas, número de filhos, qualificação profissional); Rendimento familiar (qualificação profissional, número de salários mínimo nacional); Qualificação profissional (estatuto socioprofissional – quadro superior, quadro médio, trabalhador qualificado/ trabalhador não qualificado, assim como

para o parceiro); Entidade empregadora (tipo de entidade – empresa pública ou privada, função pública, conta própria, serviço/ atividade doméstica, assim como para o parceiro); 1ª escolha (tipo/ grupos habitação, nível de preço/m², logradouro, qualificação profissional, dimensão da família).

No estudo efetuado para o concurso Público (total de 270 candidaturas para 82 fogos), a maioria dos candidatos eram moradores nas freguesias de Oeiras e Paço de Arcos e cerca de 10% do total residia fora do concelho. 18% dos candidatos residiam em zonas degradadas, sendo a freguesia de Carnaxide a mais representada neste contexto.

As 270 candidaturas/ famílias correspondiam a um total de 933 pessoas, cerca de 40% dos requerentes eram do sexo feminino e independentemente do sexo, a média de idades situava-se nos 37 anos. A tipologia familiar predominante era a família nuclear, com 80% de casais, 13% sozinhas e 7% famílias monoparentais (Branco & Jané, 1990).

Quanto à qualificação profissional, os trabalhadores qualificados correspondiam a 47% do total e trabalhadores sem qualquer tipo de qualificação profissional eram 34%. Estes grupos perfaziam 80% dos candidatos, correspondendo os restantes candidatos a 11% de quadros superiores e 8% a quadros médios (Branco & Jané, 1990).

De entre as tipologias disponíveis, o T2, com valor de venda mais baixo, 5 000 contos (24 939,89€) teve o maior número de pedidos (80%), seguido do T4 (57% de pedidos), vendido pelo valor de 5 930 contos (25 578,71€). Na altura foi concluído que a potencialidade de ter logradouro fosse relevante em termos de adesão (Branco & Jané, 1990).

O desenho do perfil socioeconómico dos potenciais compradores permitiu a avaliação das possíveis vantagens presentes na promoção direta municipal, com as vendas a custos controlados, permitiu também ao promotor aceder a um painel de vários tipos sociais, de modo a satisfazer as várias carências de habitação. Esta preocupação estava presente no programa do concurso, ao fixar a dimensão do agregado familiar, impor limites (mínimos e máximos) de rendimento para os diversos tipos/ grupos de habitação a concurso (Branco & Jané, 1990).

A dimensão média das famílias situava-se nas 3,5 pessoas, o que levou a uma maior adesão à tipologia T2, como já mencionado, assim como, o facto destas habitações terem um valor mais baixo de venda. Ao revelar um segmento de procura homogénea, o produto oferecido satisfazia um leque de diferentes tipos sociais, com rendimentos médios abaixo dos limites estabelecidos para os espaços de habitação mais baratos (Branco & Jané, 1990).

A coexistência das duas modalidades, venda e arrendamento, no mesmo conjunto habitacional, pretendia um maior equilíbrio em termos de integração social das famílias abrangidas e a viabilização do programa por força das condicionantes do financiamento. Tinha também a perspetiva de que um inquilino de uma casa arrendada se tornasse num potencial comprador da casa arrendada, de modo a

aliviar a autarquia de encargos com a conservação dos fogos e de se reaplicarem os valores obtidos na construção de novas promoções habitacionais (Branco & Jané, 1990).

Foi estudado na altura, tendo em conta a Promoção Municipal, que conceção e que soluções construtivas se deveriam desenvolver, tendo em conta o quadro normativo existente, tal como as áreas, o custo de construção por m², o custo *versus* a qualidade de construção, o preço de venda, a renda técnica, os subsídios a fundos perdidos, o acesso a linhas de crédito para a construção, etc., e qual seria o produto final a oferecer e que potencialidades promover a nível urbano aos futuros utentes provenientes de situações socioeconómicas diversas e portadores de modelos culturais diferenciados.

Eram várias as condições de candidatura ao concurso, serem maiores ou emancipados; residirem ou trabalharem no concelho há pelo menos 2 anos; não possuírem habitação ou terreno urbanizado de sua propriedade no concelho ou concelhos limítrofes (Lisboa, Loures, Cascais, Sintra, Vila Franca de Xira, Barreiro, Almada e Amadora); terem um agregado familiar composto no mínimo por 2 ou 4 pessoas, tendo em conta as tipologias dos fogos – T2 ou T4, respetivamente. Considerava-se como fazendo parte do agregado familiar o conjunto de pessoas constituído pelo casal e seus descendentes ou ascendentes no 1º grau (incluindo enteados e adotados), desde que vivessem em comunhão de mesa e habitação. No caso dos solteiros, viúvos, divorciados ou separados judicialmente de pessoas e bens, incluíam-se os descendentes ou ascendentes no 1º grau, desde que vivessem em comunhão de mesa e habitação. Admitia-se que entrassem na composição do agregado familiar os nascituros; O rendimento familiar tinha de entrar dentro dos parâmetros indicados e era considerado que constituía o rendimento do agregado familiar todos os vencimentos, salários ou subvenções, ilíquidos, do concorrente e das pessoas que fossem consideradas como pertencente ao seu agregado familiar (aqui excluía-se o abono de família).

Relativamente ao sorteio, os concorrentes podiam inscrever-se em qualquer das tipologias, dentro dos parâmetros atrás mencionados, indicando a sua ordem de preferência. Este foi público (Branco & Jané, 1990).

Findo o sorteio, os candidatos efetivos foram notificados e acordaram com a câmara a forma de pagamento e a data para a celebração do contrato de promessa de compra e venda (CPCV). Este deveria ser assinado no prazo máximo de 20 dias a contar da data da comparência do candidato na câmara. Antes da celebração do CPCV, deveria ser efetuado um pagamento mínimo de 5%, como sinal. Isto não era exigido aos candidatos que iriam recorrer ao crédito jovem, ficando apenas obrigados ao pagamento de uma caução de 100 000\$00 (498,79€) que seria devolvida na data da escritura. As chaves apenas foram entregues nas datas da escritura.

Os preços de venda variaram entre os 4 300 000\$00 (21 448,31€) – T2 e 5 930 000\$00 (29 578,71€) – T4.

5.3.3.4. Empreendimento Municipal de Laveiras- Caxias – A fase do PER

Este empreendimento foi definido a partir do ponto de vista construtivo (urbanização/ edifícios a construir, empresa construtora) através de um concurso público, lançado pela Divisão de Promoção de Habitação, da Câmara Municipal de Oeiras. Este programa destinava-se ao realojamento de famílias que viviam em condições degradadas, ao abrigo do PER e ao concurso de venda Habitação Jovem (Câmara Municipal de Oeiras, 1998).

Os 64 fogos foram objeto de atribuição em regime de arrendamento social, sendo possível a conversão do arrendamento em venda. 48 fogos tiveram como destino a comercialização ao abrigo do PER, tendo ficado 14 enquadrados no concurso “Habitação Jovem”.

Este empreendimento teve o seu início com a preparação do programa e o lançamento do concurso de seleção da equipa projetista em Agosto de 1993. Os vencedores foram a empresa CER, com um projeto da empresa projetista Arquitraço, Lda., do Arquiteto Luís Rebelo de Andrade. Com a falência da empresa CER, a construção ficou a cargo da empresa Soconstroi, S.A. (Câmara Municipal de Oeiras, 1998).

Este conjunto habitacional situa-se, também, em Laveiras-Caxias, sendo a Avenida João de Freitas Branco o eixo principal comum que articula os dois empreendimentos (**vide Figura 16**). O conjunto integra 112 fogos em 7 blocos de edifícios independentes de 4 pisos cada e com 4 fogos por patim, dispostos ao longo da Avenida (**vide Figura 17**). Num terreno com 15 700 m² ficaram construídos 10 300 m² de construção total. O esquema de implantação dos edifícios foi reforçado pelo tratamento dos espaços exteriores. Os principais percursos de peões surgem seguindo traçados paralelos e perpendiculares ao eixo criado pela EN 25, assim como, os impasses de acesso ao estacionamento e entradas dos edifícios. A implantação dos primeiros quatro edifícios foi reforçada com a criação de um arruamento de acesso ao estacionamento, disposto de uma forma radial. Para além dos percursos de peões, em calçada de vidro, são marcadas zonas diferenciadas pelo seu acabamento, surgindo assim terreiros em saibro. Os espaços sobrantes, são preenchidos por zonas verdes (Câmara Municipal de Oeiras, 1998).

Os blocos distinguem-se pela sua cor azul, até ao 3º piso, estando o último pintado de branco. Este tem um remate de cornija que marca o coroamento do edifício (**vide Figura 18**) (Câmara Municipal de Oeiras, 1998).

Segundo informação constante no site da Câmara Municipal de Oeiras, neste momento esta zona do bairro tem 336 residentes. Do total de 112 fogos, 64 estão em regime de arrendamento e 48 em propriedade particular.

5.4. Entidades presentes no bairro – Grupos e Associações

5.4.1. Associação Cultural e Juvenil Batoto Yetu Portugal

A Associação Cultural e Juvenil Batoto Yetu Portugal trabalha com jovens e crianças interessados na cultura africana, provenientes de meios económicos mais ou menos desfavoráveis. A associação acredita que independentemente das condições económicas e sociais de cada pessoa, o reconhecimento e valorização das suas raízes culturais é um fator essencial para a consolidação da sua autoestima e sentimento de pertença. Tem como missão contribuir para a integração social de crianças e jovens maioritariamente de origem ou ascendência africana, através do desenvolvimento de atividades educativas, artísticas e culturais (Batoto Yetu Portugal, 2022).

Uma das atividades desenvolvidas é o apoio à comunidade imigrante que desde 2008 tem reforçado o seu trabalho junto da comunidade imigrante na AML, afirmando-se como associação de referência no campo da integração de imigrantes e seus descendentes. Concede apoio gratuito na regularização e renovação de documentos e sensibilizam os imigrantes sobre os seus direitos e deveres (Batoto Yetu Portugal, 2022).

Em 2013, a associação alcança o estatuto de Casa do Cidadão de Cabo Verde, reconhecido e concedido pelo Governo de Cabo Verde.

Como Gabinete de Apoio ao Emigrante, em funcionamento nos concelhos de Oeiras e Lisboa, presta apoio gratuito em questões como nacionalidade, reagrupamento familiar, Segurança Social e outras. Como Balcão da Casa do Cidadão de Cabo Verde permite a emissão de certidões como o registo criminal, certidão de nascimento, certidão de casamento, certidão de óbito ou certidão de perfilhação.

Entre 2009 e 2011, a associação promoveu o empreendedorismo imigrante em Caxias, organizando sessões de formação gratuita nesta área e trazendo especialistas para fazer um acompanhamento personalizado dos negócios criados pelos formandos, conseguindo envolver mais de 40 formandos e o desenvolvimento de vários projetos na comunidade (Batoto Yetu Portugal, 2022).

Os espetáculos de dança e percussão africana são a principal atividade artística da associação e uma das suas principais fontes de rendimento, dado que as receitas provenientes da realização dos espetáculos são sempre reinvestidas na capacitação técnica, artística e logística da associação (Batoto Yetu Portugal, 2022).

Neste momento, a associação apenas realiza alguns workshops no espaço que mantém no bairro.

5.4.2. Casa de São Bento

A Casa de São Bento é fundada em Setembro de 2003, tendo como identidade promotora o Centro Paroquial Nossa Senhora das Dores (CCPNSD) e contando com parcerias do Instituto de Droga e da Toxicodependência (IDT), da Câmara Municipal de Oeiras (CMO) e da (então) Junta de Freguesia de

Caxias (inserida na União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, na reorganização administrativa de 2012, Lei nº 22/2012, de 30 de Maio).

Este projeto está vocacionado para intervir localmente no bairro e nasce para dar resposta a duas preocupações, a proximidade das crianças e jovens do bairro com o consumo drogas e comportamentos de risco e a necessidade de capacitar, em tempo pós-escolar, estes jovens e crianças com alternativas de vida saudáveis, orientadas num quadro de prevenção e de desenvolvimento de competências pessoais e sociais (Montez, 2005).

No primeiro ano de funcionamento participaram cerca de 40 crianças e jovens, com idades compreendidas entre os 6 e os 16 anos, envolvendo 28 famílias e uma equipa técnica de 6 elementos, 1 coordenador, 1 psicólogo, 1 técnico psicossocial e 3 monitores, que trabalhavam em duas ações específicas junto desta população. A primeira, designada de Espaço Jovem, com 5 programas de atividades diferenciadas, tais como o Estudo Acompanhado, as Atividades Desportivas, as Ludicopedagógicas, as Temáticas (centradas na área da saúde e as Atividades Cívicas e Culturais). A segunda, designada de Gabinete de Apoio Psicológico, com principal foco no apoio individual das crianças, na sua ligação à rede familiar e escolar, aliando sempre que necessário a sinalização e o encaminhamento institucional especializado (Montez, 2005).

5.4.3. Arisco - Instituição Para A Promoção Social E Da Saúde

A ARISCO é uma associação sem fins lucrativos, constituída em Novembro de 1993, reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), com estatuto de utilidade pública e vocacionada para o trabalho na área da Prevenção e Promoção Global da Saúde e Cidadania (ARISCO, 2022).

Os projetos, materiais e atividades da ARISCO visam o desenvolvimento pessoal e social e estão estruturados em 5 eixos fundamentais, desenvolvimento de competências sócio-emocionais, formação de agentes de prevenção e promoção global da saúde e cidadania, materiais lúdicos e pedagógicos, metodologia de ação-reflexão e, finalmente, intervenção comunitária (ARISCO, 2022).

5.4.4. Maratona Clube de Portugal

O Maratona Clube de Portugal é fundado em 1989, tendo como fundador Carlos Mória, empresário natural de Ovar, juntamente com Reinaldo Gomes, Carlos Alcobia e Diamantino Silva.

Manuel Matias foi o primeiro atleta do clube e, logo no seu ano de estreia, venceu a Maratona de Fukuoka, no Japão, dando um grande impulso ao clube e ajudando à contratação de mais atletas (Maratona Clube de Portugal).

A 17 de Março de 1991 realizou-se a primeira edição da Meia Maratona de Lisboa. A 22 de Outubro foi a estreia da Meia Maratona de Portugal com a travessia da Ponte Vasco da Gama. O Maratona

Clube de Portugal organiza ainda o Grande Prémio de Natal e a Corrida da Mulher, que angaria fundos para a luta contra o cancro da mama (Maratona Clube de Portugal).

5.4.5. Mundos de Papel/ PSP Caxias – Projeto Gira no Bairro

A Mundos de Papel (associação sem fins lucrativos, com sede em Barcarena) e a esquadra da PSP de Caxias, desenvolvem desde Junho de 2019 o Projeto Gira no Bairro – Uma Esquadra Aberta à Comunidade, onde desenvolvem um trabalho ativo e diário com jovens desfavorecidos do bairro, abordando várias questões que vão do racismo, à violência policial, injustiça social, entre outras (Gonçalves D. , 2020).

Desde o seu início, aderiram mais de 30 agentes da PSP de diferentes esquadras de Oeiras e mais de 90 jovens, desenvolvendo mais de 300 sessões, com o apoio de 30 voluntários. Estes encontros pretendem promover a inclusão e a cidadania, através de atividades de apoio ao estudo, de arte-terapia, desportivas, sensibilização e educação (Gonçalves D. , 2020).

O projeto decorre principalmente no bairro Dr. Francisco Sá Carneiro, mas abrange outros jovens e outras localidades, numa tentativa de levar estes jovens a verem a esquadra como fonte de problemas, mas como uma esquadra que dá oportunidades (Gonçalves D. , 2020).

CAPÍTULO 6. ANÁLISE DOS RESULTADOS

6.1. Análise de dados pré-existent sobre o bairro

Em 1997 a Universidade Nova de Lisboa efetuou através da SOCINOVA – Gabinete de Investigação em Sociologia Aplicada, um estudo (Palácio, Ralha, & Nóbrega, 1997) , que visava traçar, em termos gerais, as tendências observadas no terreno de modo a contribuir para o desenvolvimento de uma série de reflexões sobre os processos sociais associados a uma operação de realojamento. O bairro Dr. Francisco Sá Carneiro foi considerado um objeto de particular interesse de estudo por ter sido um projeto pioneiro desenvolvido pela Câmara Municipal de Oeiras.

Foi realizada uma série de entrevistas aos moradores, tendo como principais pontos de interesse a construção de um índice de integração social.

O questionário aplicado incidiu sobre uma amostra representativa da população, cuja seleção passou por duas fases, a seleção dos fogos e a seleção dos indivíduos, um por cada fogo selecionado, tendo uma base de quotas, segundo as distribuições reais por idades e por sexo, de modo a garantir a representação destas características da população. A amostra final garantia a representatividade dos indivíduos inquiridos em termos das quotas consideradas, com uma dimensão de 117 indivíduos, para um intervalo de confiança de 91% e com uma margem de erro de 6%.

Relativamente à integração sociocultural, a observação permitiu verificar que a população apresentava características diversificadas do ponto de vista social, cultural e económico, a que se somava a pluralidade de origens e percursos demográficos (características habitualmente subjacentes a populações alvo de processos de realojamento). A presença de um grande número de pessoas oriundas dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) constituía um traço fundamental, embora os percursos realizados em Portugal assumissem muitas vezes um carácter transitório e o prosseguimento de determinados objetivos. As informações recolhidas na altura, relativamente ao nível de satisfação face à casa e ao bairro revelam como os indivíduos com pertença étnica tendem a apresentar uma avaliação mais positiva. A interpretação para esta avaliação mais positiva relacionava-se ao facto de que uma grande percentagem de moradores serem locatários com presença étnica, tendo por isso, um mais baixo nível de exigência face às condições anteriores ao realojamento e, assim, mais benevolentes relativamente às condições e ações ocorridas no bairro.

Encontrou-se, ainda, uma concentração significativa de timorenses, cuja instalação no bairro remonta à primeira operação de realojamento no local, às quais posteriormente foram acrescentadas outras vagas. A sua presença assumiu-se desde o início como um dado estruturante do que foi a imagem construída sobre o bairro. Ainda que o número de timorenses e seus descendentes seja hoje em número muito inferior ao da altura, o nome do bairro continua a estar-lhes associado (é conhecido desde essa altura como o “bairro dos timorenses”).

A par das pessoas não naturais de Portugal, existia um conjunto de indivíduos provenientes de outros locais do país. Relativo aos dois casos, encontrava-se um número significativo de descendentes, nascidos já nas áreas envolventes do local de residência.

O acesso ao bairro deu-se através de vários processos de realojamento, obrigando à deslocação da população das zonas onde se tinham instalado. Paralelamente à situação de realojamento, temos um número significativo de população que teve acesso ao bairro, recorrendo à compra das casas.

Dos dados recolhidos no estudo, mostravam que 63,7% das pessoas inquiridas (correspondente a 65 casos), vivem em habitação arrendada e 32,4% (33 casos) em casa comprada. Três dos casos (3.9%) iniciaram o processo através do arrendamento e acabaram por adquirir as casas. A condição face à casa afigurou-se como um elemento estruturante dos processos sociais localmente operados, sendo o seu papel referido constantemente pelos habitantes. Dos dados recolhidos, ficou a saber-se que 87,9% dos locatários (58 casos) viviam na zona de Oeiras e que 35,1% (13 casos) tinham vindo de outros locais.

Relativamente à opinião sobre a habitação, foi feita uma série de questões tendo como referência a situação habitacional anterior, tendo-se apurado um alto nível de satisfação em relação a todos os aspetos, com exceção das despesas (**vide Quadro 19**).

O acesso ao bairro pode, para muitos, ter significado uma profunda alteração no seu modo de vida, nomeadamente na ligação mantida com a casa, e ter contribuído para a criação de novos hábitos, desencadeando um conjunto de aspirações e expectativas, tanto em relação ao poder municipal como aos próprios vizinhos, com quem partilham o espaço.

A integração de uma população tão diversificada no local pareceu constituir um processo associado às diferentes posições e características dos indivíduos, em que a oposição existente entre locatários e proprietários, aliada à origem diversificada (associada à existência, ou não de pertença étnica) faz com que a avaliação sobre as condições de habitação fossem afetadas por todos estes fatores.

Não obstante um nível de satisfação generalizado, os indivíduos que são proprietários apresentam-se como mais críticos, relativamente à higiene e saúde do bairro. Entre os locatários, a avaliação positiva superou as outras respostas. As entrevistas realizadas na altura mostram como a satisfação em relação à casa tende a ser valorizada, influenciando mesmo a vida no bairro. Os aspetos negativos tendem a ser relativizados, funcionando a casa como espaço privilegiado ou mesmo como fator de isolamento.

A diferença entre os proprietários e os locatários revela-se em plena consciência, refletindo-se em termos de relações interpessoais, como na sua apresentação e apropriação do espaço.

O acesso ao bairro pode ter significado para muitos, uma profunda alteração no seu modo de vida (em especial a relação mantida com a casa) e ter contribuído para a criação de novos hábitos, desencadeando um novo conjunto de aspirações e expectativas.

6.2. Análise dos resultados das entrevistas

E hoje? A observação desenvolvida sobre o bairro permitiu verificar que a população que o compõe continua a apresentar características diversificadas, tanto do ponto de vista social, como cultural e económico. A estes aspetos pode-se juntar a pluralidade de origens e percursos demográficos, características habituais das populações alvo de processos de realojamento, já observadas anteriormente.

É objetivo desta parte do trabalho proceder à análise dos resultados obtidos a partir das entrevistas realizadas, após tratamento e análise do seu conteúdo. A análise segue as dimensões anteriormente apresentadas, tentando-se perceber as trajetórias residenciais efetuadas até ao dia de hoje e perceber como se sentem os entrevistados relativamente local onde habitam.

6.2.1. Perfil Social

A escolha dos entrevistados obedeceu a critérios de diversificação, em termos etários, de género, de profissão e tendo em conta as duas situações habitacionais, o arrendamento e a compra da habitação.

Relativamente às 16 entrevistas efetuadas, predomina o sexo feminino, sendo que dos 16 entrevistados, apenas 3 são do sexo masculino. A média de idades é de 60,2, tendo os dois escalões de idades mais elevadas, 41 aos 64 e 65 anos ou mais, mais representatividade (**vide Quadro 20**).

Na análise dos locais de origem dos entrevistados, o país com mais representatividade é Portugal (8), seguido de Cabo Verde (5), Angola (2) e Timor-Leste (1) (**vide Quadro 21**).

Relativamente às profissões dos entrevistados, a maior parte encontra-se já reformado (8 entrevistados), não se tendo achado relevante que profissão que exerciam antes da reforma. A generalidade das qualificações é baixa (4º ano de escolaridade e escolaridade obrigatória).

Foi enquadrado neste perfil social o tipo de alojamento (arrendamento ou compra) que os entrevistados detêm, sendo o arrendamento o mais frequente (9), seguido da compra à autarquia através do concurso realizado no início da atribuição das casas (5) e 2 dos entrevistados já adquiriram as suas habitações através de segundas compras (a entrevistada E5 foi realojada no bairro em regime de arrendamento, comprou a casa, vendeu essa casa e comprou outra maior. A entrevistada E9 comprou a casa em 1996).

6.2.2. Trajetória residencial

A maior parte dos entrevistados tem uma trajetória residencial sustentada em três ou quatro momentos de mudança, que incluem local de nascimento¹², percurso por habitação precária, que se pode dividir por uma ou duas etapas e realojamento no bairro. Globalmente, o sentido da trajetória residencial, é percebido como um processo de melhoria da sua condição social. Embora os seus percursos sejam variados, quase todos os entrevistados encaixam em três tipos de trajetória residencial:

- A linear, com nascimento em Portugal, sem que tenha ficado esclarecido o tipo de habitação (o que é mencionado é a procura da melhoria das condições de vida), habitação precária e realojamento no bairro;
- Percursos de vai-vem, em que o nascimento se dá no estrangeiro (PALOPS), vinda para Portugal, onde arrendam quartos ou partes de casa, o regresso ao país de origem, com consequente retorno a Portugal, para a habitação precária e, finalmente, o realojamento no bairro;
- Linear com percurso emigratório, com nascimento em Portugal, emigração, retorno a Portugal, onde se dá o arrendamento de quartos ou partes de casa, habitação precária e, finalmente o realojamento no bairro.

¹² Das entrevistas podem-se tirar vários exemplos, existem contextos de habitação precária já no local de nascimento e também quem se tenha deslocado à procura de trabalho e de melhores condições de vida, não necessariamente habitacionais.

Num dos casos, o local de origem coincide com o local de habitação precária, exemplo de um percurso linear com nascimento em Portugal. O conseqüente realojamento no bairro dá-se ainda num contexto familiar de origem (com os pais, a quem a casa saiu em concurso) e neste momento habita uma casa no bairro, em regime de arrendamento, pedida já posteriormente:

“A minha zona foi sempre em Oeiras. A minha infância foi toda em Linda-a-Pastora, só depois de casar é que fui para Algés, depois voltei outra vez ao bairro. Morava aqui, vim para aqui com a idade de 16 anos.” (E2, M., 47 anos, Linda-a-Pastora, Reformado, arrendamento).

Outro caso é referente a uma situação de refugiado, que se pode incluir no percurso linear com percurso emigratório (embora neste caso forçado). Uma das entrevistadas veio para Portugal na sequência do conflito armado em Timor-Leste, que teve início em 1975, após a invasão da Indonésia. Ficou alojada com a sua família (10 pessoas) no Vale do Jamor, numa tenda do exército (uma tenda toda a família), durante cerca de um ano, até serem construídos pavilhões de duas assoalhadas, mais tarde seriam construídas pequenas vivendas pré-fabricadas, já com cozinha e casa de banho. Em Dezembro de 1988, dá-se o realojamento no bairro, onde vai ocupar um T1 com o companheiro, já autonomizada dos pais, que também foram realojados no bairro no mesmo ano:

“Depois do 25 de Abril, veio a guerra civil e nós fugimos, tivemos de fugir. Ficamos na parte inglesa durante um ano. Ao fim de um ano já havia a hipótese de irmos para Portugal. E pronto, escreveu-se e nós viemos. Chegámos e fomos para o Vale do Jamor. Morámos lá 12 anos. Ficámos numas tendas militares. Éramos 8 irmãos, mais os meus pais, éramos 10 pessoas, numa tenda com beliches. Depois fizeram uma pré-fabricadas com 2 divisões, já melhorou. Como o meu pai e muitos que lá moravam eram funcionários do estado, fizeram umas vivendas pré-fabricadas, aí já com condições, casa de banho, cozinha, com tudo. Depois construíram o bairro e viemos para aqui.” (E4, F., 60 anos, Timor-Leste, Reformada, arrendamento).

Num contexto de trajetória vai-vem, podemos encontrar outros percursos:

“Em 1980, vim de Cabo Verde. Depois, a gente passou para um sitio que era só um quarto em Lisboa e tinha um filho e depois estava grávida de outro. Fui para Cabo Verde outra vez. Depois tive lá o segundo bebé. Depois voltei para cá em 1983 e fui morar para Algés, num prédio de renda, depois o quarto já começou a ficar pequeno e já estava no terceiro filho. A gente, pronto, o meu marido comprou a barraca em Barrinhos. Depois nasceu o quarto filho, fomos para Linda-a-Velha, depois o meu marido foi à Câmara, que fizeram a inscrição. A família já estava a aumentar. Viemos para Caxias em 90”. (E15, F., 67 anos, Cabo Verde, Doméstica, arrendamento).

Mesmo quando se analisam as trajetórias residenciais dos realojados que se inscreveram no concurso para compra da casa, a trajetória é semelhante, a mudança dá-se do local de nascimento para o local da casa precária e finalmente para o bairro. Neste contexto, podem-se também observar algumas histórias dos antigos “retornados” das ex-colónias:

“Eu nasci na Lousã, depois andei por lá muito tempo, a servir, fui servir com 9 aninhos. Estive lá na terra até aos 18 anos. Depois, a minha irmã mais velha estava cá em Lisboa, dizia-me assim, queres ir para Lisboa? Vou-te lá achar um emprego. Está bem, eu vou. Vim para Lisboa para casa da minha irmã. Depois fui para Angola, estive lá 7 anos. Depois do 25 de Abril vim-me embora, não vim logo, logo a seguir que o meu filho nasceu lá e veio cá fazer 10 anos. Quando cá cheguei, perguntaram-me no aeroporto para onde é que eu queria ir, eu fui para casa da minha irmã. Quando o meu marido veio aos fim de uns meses alugámos um quarto, eram um casal de velhotes que não podiam ouvir o meu filho chorar. (...) Um dia à noite fomos a um café em Algés, estava lá um policia, que diz que tinha uma barraquita aonde tinha tido um cavalo e que vendia aquele bocado por 10 contos. E eu disse ao meu marido, vamos comprar aquela coisa. Eu nem sabia no que me estava a meter! Por 10 contos a gente compra e faz lá uma casa (...). Fui ao Matias e comprei tudo para a obra (...) O terreno era em Miraflores. (...) Eu não estava lá sozinha, também foi para lá a minha irmã, também veio de Angola e os meus sogros. E pronto ainda ficámos ali muito tempo. (...) Foi uma patroa onde trabalhava que disse que havia casas a concurso, tanto para renda, como para compra. Inscrevi-me logo nas duas hipóteses”. (E14, F., 76, Lousã, Reformada, Compra-concurso).

Já da fase do PER, podemos constatar que as histórias são semelhantes, a melhoria das condições de vida, precárias, neste caso, aliadas ao facto da autarquia ter como objetivo a erradicação de barracas no concelho:

“Nasci em Cabo Verde. Fui para Angola pequenina e depois de Angola viemos para aqui, porque tínhamos uma tia que morava numa barraca? Pré-fabricado? Não sei qual é o termo, ali na Pedreira das Pedregueiras e depois a Câmara construiu essas casas e mudámos para cá.” (E7, F., 39 anos, Cabo Verde, Assistente operacional, arrendamento).

6.2.3. Satisfação com a casa e o com o bairro

A satisfação com o local de habitação (casa e bairro) é um forte indicador do bem-estar e de integração social e urbana. A análise da avaliação ao modo como os habitantes se adequaram ao novo espaço residencial e à sua nova habitação, se correspondeu às suas expetativas e necessidades, é determinante para se concluir se estão ou não satisfeitos, seja com o bairro, seja com a sua casa. Esta análise é importante para que seja possível verificar o modo como esta se adequou às necessidades, expetativas e aspirações, à deteção dos fatores que determinem se os realojados gostam ou não do espaço (Pinto, 1996).

Quando analisamos a satisfação com a casa, a quase totalidade dos entrevistados mostra-se bastante satisfeito. Quando se analisam as respostas às perguntas “Gosta da sua casa” e “Como a compara com a anterior” quase todos respondem favoravelmente:

“Antes de vir para aqui eu morava em Linda-a-Velha, numas barracas. Depois viemos para aqui, deram-nos uma casa, mas depois eu comprei a da Câmara e vendi, depois comprei esta (...) Adoro! Não troco a minha casa!”. (E5, F., 59 anos, Angola, Comerciante, Compra-2ª).

“Sim, tem outras condições, sem dúvida”. (E10, F., 67 anos, Carregal do Sal, Reformada, Compra-concurso).

“Gosto, não está nada como ela estava, portanto, eu arranjei-a toda”. (E12, F., 75 anos, Miranda do Corvo, Reformada, Compra-concurso).

“Numa coisa tive sorte, tive uma casa em condições”. (E3, F., 53 anos, Lisboa, Desempregada, arrendamento).

“Gosto, gosto da minha casa. Com a minha barraca? Oh, não tem, não tem comparação, para além de ter tudo. Tinha a casa toda rebocadinha (...), tínhamos a casa toda pintadinha, já tínhamos água, já tínhamos luz, tinha máquina de lavar. Mas não, não é coisa que se compare a esta casa, não é? Nem se compara, nem se compara”. (E14, F., 76 anos, Lousã, Reformada, Compra-concurso).

“Não é pronto, não é? Acabou por não fazer mal, porque lá está, nós saímos de uma coisa, uma realidade completamente diferente. Para nós era tipo Huau, quero lá saber se tenho de dormir com a minha mãe, porque eu também sempre dormi com a minha mãe, não é? Sim, não tem... se fosse agora, claro, agora que a gente já tem mais gostos, mais vontade de escolha, claro que não, mas naquela altura nós saímos uma realidade completamente diferentes e de uma barraca aqui morar num prédio, quer dizer é uma coisa huau... era cheio de lama no Inverno. E viemos morar para uma casa pronta a estrear, era tudo novo. É outra realidade.” (E7, F., 39 anos, Cabo Verde, Assistente Operacional, arrendamento).

Vale a pena salientar que o gosto pela casa pode estar referenciado à situação habitacional anterior, de precariedade, por isso a valorização da habitação faz-se por comparação. Acaba por não existir uma diferenciação entre quem arrenda e quem comprou, porque em ambas as situações a origem é de precariedade.

Apesar do elevado grau de satisfação, quase todos os entrevistados fazem queixas relativamente à qualidade de construção das casas:

“As casas são muito bonitas, mas é preciso ter dinheiro para obras, porque aquilo foi mal construído. Ouve-se tudo do lado dos vizinhos, tudo. E tinha de ter dinheiro para mandar fazer uma obra assim a fundo. Por exemplo, os canos quase sempre entupidos, o tacos quase todos soltos.” (E4, F., 60 anos, Timor-Leste, Reformada, arrendamento).

Um dos entrevistados, de arrendamento, fala dos problemas que tem tido com a casa, a nível de manutenção e de problemas no prédio:

“Quer dizer, isso no início estava bom. A gente estava a... tem um espaço melhor e tudo. Agora o problema é agora, porque agora Câmara quer só receber a renda. Se a gente precisa de arranjar uma

coisa dentro casa, já não é com eles é tudo connosco. É um problema, supostamente as respostas que nós temos tido é de que, como a outras habitações no prédio que são compradas, não cabe só, não compete só a Câmara fazer os arranjos, tem que ser em conjunto com os outros e com os outros proprietários. Neste caso concreto, o que aconteceu foi que a pronto a casa, o prédio tem uma espécie de sótão, que antigamente estava aberto, tinha uma abertura que dava para o interior do prédio, para as escadas. E só que houve uma altura em que houve pessoas que foram viver para lá, para essa parte, não, não, no nosso prédio, mas noutra prédio e a Câmara decidiu tapar aquilo. O que, ao que parece o facto de estar de estar aberto ajudava, por exemplo, Inverno, a secar as águas. Agora como está fechado fica ali retido e o que acontece é que depois infiltra. Por dentro a casa está mesmo tudo preto.” (E15, F., 67 anos, Cabo Verde, Doméstica, arrendamento). Este problema de manutenção das casas remete para outra questão, a gestão em situações híbridas de propriedade e arrendamento.

A mudança para o bairro é vista de maneira positiva e associada a uma melhoria significativa das condições habitacionais, relativamente às condições em que se encontravam, fossem relativas à habitação ou ao local:

“Eu, quando vim trabalhar comecei a trabalhar no Alto Lagoal, a primeira patroa que arranjei foi no Alto Lagoal. Quando eu saía lá em cima do Alto Lagoal que era para vir depois para a barraca para pedreira, quando eu saía e via aquelas casas, aquela barraca que eu tinha, eu chorava, eu chorava... Chorava até chegar a casa, depois, quando entrava dentro de casa, pronto, entrando dentro de casa, passava, de fora, vendo aquela casa de fora era uma tristeza.” (E8, F., 70 anos, Reformada, Cabo Verde, arrendamento).

“Oh claro sair de uma barraca para um prédio é como ganhar o Euromilhões. Não tem nada a ver, com a mentalidade daquela altura, que agora a gente já conhece outras realidades. Achamos que queremos sempre mais, não é? Mas naquela altura para nós foi tipo um luxo, não é? As condições eram completamente diferentes, completamente.” (E7, F., 39 anos, Cabo Verde, Assistente Operacional, arrendamento).

Relativamente à satisfação com o bairro e às expectativas que poderiam existir, as opiniões tendem a convergir, dando os entrevistados uma visão positiva geral, salientando alguns problemas e indicando a via principal, a Avenida João de Freitas Branco, local de grande concentração de cafés como o ponto mais negativo, devido à grande concentração de pessoas, que pode gerar problemas e conflitos:

“O bairro foi, era um bairro exemplar logo no início, fabulástico. Lógico que nunca se viu, coisas que já se vê aqui, nada destas coisas, nada de droga assim, não há, sabe-se que os putos andam aí com droga, passar uma má fama. Que é um grupo de indivíduos que estão sempre deste lado onde há o comércio e as pessoas que passam até têm medo. Eu já tive clientes que tinham medo de vir. Eu agora estou aqui nesta zona melhor, porque ali, onde há cafés, há aqueles ajuntamentos, mas olhe, eles não

fazem mal a ninguém, mas depois o problema é quando se bebem, se fumam aquelas coisas que fazem rir e depois tornam-se e depois trazem amigos que não são do bairro.” (E5, 59 anos, Angola, Comerciante, Compra-2ª).

“Sim na altura falavam que era bairro de timorense, que era isto, que era aquilo. Eu não tenho pronto, não temos como digo, não temos razão de queixa. E pronto e tivemos sempre aqui bons transportes. Bom, temos tudo aqui, de bom acesso a tudo.” (E12, 75 anos, Miranda do Corvo, Reformada, Compra-concurso).

“Aqui, é assim um bocadinho, mas é desta parte para cima daqui da estrada, graças a Deus é tudo mais sossegado, porque isto é tudo comprado. Pronto, às vezes há qualquer coisa ai em baixo, então eu... a Rua principal, Aquilo é Deus me livre. Até havia que eu gostava muito de um quintal. Sempre fui habituada com quintal. E havia um senhor que queria trocar a com a gente que tinha quintal. Só que depois era a aquilo ali, a eles sobem, as escadas estão tão ao pé das portas, essas coisas todas e Depois não, não trocámos e ficámos aqui.” (E13, F., 78 anos, Reformada, Compra-concurso).

“Mas o bairro, mesmo assim, já foi um sitio bem pior do que agora está. Já foi muito pior do que ele está, bem pior do que ele está. Quando comecei, quando vim morar para aqui ao bairro às 8 da noite já ninguém podia andar na rua.” (E2, F., 47 anos, Lisboa, Reformado, arrendamento).

“Há bairros bem piores, principalmente Talaíde. O bairro onde tenho familiares em Talaíde aquilo é 30 vezes pior. O autocarro não vai ao bairro, aquilo é complicado.” (E3, F., 53 anos, Desempregada, arrendamento).

A construção do “Bairro Azul” (PER), é apontado como o início das alterações no ambiente do bairro:

“Depois o bairro piorou muito, isto era um exemplo. Ele tinha como este bairro era referência para todos os bairros sociais. Quando fizeram aqui este bairro aqui (referência ao bairro azul) se acabou. Não é certo, mas é que o que parece. Foi de repente, isto acabou logo. Logo também não estou a falar contra os ciganos, mas começou a aparecer ciganos, não tínhamos ciganos no bairro, nem um, meteram ali uma cigana. A senhora não tem nada de confusões por acaso, uma velhota a quem já morreu o marido. Mas o bairro ficou muito pior, agora melhorou mais, já teve pior, já esteve muito pior.” (E5, F., 59 anos, Angola, Comerciante, Compra-2ª).

Podem-se, assim, retirar algumas conclusões relativas à satisfação com o bairro, nomeadamente, quando se fala numa visão positiva geral, deve-se também salientar as inúmeras queixas registadas com o problema da droga, que dão má fama ao bairro, o facto de que alguns clientes do comércio local demonstrarem medo de ali se deslocarem, as zonas do bairro que demonstram uma propensão para não serem tão sossegadas (menção à Avenida João de Freitas Branco) e os problemas levantados com a construção do denominado Bairro de Laveiras-Caxias, construção da época do PER e a instalação de

famílias ciganas no mesmo. Os entrevistados reconhecem a existência destes problemas, que leva à potencial atribuição de uma imagem negativa do bairro.

Torna-se evidente que, como forma de contornar esta imagem e de alguma maneira não se deixar contaminar por ela, os entrevistados apresentam uma estratégia ou de demarcação (não é na zona onde moro lá para cima), ou social (há bairros bem piores, era o bairro dos timorenses, não são pessoas do bairro) ou ainda espacial (na zona dos cafés, zona PER)

Relativamente às relações de vizinhança, quase todos relatam ter boas relações:

“Muito boas e dou-me bem com toda a gente, mesmo que haja assim uma mais torcidinha, está uma aqui em baixo, assim toda, toda coisa, mas eu não lhe faço caso e dou-me bem com toda a gente.” (E13, F., 78 anos, Reformada, Compra-concurso).

“Com os vizinhos, com pessoas lá fora tudo, todos, dá-se tudo muito bem. Não temos razões de queixa.” (E8, F., 70 anos, Reformada, arrendamento).

“Eu tenho, falo por mim, eu tenho vizinhos maravilhosos. Os meus vizinhos de baixo se vão para aqui, para ali, para o Alentejo, deixam-me o cão, vou passear o cão deles, é engraçado. Mudou-se agora para lá um casal novinho. Já perguntaram se nós ficávamos com a chave, já têm confiança connosco, já viram que ali é uma família.” (E9, 58 anos, Madeira, Assistente Operacional, Compra-2^a).

“Bom. Gosto, são boas são, somos todos amigos. Então, a mim ainda há inclusivamente, para aí há 1 ano morreu uma senhora que eu era muito amiga aqui tinha que era a dona Lourdes. A D. Lurdes, eram excelentes vizinhos, excelentes vizinhos, agora estão cá outros que a gente não conhece. Estão há pouco tempo, mas também tenho impressão que a gente vai se dar bem também, mas damo-nos todos bem, graças a Deus, tanto aqui no prédio como no prédio da dona Graça, por aí fora, a gente conhece todos. Não andamos amuados uns com os outros.” (E14, 76 anos, Lousã, Reformada, Compra-concurso).

Pode-se salientar que as relações de vizinhança apresentam, em alguns casos, verdadeiras relações de amizade, de confiança mútua, de solidariedade e entreajuda¹³. É mencionado o facto de se chegarem a deixar as portas das casas abertas entre os mesmos pisos.

6.2.4. Apreciação sobre o processo de realojamento

A apreciação sobre o processo de realojamento permite perceber como avaliar o acompanhamento efetuado pela Câmara, o modo como a adaptação à nova realidade foi feita, se existiu um acautelamento das redes de relações preexistentes e qual a correspondência existente entre a realidade e as expectativas criadas.

¹³ Verificado in loco no dia da entrevista à Entrevistada 14. Tinha sofrido um pequeno acidente no dia anterior e uma das vizinhas, a Entrevistada 13 foi prontamente verificar se precisava de ajuda.

Quase todos os entrevistados referem que o processo de realojamento inicial, por via do arrendamento ou do concurso, foi relativamente acessível e simples. O levantamento das necessidades foi feito através de entrevistas realizadas por técnicos da Câmara, que se deslocaram aos locais e os processos burocráticos requisitaram a produção de alguns documentos. O realojamento feito aos refugiados timorenses que estavam no Vale do Jamor acabou por ser também simples:

“Sim, porque a Câmara andou a fazer um inquérito. E eu tive a sorte, tirei um daqueles cursos profissionais, naquela altura e andava num curso de costura. Conheci uma psicóloga que trabalhava na câmara e ela é que andava a fazer o inquérito. Eu já estava casada e então ela conseguiu-me fazer uma coisa à parte para não ficar com os meus pais, né? Então eu tive uma, tive a sorte, era aquela casa imensa, enfim.” (E4, F., 60 anos, Timor-Leste, Reformada, arrendamento).

Relativamente à primeira fase de realojamento, seja por arrendamento ou através do concurso para aquisição de casa, o processo demonstrou por vezes ser algo burocrático:

“Sim, sim paguei 1000 escudos de inscrição. Naquela altura ainda era dinheiro, 1000 escudos, saiu-me, Não saiu logo no primeiro concurso, mas fiquei logo na primeira suplente mesmo Primeira. fui lá pronto, comecei a tratar da papelada. Foi um bocado difícil porque a gente íamos para um lado, pediam-nos um papel, depois íamos para outro e pediam-nos outro e andamos ali naquele coisa, mas pronto. Mas fez-se. Ainda quem ainda me ajudou muito foi... sei o nome dela, agora não me lembro, que ela era mulher, Filha do senhor Zé, do taxista. Também mora para ali para o pé de vocês. Ela trabalhava nas finanças. O Senhor José, que era, era taxista e o meu cunhado lá lhe pediu a ela, ela lá me tratou de tudo e pronto. Fizemos a escritura, pronto, começamos a pagar.” (E12, F., 75 anos, Miranda do Corvo, Compra-concurso).

“Foi, foi por concurso, fui-me inscrever, depois chamaram e era por sorteio E calhou me esta casa, até me saiu aqui a de baixo e esta, não sei como é que sai dois números para a mesma pessoa e o optei por esta porque tinha o Pedro e a Cristina e tenho os quartos lá em cima. E foi assim. Esta debaixo tem quintal, por isso, se eu tivesse... mas só tem um quarto e eu tinha um rapaz e uma rapariga e esta aqui tem este quarto, tem este tem a sala até a cozinha e lá em cima tem mais dois quartos e foi por isso, porque se fosse só um filho tinha ficado com a do quintal. Tinha ficado lá em baixo, sempre vivi em casas de com quintal, pois mesmo lá no Porto Santo e tudo.” (E13, F., 78 anos, Porto Santo, Reformada, Compra-concurso)

A fase do PER mostrou ser um processo mais rápido:

“Nós simplesmente pegamos nas nossas coisinhas e fomos acho que nem tinha opção de... Quem não quisesse tinha mesmo a procurar uma casa própria, não é? Porque aquela barraca eram construída clandestino e depois veio aquela coisa de Oeiras, das autarquias acabarem com as barracas, então Isaltino construiu os bairros como Talaíde, Porto Salvo e outros bairros, aliás, e começou a distribuir os moradores, as casas, os de barraca. Quem tinha as barracas, quem não tinha barraca não tinha

direito. Então é assim, para poder acabar com as barracas nas zonas do Oeiras, ele construiu os bairros e distribuiu ao pessoal da barraca com uma renda acessível conforme era o ordenado.” (E7, F., 39 anos, Cabo Verde, Assistente Operacional, arrendamento).

“Quer dizer para nós para nós, foi rápido. Porque nós chegamos, havia pessoas que estavam naquelas barracas há mais de 30 ou 40 anos ou não sei quê. Nós chegamos em 91 e em 98, fins de 98 já tínhamos uma casa. Porque chegou naquela altura, as casas já estavam a ser construídas, ele já estava... o Isaltino já estava a tirar o pessoal da barraca e pronto foi tudo, foi tudo a despachar, só foi um pessoal da Câmara fazer um uns questionários depois procurar os números de pessoa de agregados familiares, fez um cartãozinho com os números dos agregados familiares. E depois nos marcaram uma reunião na Câmara, nos atribuíram aquele cartãozinho com os números do agregado familiar e depois marcaram uma reunião na Câmara, e começaram a dizer, olha, temos x casas lá no bairro para o pessoal dessa zona, da pedreira, mas é o seguinte, nem todos podem ter a casa no mesmo sítio, por exemplo, nem todos podiam ter a casa cá em Caxias. E também temos uma opção, quem quiser comprar temos casas à venda. Quem não pode comprar? vai para a renda. Cada um dá a sua opinião dá a sua decisão. Eu compro, eu não posso comprar. Depois começaram a perguntar, quer ficar em Caxias? Eu como gostava muito de Caxias, depois os miúdos já estudavam mesmo nas escolas, e depois sabendo os outros bairros... Eu disse, não, eu gosto de ficar em Caxias, mas houve pessoas também que gostavam que gostavam de ficar em Caxias que não foi possível porque não havia casa, não havia casa para todos. E os que ainda optaram para compra, compraram, alguns. E quem não tinha possibilidade de compra, foi de renda. Mas então, tendo essa reunião, cada um pôs a seu o seu ponto de vista, cada um pôs a sua decisão. Fizeram um apanhado em distribuição de casas, depois nos convocaram para mais uma reunião, e marcaram-nos a data da chave. Não demorou muito. Foi o que foi, relativamente rápido até. Não demoram muito tempo.” (E8, F. 70 anos, Cabo Verde, Reformada, arrendamento)

“Foi rápido foi. Mas ainda fizeram reuniões para pedir alguns papéis, mas pronto, para mim foi rápido, não teve grande coisa.” (E11, F., 57 anos, Empregada, arrendamento).

“O Senhor Isaltino Morais (...) deu as casas aos guardas prisionais, pessoas da Câmara, pôs aqui o pessoal todo das barracas, misturou tudo que elas diziam tinha de ser assim. Atenção, não estou a dizer que nós éramos os melhores, mas o nosso bairro era muito sossegado e elas são lá técnicas disso, nós não vos podemos por todos juntos num lote, porque temos de juntar os bons com os maus. Mas nós é que somos os maus? O nosso bairro era muito sossegado, podiam ir ali a qualquer altura. Eu percebi depois com o tempo que nós, afinal nós éramos boas pessoas, do Norte, trabalhadoras, ali era um espetáculo e tivemos aqui. Em 8 inquilinos nunca tivemos problemas, mas estávamos misturados também com outras pessoas. Também tivemos sorte. Os bons sofrem muito, é?” (E5, F., 59 anos, Angola, Comerciante, Compra-2ª).

O realojamento teve várias origens geográficas dentro do concelho (tal como demonstrado no **Quadro 17**) e foi disperso, especialmente a fase do PER.

O realojamento trouxe fundamentalmente uma melhoria significativa das condições de habitabilidade, relativamente às suas habitações anteriores:

“(...) porque conhece as casas aqui? São fenomenais, maravilhosas, as casas deste bairro, não é aquele da frente, já existe há mais tempo e são estes prédios pequeninos com 4 inquilinos e que têm os duplex, os 2 de cima são duplex, com 4 quartos, 2 casas de banho. Não é uma casa com muita, digamos que... a casa não é... As divisões não são muito grandes, mas é muito jeitosa. É uma casinha, está muito bem desenhada, adoro, adoro a minha casa de paixão e o meu quintal, então amo.” (E5, F., 59 anos, Angola, Comerciante, Compra-2ª).

Embora as casas sejam basicamente iguais e construídas do mesmo modo, quem comprou tem uma opinião mais positiva das casas. Quem arrenda mostra um sentimento positivo em relação à casa, mas mais moderado:

“É melhor num sentido, não é? É melhor morar do que de onde é que estava a morar, não é? Não é a questão da renda. Temos mais espaço.” (E2, M., 47, Lisboa, Reformado, arrendamento).

Das entrevistas realizadas, percebeu-se que a rede de relações mantidas no local da anterior habitação não se manteve. São vários os entrevistados que o mencionam. A Entrevistada 5, que foi realojada no bairro através de arrendamento (mais tarde adquire a casa a casa à Câmara, para depois vender e comprar uma maior no mesmo local) menciona mesmo o facto de terem pedido para manterem as pessoas juntas:

“Sim, até pedimos que nos pusessem todos juntos e eles não puseram!” (E5, F., 59 anos, Angola, Comerciante, Compra-2ª).

Concluiu-se, pelo exposto pelos entrevistados, que nem no primeiro nem no segundo realojamento a Câmara teve o cuidado de acautelar as redes de relações preexistentes, não existiu intenção por parte da Câmara de manter os realojados juntos, existiu sim intenção de misturar o arrendamento com a venda, talvez com o intuito de originar um ambiente social mais equilibrado.

Relativamente aos entrevistados que compraram a casa, também mencionam o facto de nem todos os vizinhos terem aproveitado a oportunidade:

“Não, não. Na altura fui só eu, veio para aí uma também, mas essa é alugada. Já veio muito depois que é uma Cristina que também que é continua ali na escola do Murganhal. Essa mora lá para cima.” (E12, F., 75 anos, Miranda do Corvo, Reformada, Compra-concurso).

Outros entrevistados dão a mesma indicação, até aos entrevistados da época do PER:

“Não, não veio ninguém, acabamos por vir conhecer as pessoas de outro bairro.” (E11, F., 57 anos, Cabo Verde, Trabalha, arrendamento).

O único contexto em que isso se verificou foi com a comunidade de refugiados timorenses, que foram realojados no bairro:

“Sim, sim, muito, muito. Muito principalmente timorenses, entretanto, muitos já foram para a Austrália, como aproveitaram o estatuto de refugiados conseguiram e agora é mais difícil para ir.” (E4, F., 60, Timor, Reformada, arrendamento).

6.2.5. Apreciação sobre as mudanças ocorridas com o realojamento

A avaliação do impacto do cenário residencial, que decorre do realojamento em contexto de habitação social, é importante para se poder perceber as alterações ocorridas no modo de vida dos realojados, como se integram e participam na comunidade, que mudanças se dão ao nível da sua mobilidade social e qual a apreciação efetuada ao longo do tempo, após o realojamento.

Quando se fala sobre mudanças no modo de vida em geral, os entrevistados não fazem grandes menções a alterações significativas, para além da mudança para as casas novas, esta sim, a mudança mais considerável. Alguns relatam que continuaram ligados aos locais de origem durante algum tempo, relativamente aos amigos, vizinhos e modos de vida:

“Foi completamente diferente. Porque eu não parava aqui no bairro. Eu tinha a minha vida, andava a trabalhar. Comecei com a idade de 12 anos a trabalhar, a minha vida não parava aqui, tinha relação para outro lado. (...) Em princípio tinha. Também gostava de ir morar para a minha casa, ia para o mesmo sítio. Que era onde tinha a minha barraca mas? Sempre foi a convivência, mas não, não me dizia nada. O que me dizia era do outro lado, mas pronto.” (E2, M., 47 anos, Lisboa, Reformado, arrendamento).

Todos parecem estar bem integrados em Caxias:

“Nós nos conhecíamos de olá, bom dia, boa tarde, conhecíamos ali no Jamor e não sei quê pronto vieram outras de outros sítios e não sei quê. Mas acabou, não foi fácil, foi difícil, é. Ao princípio era Linda-a-Velha. No Jamor estávamos mais perto de Linda-a-Velha e então aquilo... Eu continuava a ir trabalhar para Linda-a-Velha, mas hoje já não, quem me tira Caxias tira-me tudo, não troco Caxias por nada.” (E4, F., 60 anos, Timor-Leste, Reformada, arrendamento).

Salienta-se também o facto de que várias das entrevistadas foram contactos obtidos através da Paróquia de Caxias, o que mostra integração.

Acabam por fazer uma avaliação positiva e poucos são os que falam em sair para outros locais. A saída é mencionada num contexto de melhoramento de habitação, mas num contexto diferente:

“Sim, seria algo como, saiu o Euromilhões e vou sair, para vivenda é assim, isso era mais por isso. Não tipo, já não é isso, não, era mesmo só do gênero. Olha, eu vou com uma vivenda e para melhor, não é assim, não era sair de um prédio para ir para outro, só se fosse para um prédio daqueles de 300.000 e tal, mas não.” (E7, F., 39 anos, Cabo Verde, Assistente Operacional, arrendamento).

6.2.6. Representações sobre o bairro

A representação do bairro, a imagem interiorizada, podem mostrar-se condicionadoras, pela negativa ou pela positiva, da forma como é realizada a apropriação do espaço do bairro, da possibilidade de enraizamento e da constituição de uma identidade positiva, podendo também comprometer o modo como os estilos de vida se organizam no novo espaço e na aquisição de outros padrões de vivência social e urbana (Pinto & Gonçalves, 2000).

Embora seja mencionado por vários entrevistados que o bairro era um local difícil de início e inseguro, hoje pensam que o local está mais moderado, ainda que continue a apresentar alguns problemas:

“Mas o bairro, mesmo assim, já foi um sítio bem pior do que agora está. Já foi muito pior do que ele está, bem pior do que ele está. Quando comecei, quando vim morar para aqui ao bairro às 8 da noite já ninguém podia andar na rua.” (E2, M., 47 anos, Lisboa, Reformado, arrendamento).

“Eu estou aqui desde que o bairro... Eu não tenho razão nenhuma, não tenho! Eu andava eu, por exemplo, eu fosse preciso, eu ia lá abaixo de noite, eu vinha de noite, aliás, eu também tive ali na loja 20 anos, conheço muita gente e não sei quê, não temos, não... nem se ouve aqui falar de roubos nem nada nada. Sim, sim, sim, sim, é, e é muito, muito seguro, para mim é! Não se ouve nem... a minha filha, mãe, isto e não sei quê assim, eu digo cala-te. Tu estás em Alfragide e estás ao pé da Amadora, daquele bairro da Amadora, e não sei quê.” (E12, F., 75, Miranda do Corvo, Reformada, Compra-concurso).

Quase todos mencionam, como já foi dito, que a avenida principal é fonte dos problemas existentes:

“A Rua Principal, aquilo é altamente problemático. Tenho uma amiga de uma amiga minha, que tem um Airbnb na Rua Principal por cima de um daqueles cafés que é muito concorrido. E deixou de alugar. Agora faz um aluguer de longa duração, porque as pessoas precisam, não é? Mas o Airbnb, eram queixas, queixas, queixas, as pessoas chegavam, queriam dormir, e zarpavam, porque aquilo era demais.” (E6, F., 50 anos, comerciante, Compra-concurso).

Esta menção à avenida principal e os seus problemas, que é o ponto principal de passagem pelo bairro e um dos principais acessos à autoestrada, é apontada como a principal imagem negativa para quem está de fora. Os entrevistados mencionam que a zona dos cafés é frequentada essencialmente por pessoas estranhas ao bairro e que são estas pessoas que, com os conflitos e ações menos próprias, dão uma imagem negativa ao bairro e contribuem para o eternizar da ideia que os bairros sociais são perigosos, quando os entrevistados pensam que, neste momento, não é o que se passa e quase todos mencionam que as suas ruas em particular são locais pacíficos, com boa vizinhança e algum sentido de camaradagem e entreatada:

“Não, quem passa ali, eu teria medo! Vou até dizer, eu se não morasse aqui, nem conhecesse, eu passava aqui a 200 km à hora com medo! Mas não nós tivemos, nós temos aqui tudo desde o mais baixo das classes da baixa da média, da alta. Já chegamos a ter um juiz na minha rua, tem uma médica que não sai daqui. Ela formou-se, ela, ela não sei se conhece, também de Timor.” (E5, F., 59 anos, Angolana, Comerciante, Compra-2^a).

“Mal, negativa porque passam ali se passassem aqui ali em baixo, passam ver aquilo tudo estendido para ali a beber, a jogar e a fumar e ali é, mas é mulheres e homens aqui não há problema, tem crianças pequenas e que arrastam para ali todo dia ali. E é um caso negativo que já tem algum tempo. não tem havido assim grandes coisas, alguma brigas lá com eles, mas assim, muito, muito grave. Eu... as pessoas de fora têm receio.” (E13, F., 78 anos, Madeira, Reformada. Compra-concurso).

Parece existir um discurso de separação entre o “nós e os outros” (sejam os outros pessoas de outros sítios do bairro, pessoas de fora do bairro ou outros locais do bairro que não o local onde moram). Trata-se, de alguma maneira de uma estratégia de demarcação: reconhece-se a imagem negativa, mas não me diz respeito, não é no sítio onde moro, não é com as pessoas com quem me dou, como já se tinha observado relativamente.

“Porque eu vou lhe dizer, não é por nada, mas aquele era um bairro muito pequeno, mas até tínhamos uma senhora que vendia lá ouro, entrava de manhã e noite e não havia problema. Hoje em dia é impensável se a senhora que vendia ali, é mentira, era o marido, ele morreu depois, ficou a ser a senhora e ela continuou a vir aqui ao bairro. Hoje acho que já é impensável andar, aliás, não é? Já não se pode andar com ouro, em todo o lado. Mas o bairro era fantástico, pessoas do Norte.” (E5, F., 59 anos, Angola, Comerciante, Compra-2^a). Com uma clara menção ao local da sua habitação degradada, este excerto é muito sintomático de uma certa nostalgia que acompanha os processos de realojamento: “o bairro anterior era muito sossegado”, “éramos todos pessoas de bem”, “conhecíamos-nos todos”; “agora é diferente”. Evidencia que a visão do bairro não é assim tão positiva, sobretudo se comparada com a anterior. Há reconhecimento de uma trajetória de insegurança, ou apenas de um saudosismo relativamente ao local de origem.

Um dos entrevistados menciona que em contexto escolar morar no bairro passava uma imagem negativa:

“Quando andava na escola quando havia aquela coisa do estes são do bairro, estes são da pedreira, estes são... quando, mas era só mesmo aquela coisa da escola, que é normal.” (E16, M., 37 anos, Lisboa, Motorista, arrendamento).

Embora haja um reconhecimento do estigma do bairro social, hoje são mais as pessoas que habitam o bairro que se sentem estigmatizados, é um sentimento seu, que não é percecionado por quem está de fora. É, pelo menos, a opinião de um dos entrevistados:

“Já houve alturas em que as pessoas estiveram mais com pé atrás, digamos, sim, e viam o bairro de forma diferente. Eu acho que hoje em dia, eu pelo menos não sinto hoje em dia essa visão de, este é o bairro e eu vivo fora do bairro e não me misturo. Pelo menos aqui em Caxias, não sinto isso e eu penso que, eu acho que não existe estigmas, pelo menos em relação a este bairro. Daquilo que eu vejo deste bairro, eu também já trabalhei num projeto social na Outurela/ Portela e pronto estou familiarizado com a mentalidade deste bairro com a mentalidade de outros bairros. É diferente em certas formas e é igual em outras formas, porque em relação ao estigma que se sempre se falou e nos anos 90 sentia-se mais, inícios de 2000. Hoje em dia eu acho que isso, esse estigma existe mais dentro dos bairros, ou seja, de dentro dos bairros para fora do que, ao contrário, porque eu acho que as pessoas já, já existe uma mistura muito grande.” (E16, 37 anos, Lisboa, Motorista, Renda)

Relativamente à imagem que os outros têm do bairro, há entrevistados que falam em preconceito:

“É o preconceito de ser bairro social, só, é o preconceito. Porque ali, onde eu estou é um sossego é mesmo sossego. Há pessoas que até dizem que aquilo não parece bairro social aquela parte ali da minha casa não parece. Eu acho que é um preconceito. Eu também tive esse preconceito quando vim para ali. Mas como a gente compramos a casa ao segundo proprietário, quando compramos eu não queria vir para ali, mas porque o dinheiro que eles pediam para o apartamento, era mais barato. É mesmo preconceito.” (E9, F., 58 anos, Madeira, Assistente Operacional, Compra-2ª).

Mais uma vez, aqui se confirma a estratégia de demarcação, reconhece-se o preconceito, não verdadeiramente a imagem negativa. Mas, poderemos dizer que o preconceito é uma precessão do estigma, ou seja, pode não corresponder à verdade, mas tem o mesmo efeito estigmatizante.

Este processo de demarcação, relativamente a esta imagem negativa do bairro, é transversal ao arrendamento e à compra, talvez porque estas zonas não estejam demarcadas.

A zona do PER (Bairro Laveiras-Caxias) é separada pela mesma avenida, apontada como problemática e é vista da mesma forma:

“Sim, de vez em quando é que o pessoal põe aí música nos cafés. O barulho, mas tirando isso não, nunca ouvi nada assim de assalto. Os jovens que às vezes por beber um bocadinho a mais, ou coisa. Isso, também respeitam as pessoas. É mais o barulho. Às vezes muita confusão que arranjam por aí, mas não é mesmo o pessoal do bairro. Às vezes vêm de fora.” (E7, F., 39 anos, Cabo Verde, Assistente Operacional, arrendamento).

Este sentimento de preconceito não é percecionado como tendo diretamente efeito sobre as suas vidas. Os entrevistados não sentem que morar no bairro seja um obstáculo na sua vida ou que os prive de outras oportunidades:

“Eu faço a minha vida. Não, todos têm os seus altos e os seus baixos.” (E3, F., 54, Lisboa, Desempregada, arrendamento).

“Eu nunca senti isso, pelo menos nunca tive essa percepção.” (E16, M., 37, Lisboa, Motorista, arrendamento).

Na apreciação sobre a evolução do bairro quanto à sua composição social, os entrevistados que têm casa obtida através da compra¹⁴, mencionam o facto de se observar uma renovação de habitantes no bairro. É mencionado que conforme os mais velhos vão falecendo, as suas casas vão sendo adquiridas por pessoas estranhas ao bairro, sem ligações, que aproveitam a oportunidade de adquirir as casas com um valor mais baixo que o valor de mercado para a zona¹⁵, embora também seja mencionado que neste momento os valores já estão a subir, visto que quem vende também tenta aproveitar a oportunidade de poder rentabilizar a casa:

“É, mas agora isto é, os velhinhos estão a morrer qualquer dia sou eu e está a ficar cheio de gente nova. A comprar aqui as casas até por 160.000, parece Cascais. Aqui esta casa, da minha vizinha que morreu, olha, foi logo comprada. Acho que foi... Eu não perguntei, mas uma vizinha que me disse que foi 160.000€, é assim igual a esta, em cima não tem quintal, E as pequenas a venderem também caríssimas por causa do quintal. Está a ficar tudo gente nova, praticamente aí. (...) . E estão a vender bem, olhe, eu tinha um reбуçado e disse, mas isto é para eu... é alguma droga para eu vender a casa, tinha aí um cartãozinho, é destes da ramax (Remax), com a fotografia dele e um reбуçado. Precisa-se nesta rua urgente de uma casa, eu disse, olha só um reбуçado e tudo, foi logo para o lixo, mas isto é para drogar para a gente vender a casa, ou quê? Um reбуçado! Credo...” (E13, F., 78 anos, Madeira, Reformada, Compra-concurso).

“Isto é muita, muita procura, muita. Aqui se houver uma casa para alugar ou para vender, vai num instante! Aqui deste lado aqui, esta casa, ninguém soube, só depois viram na Net, que era um casal. É um tenente da GNR que está aqui, ela é professora. Fez ali obras, que se fosse noutra sítio, não deixavam fazer. Ele apanhou metade do quintal, deitou, esta parede toda abaixo e aumentou para trás, tanto que ele teve de pôr grades nas janelas da de cima. (...) Tem um menino pequenino. E depois, entretanto, mais o bombeiro, que foi o bombeiro que lhe fez aqui as obras, compraram à frente, que a têm alugada, está a ver? e eles estão aqui a morar, mas eles devem ter outra casa para aí que eles de vez em quando estão muito tempo sem cá estar. Ela é professora e ele acho que ele é tenente da GNR. E vem muita gente, por exemplo, há uma casa ali que mal esteve à venda, uns brasileiros também a compraram logo. Há outra ali em cima, que eu uma vez e vinha ali parou um carro ao pé de mim, se eu sabia de alguma uma casa para vender, e eu disse não, mas está ali uma assim, assim, tem obras de

¹⁴ Neste caso, apenas os entrevistados que compraram casas fizeram menção a este facto, visto estarem a ser alvos diretos dos agentes imobiliários, na procura de casas para venda no local.

¹⁵ O valor das casas no Concelho de Oeiras era, em Outubro de 2022, 3,599€/m². Fonte: <https://www.idealista.pt/media/relatorios-preco-habitacao/venda/lisboa/oeiras/>

150.000 e eu disse, se gostar dela não fuja porque é o preço delas andam. Anda agora cada vez que me vê, aí D. Graça, ainda bem que na altura eu falei consigo.” (E12, F., 75 anos, Miranda do Corvo, Reformada, Compra-concurso).

“Porque realmente a habitação ali é mais barata, mesmo assim já tive alguns comentários de outras pessoas que dizem que estão a começar a pedir mais dinheiro por aquelas casas. Porque agora é considerado de alta, percebe? Porque está aqui mesmo ao pé da A5 e mesmo ao pé do Jamor. Eles agora já dizem que é o bairro do pé do estádio do Jamor. Que eu sei de quem comprou e que custou upa, upa, upa, está a perceber? Depende do lugar. Claro que ninguém vai comprar cá em baixo na rua, onde tem os cafés. Eu acho que o mal é esse, quando há um bairro de adaptação social...” (E9, F., 58, Madeira, Assistente Operacional, Compra-2ª).

Todo este processo de renovação não parece produzir uma opinião negativa, os entrevistados entendem esta renovação, percebem a mudança, entendem o porquê do bairro estar a ser alvo de campanhas para compra de casa, entendem o porquê da valorização das casas. Embora o processo seja visto como uma forma de valorização do local, o que acaba por ser bom para quem tem casa própria, não deixa de ser percebido como um tema algo triste, pois representa o quebrar de alguns laços de amizade e vizinhança. É necessário iniciar todo o processo de conhecimento e amizade, é necessário estabelecer novos laços.

6.2.7. Sentimento de pertença e identidade com o bairro

O bairro é o lugar onde a casa começa, para quem a rua é lugar efetivo de apropriação, de encontro e de expressão. Suporta todos os tipos de vida. É a escala intermédia, entre a escala da rua e da cidade, é essencial para a vida urbana, para a criação de um sentimento de pertença e de ligação com o local da habitação.

O espaço residencial, enquanto centro da vida social, constitui uma das maiores referências de identidade, assim, a percepção e consequente interiorização de uma imagem pública negativa pode ter como consequência a rejeição do espaço residencial. Estes processos têm uma forte relação com a insatisfação residencial, e podem até gerar formas de apropriação negativa do espaço (Pinto & Gonçalves, 2000). A negatividade na avaliação e representação do espaço residencial, especialmente quando direcionada ao bairro, condiciona as formas de apropriação do espaço e tem a capacidade de criar uma ligação e identidade negativas com o local (Pinto & Gonçalves, 2000). Ao contrário, uma percepção positiva contribui para gerar sentimentos de pertença e uma indisponibilidade para a mudança.

Quando se pergunta se existe vontade de deixar o bairro e as suas casas, poucos foram os que deram uma resposta positiva:

“Sim, se saísse o Euromilhões ia para a terra lá para cima para o Norte. Tenho lá conhecidos, conhecidos dos meus falecidos, que é como se fossem familiares, não é? Ainda agora estive lá, antes de começar o Covid, estive lá, estivemos lá em cima. Ofereceram-me logo casa, ofereceram-me logo tudo. Podia estar bem. Podia estar pior, não é?” (E2, 47 anos, Lisboa, Reformado, Renda).

“Sim se eu pudesse saía por que às vezes não é fácil mesmo, há situações em que temos de chamar polícia, a polícia vai, mas depois não pode fazer grande coisa. E depois há, principalmente no Verão, o barulho, é difícil a levantar-me de manhã para ir trabalhar e não ter descansado. Não dá, principalmente porque eu conduzo, transporto pessoas. É a mesma coisa, já seria chato ir trabalhar e sentar à frente do computador, já seria chato mas, uma situação em que eu trabalho com outras e com pessoas, acaba por ser ainda mais chato o não poder descansar. É isso e depois a mentalidade também que muita gente, eu não sei, teima em cultivar, aquela cultura de eu vivo no bairro e os outros são completamente diferentes de mim. Eu sou coitadinho e há muito essa mentalidade e pelo menos a mim sempre me fez a um bocadinho de confusão. E não é que, OK, Caxias está neste momento está um bocadinho assim isolado, pronto não é tão grande como Queijas ou Paço de Arcos.” (E16, 37 anos, Lisboa, Motorista, Renda).

Aqui pode-se, também, verificar que talvez a franja mais nova da população possua expectativas diferentes e que aspire a uma saída do local, o que também se pode verificar nos habitantes de arrendamento, a possibilidade de saída para uma situação habitacional diferente.

Uma dimensão importante na avaliação do grau de ligação ao lugar é a participação em atividades e associações locais. Embora existam algumas entidades sediadas dentro do bairro, são poucas as que efetuam atividades para os moradores. Os entrevistados mencionaram a Casa de São Bento, o “Gira no Bairro”, sendo que estas entidades elaboram atividades direcionadas para os mais novos (especialmente o Gira no Bairro), umas aulas de ginástica no jardim, gratuitas e as aulas de ginástica para reformados no Grupo Desportivo Unidos Caxienses, que fica mesmo na entrada sul do bairro. Nunca foram feitos esforços para se constituir algo como uma associação de moradores, nem nenhuma coletividade recreativa, talvez porque existiam na altura da inauguração duas coletividades na zona, o Grupo Desportivo Unidos Caxienses, que funciona também um pouco como “ponto de encontro” e a antiga associação de moradores “A Familiar”, constituída na época do SAAL.

Mas o facto de não existirem atividade e projetos que mantenham as pessoas unidas, o que é verdade é que todos os entrevistados se sentem integrados no espaço do bairro e em Caxias (embora apontando alguns problemas comuns a todos os moradores da vila), tendo em conta as mudanças ocorridas pelo realojamento, com o modo de vida, a sua mobilidade social, até a sua integração e participação na comunidade, finalizando com a apreciação que fazem ao longo do tempo:

“Sim, sim. no meu caso eu sinto, sinto feliz e integrada e depois eu não, vejo diferença, notando nos meus filhos, na criação dos meus filhos, na vida dos meus filhos e da alguns vizinhos também. Eu

não vejo diferença deste bairro com Lisboa ou com Cascais, OK? Eu acho até melhor.” (E8, F., 70 anos, Cabo Verde, Reformada, arrendamento).

Ainda para aferir o sentimento de pertença ao bairro, perguntava-se aos entrevistados se consideravam o bairro como seu. Quase todos responderam positivamente, considerando o bairro como o seu espaço:

“Não. Eu acho é que nem que me saísse o Euromilhões, não saía daqui. É que gosto mesmo daqui, gosto mesmo.” (E12, F., 75 anos, Miranda do Corvo, Reformada, Compra-concurso).

“Não, não, não, fico aqui depois, quando eu me for embora para outro o lado, os meus filhos façam o que quiserem, mas não, não saio. É, é verdade, não é? É, é meu. E é o meu sitio, a não ser quando eu vou um tempinho ao Porto Santo.” (E13, F., 78 anos, Madeira, Reformada, Compra-concurso).

“Estou na minha casinha, custou-me tanto, passei tanto para arranjar a minha casinha. É o nosso sitio é. E gosto, gosto e não há mesmo as pessoas sem serem daqui do bairro e da rua. Eu conheço aí toda a gente, toda a gente me respeita, toda a gente fala comigo, porque é que hei-de sair? Porque é hei-de sair daqui? Não vale a pena.” (E14, F., 76 anos, Lousã, Reformada, Compra-concurso).

“Sim, sim, sim, sim, é o meu sitio. Onde a gente está, tem Deus no coração, tem tudo. Tudo vai.” (E11, F., 57 anos, Cabo Verde, Trabalha, arrendamento).

De relevar que é notória, em relação a esta questão, uma certa ambivalência protagonizada pelos mais novos. Enquanto os mais velhos afirmam com alguma naturalidade que o bairro é o “seu sitio”, os mais novos não são tão perentórios:

“Eu acho que é um bocadinho só porque... Eu moro ali porque eu... Acho que para ser de lá teria de pertencer à gente, pronto. Não é que eu me sinta diferente ou quando, por exemplo, as gerações mais velhas, sinto-me bem quando estou com eles. Pronto. Corre tudo bem, com a minha geração são poucos os que hoje eu me dou me bem e que poderei dizer que pertença a este grupo. E depois as gerações mais novas, também é um bocadinho a mesma coisa, eu acho que é um bocado difícil de dizer que pertença ao bairro. É, eu acho fácil dizer, eu vivo no bairro, não por querer criar distanciamento, mas por não, não o viver tanto. Tenho mais amigos e conhecidos que vivem fora do bairro do que dentro do bairro.” (E16, M., 37 Anos, Motorista, arrendamento).

Observa-se, ainda, uma diferença entre os habitantes de compra e os de arrendamento, relativamente à dimensões estruturantes da identidade e do sentimento de pertença. Os primeiros afirmam o seu apego à casa, onde já houve um investimento material e emocional, demonstrando afeto e familiaridade, com o local e com as suas relações de vizinhança, sem demonstrarem vontade de sair. Os segundos, embora quase todos afirmem sentirem o bairro como o seu “sitio”, e demonstrarem boas relações de vizinhança, apontam motivos para uma saída, como já mencionado, para situações habitacionais diferentes, não por habitarem no bairro:

“Mas se pudesse mudar ia para Carrazeda.” (E3, F., 54, Desempregada, arrendamento).

A maioria dos entrevistados encontra-se satisfeita com o bairro e com a sua casa, integrados na área do bairro e sua envolvência, assim como na localidade. Utilizam o comércio local e em um dos casos, abriu o seu próprio negócio (a entrevistada E5 é proprietária de um estabelecimento comercial no local).

CAPÍTULO 7. CONCLUSÃO

Quando se analisa o conjunto de políticas e programas no domínio da habitação social, que foram tomadas em Portugal a partir de Abril 1974, pode-se afirmar que uma das mais importantes, senão a mais importante, se pautou pela decisão dos poderes centrais e locais de eliminarem definitivamente as barracas e a habitação precária, levando ao realojamento das populações em habitações condignas, como a nossa Constituição prevê.

As operações de realojamento tiveram como objetivo principal dar condições habitacionais condignas aos grupos mais carenciados e simultaneamente promover uma ordenação do espaço urbano.

Da análise das políticas e programas de realojamento, parece concluir-se que estes, globalmente, não parecem terem sido pensados de modo a promover uma estratégia de inserção social e de alteração substantiva dos modos de vida desta população, alavanca de um percurso de mobilidade social ascendente. De facto, muito raramente as mudanças das condições habitacionais das pessoas abrangidas por estas políticas e programas foi devidamente preparada e acompanhada, a população auscultada ou envolvida, de modo a antecipar, a monitorizar e a intervir ao nível dos efeitos perversos sobre os modos de vida e sobre as redes de relações sociais, tendo em conta o novo contexto residencial e a sua envolvência social. Este tipo de realojamento, centralizado, oficial e desligado da realidade das populações envolvidas, acabou por não servir da melhor maneira as populações envolvidas.

De modo geral, e após a leitura de vários trabalhos sobre vários processos de realojamento, estes terão implicado, na maior parte das vezes, uma modificação na rede de sociabilidades, que tinham como principais registos a família e os vizinhos dos seus locais de origem. A quebra destas redes ou a sua fragilização acaba por ser prejudicial à inserção social nos novos espaços de realojamento, gerando, frequentemente, isolamento social e urbano, o que acaba por ter implicação nos sentimentos de pertença e nas formas de apropriação revelados por estas populações. A homogeneidade social presente nestes bairros contribui também para um défice de capital social, reforçando o isolamento face a outros grupos, e impedindo outras possibilidades de convivência urbana.

O próprio realojamento massificado, em grandes edifícios e grandes empreendimentos de habitação coletiva, contribui para a dificuldade no estabelecimento de novos laços sociais e de uma identidade social e espacial positivas, levando ao isolamento e fechamento das populações tanto no interior dos próprios bairros, como em relação ao exterior, configurando verdadeiros enclaves socio-espaciais, acompanhados de graus diversos de degradação física dos locais.

Sabe-se que as políticas de realojamento têm sido inconstantes e incoerentes, nomeadamente no acompanhamento de processos habitacionais com estratégias de inclusão e promoção social e urbana.

Como defende Isabel Guerra (Guerra I. ,1994), estas ações deveriam articular a casa, o bairro e a cidade, o social e o económico, esta articulação deveria ser a base para um novo programa de realojamento social, pensando os modos de vida da população em conjunto com o seu habitat, trabalho e relações sociais, para o que seria fundamental envolver a população em todo o processo.

No Município de Oeiras, o crescimento de barracas e assentamentos ilegais quase triplicou no período compreendido entre 1975 e 1984, tendo tornado a sua população social e geograficamente diversificada, devido às suas várias proveniências. Este aumento levou a uma alteração das políticas habitacionais e da visão estratégica da Câmara Municipal de Oeiras e a partir de 1986, à assunção da responsabilidade da promoção direta dos programas de habitação social, com o objetivo de erradicação de barracas no concelho.

O Bairro Dr. Francisco Sá Carneiro foi construído neste contexto, numa área de terreno que estava destinada a uma operação SAAL e o seu programa teve início em 1987 com a seleção do gabinete projetista, que viria a ser ganho pelos arquitetos Nuno Teotónio Pereira e Pedro Viana Botelho. O seu projeto orientou-se pela tentativa de concretizar uma solução semiurbana, semirrural, tendo o cuidado para que o conjunto não ficasse isolado da restante malha envolvente.

A sua conclusão, em 1988, tornou possível o realojamento das primeiras famílias de refugiados timorenses, vindos do Vale do Jamor, tendo o bairro ficado conhecido como o “bairro dos timorenses” durante anos. Foram também realojadas nesta altura famílias vindas dos núcleos degradados de Caxias e de Linda-a-Velha. A metodologia utilizada para o realojamento, e replicada mais tarde na fase do PER, passou pelo levantamento das habitações degradadas existentes nos vários núcleos, passando pelo registo socioeconómico dos residentes. O registo do processo de concurso de atribuição de casa, através das duas modalidades, arrendamento e compra, foi aberto a todos os que se encontravam numa situação de carência habitacional.

A construção dos blocos com pouca altura, quase todos com logradouro, teve como resultado o enquadramento na malha circundante, promovendo uma melhor integração urbana, incomum nos bairros de realojamento, frequentemente isolados da restante área construída. Isto terá contribuído certamente para uma maior inclusão e integração da população no espaço da área do bairro e na própria localidade.

Embora a construção e os materiais utilizados tenham sido considerados de qualidade, existem hoje em dia alguns casos de reclamação por parte dos moradores de arrendamento, visto a manutenção ser da responsabilidade da autarquia, o que nem sempre corresponde às solicitações dos arrendatários. Esta situação também se deve ao facto de se terem criado situações híbridas, com a alienação de fogos a inquilinos dos prédios, tornando-se proprietários das casas, mas não estando sempre na disposição ou não tendo condições monetárias para realizar as necessárias obras de

manutenção que os edifícios necessitam, o que tem como consequência a degradação de alguns materiais.

Hoje, o bairro continua a apresentar uma população com características diversificadas, tanto do ponto de vista social, como cultural e económico, a que se pode juntar a pluralidade de origens geográficas e de percursos demográficos. Esta diversidade é condizente com a pluralidade de trajetórias residenciais encontradas, embora o padrão mais comum seja o que se designou de trajetória linear (nascimento em Portugal – habitação precária (quartos ou partes de casa) – realojamento). Identificaram-se ainda mais dois tipos de trajetórias: a trajetória com percursos vai-vem (PALOPS – Portugal – habitação precária – país de origem – Portugal – habitação precária – realojamento) e a linear com percurso emigratório (nascimento em Portugal – emigração – Portugal – habitação precária (quartos ou partes de casa) – habitação precária – realojamento).

Pretendia-se com esta dissertação aferir a capacidade deste bairro integrar e fixar a sua população e constituir um espaço de identidade e pertença. Um indicador muito importante para aferir o grau de integração é a satisfação residencial. A maioria dos habitantes encontra-se satisfeita com o bairro e com a sua casa e assume-se como perfeitamente integrados na área envolvente, utilizando o comércio local e tendo alguns aberto o seu próprio negócio no bairro. A mudança para o bairro é vista de maneira positiva e associada a uma melhoria significativa das condições habitacionais relativamente às condições em que se encontravam. Embora as suas relações de vizinhança anterior não se tenham mantido, isso não foi impedimento para que novas redes de relacionamento se tenham construído. Também não se relatam mudanças significativas no seu modo de vida em geral, tirando a melhoria da situação da residência. A alteração para um novo local parece, contudo, ter implicado um reajustamento gradual, de adaptação ao novo local e à nova vizinhança.

Embora se possa falar de um modo geral de uma visão positiva, relativamente ao bairro, podem-se também mencionar os problemas de imagem e insegurança, que acabam por transparecer para fora.

A imagem que se interioriza do bairro, seja a imagem de quem o habita ou a imagem que se pensa que os de fora têm, é uma questão muito importante porque é potencialmente impactante na relação com o bairro e na construção de identidades positivas ou negativas. Os habitantes entrevistados manifestam a noção de que o bairro ainda é visto com preconceito e que esse preconceito é “alimentado” pela imagem da sua avenida principal, considerada problemática, porta aberta a estranhos ao bairro que, na sua opinião, geram conflitos e tensões. Problemas com droga também são mencionados, mas apenas nestes locais e não é um problema que se estenda ao resto do conjunto (como muitos disseram, basta passar para a rua atrás, parece um local completamente diferente). É importante mencionar que este preconceito parece não afetar a sua vida quotidiana e as oportunidades de vida dos habitantes do bairro. Ainda em relação a esta questão, é importante

mencionar que, reconhecendo algumas disfuncionalidades no bairro, se usa uma estratégia de desvalorização e mesmo de demarcação, que pode ser pessoal (“*Eu acho que é um preconceito*”), social (“*nós temos aqui tudo desde o mais baixo das classes da baixa da média, da alta*”) e espacial (“*Porque ali, onde eu estou é um sossego é mesmo sossego*”) dos problemas identificados, sendo esta estratégia de demarcação transversal ao arrendamento e à compra.

O sentimento de pertença e de identidade para com o bairro é um elemento preditivo não só da relação que se mantém com esse espaço, mas da possibilidade deste contribuir (ou não) para alimentar processos constitutivos de identidade social e espacial positiva. Deste ponto de vista, a tónica dominante é de um apego ao bairro, traduzido num sentimento de pertença. Em geral, os entrevistados consideram o bairro como “o seu espaço”. Este pode ser um fator importante na desvalorização de uma certa imagem negativa, de que se demarcam, não se sentindo prejudicados por ela e, assim, não se lhe reconhece poder de contaminação sobre a própria imagem e estatuto social. O facto de não existirem muitas atividades ou coletividades no bairro não parece redundar num problema para o desenvolvimento de um sentimento de ligação ao bairro. A coletividade que existe mesmo à entrada do bairro acaba por colmatar essa falta, serve de ponto de encontro e facultava algumas atividades.

Outro elemento muito importante para se aferir da ligação ao bairro e, assim, do grau de integração dos seus habitantes, é a manifestação de um eventual desejo de saída, caso houvesse essa possibilidade. No geral, o sentimento é o de desejo de permanência, invocando ser “o seu bairro”, o “seu espaço”. Um dos elementos que reforça esta conclusão é o caso de habitantes realojados que, quando tiveram possibilidade, passaram da modalidade de renda para a compra de habitação no bairro. Ainda que tenham tido a possibilidade de saírem, não o fizeram.

É importante salientar que, a este respeito, de identificaram percepções diferentes que separam a população mais nova da população mais velha, no que diz respeito ao significado e à importância que o bairro assume nas suas vidas à predisposição para a mudança. A população mais nova, talvez por ter outras expectativas, manifesta algum desejo de saída do bairro, mostrando-se disponível para procurar uma situação habitacional diferente. Ao contrário, a população mais velha, especialmente a de compra, mantém um apego maior ao local e, em especial, à casa, possivelmente, devido ao longo investimento material e afetivo.

O bairro parece estar a passar por um processo de renovação da sua composição social, as casas estão a ser vendidas a pessoas que não têm ligação nem aos habitantes, nem ao local, exteriores ao bairro, atraídas por uma habitação mais acessível. Este facto parece não induzir uma opinião negativa, conotando-se como um processo normal e vendo nele uma forma de valorização social, acabando por normalizar o espaço e retirando-lhe a conotação negativa de ser um bairro social.

A Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH), estabelecida na Resolução de Conselho de Ministro nº50-A/2018, de 2 de Maio, tem como missão garantir o acesso de todos a uma habitação adequada, entendida no sentido amplo de habitat e orientada para as pessoas. No entanto, só o 4º objetivo menciona a promoção para a inclusão social e territorial. Ao explorar os programas em funcionamento, apenas o Programa “Da Habitação ao Habitat” (tem como objetivo promover a coesão e a integração sócio territorial dos bairros de arrendamento público com vista à melhoria global das condições de vida dos seus moradores) parece estar enquadrado com o problema do reconhecimento da falta de identidade com o local onde se habita, mencionando-se apenas este problema em intervenções-piloto, o que demonstra que, mesmo após todos estes anos de políticas públicas de habitação, e mesmo havendo largos estudos sobre esta questão, a inclusão e integração no espaço parece ser ainda uma meta por alcançar.

Contrariamente a muitas experiências de realojamento, pode-se apontar como um fator crítico de sucesso para a integração destes habitantes, o modo como o bairro foi construído. Este modelo de construção demonstrou ser o mais produtivo para a integração de famílias tão dispares e com origens tão diferentes, fazendo a ponte às habitações de origem e a ligação “à terra”. Esta diversidade, contrária à habitual homogeneidade, pode também ter sido um fator de sucesso de integração.

Neste sentido, vale a pena frisar as palavras de António Baptista Coelho e Pedro Baptista Coelho, na sua obra “Habitação de Interesse Social em Portugal”: *“é possível a um gabinete projetista fazer um pequeno bairro com uma qualidade de desenho urbano e arquitetónico claramente de referência como é o caso; é possível, mas é um objetivo difícil que exige uma grande qualidade de projeto, que é o que aqui se verifica, neste excelente Prémio INH municipal, do gabinete de Nuno Teotónio Pereira e Pedro Viana Botelho, em Laveiras, Caxias, promovido pela C.M. de Oeiras”*.

Da análise aos resultados e da minha própria observação, pode-se concluir que se trata de um bairro, com pessoas, que desenvolvem as suas vivências e os seus negócios, com problemas como todos os outros. Não é um local de passagem, é um lugar onde se vive, trabalha e convive e que é prejudicado pela imagem que uma via, a sua via principal, apresenta e que não o caracteriza globalmente, da qual os moradores se demarcam. É um local de onde se quer sair à procura de novas oportunidades, mas também onde se quer entrar. Que representa a oportunidade de poder obter uma casa com determinadas características e onde se pode constituir família. Onde os recém-chegados são bem-vindos. Arrisco a dizer e em jeito de conclusão, as pessoas são mesmo do bairro.

BIBLIOGRAFIA

- Abreu, J. M. (1997). *Satisfação residencial: experiência de campo em dois bairros sociais do Concelho*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora, Mestrado de Ecologia Humana.
- Agarez, R. C. (2018). *Habitação - Cem Anos de Políticas Públicas em Portugal 1918-2018*. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.
- Agarez, R. C. (2020). *A habitação apoiada em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Amaral, D. F. (2014). *Uma Introdução à Política*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Antunes, G. (2018). *Políticas de Habitação - 200 Anos*. Lisboa: Caleidoscópio.
- Antunes, G. (2019). Política de habitação social em Portugal: de 1974 à atualidade. *Forum Sociológico (Online)*(34). Obtido de <https://journals.openedition.org/sociologico/4662>
- Antunes, G., Lúcio, J., Soares, N. P., & Julião, R. P. (2016). Políticas de habitação social precedentes a Abril de 1974. (D. d. UNL, Ed.) *Geolnova*, 13, pp. 53-81.
- ARISCO - Instituição para a Promoção Social da Saúde. (2022). Obtido de <https://arisco-ipss.org/>
- Augusto, N. M. (2000). *Atas do IV Congresso Português de Sociologia - Habitação social - da intenção de inserção à ampliação da exclusão*. Obtido de Associação Portuguesa de Sociologia: <https://aps.pt/pt/atas-iv-congresso/>
- Baptista, L. V. (1996). *A Cidade em Reinvenção: Crescimento Urbano e Emergência as Políticas Sociais de Habitação - Lisboa, Século XX, Dissertação de Doutoramento em Sociologia*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa.
- Batoto Yetu Portugal. (2022). Obtido de Batoto Yetu Portugal: <https://batotoyetu.pt/pt/>
- Branco, A., & Jané, C. (1990). *Programa Laveiras/ Caxias - Programa de venda - 104 fogos - fixação dos valores de venda dos fogos/ logradouros*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- Cachado, R. Á. (2013). O Programa Especial de Realojamento. Ambiente histórico, político e social. *Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, 206(XLVIII (1º)), pp. 134-152.
- Caetano, A. P., & Guadalupe, S. (Dezembro de 2011). As relações de vizinhança nas redes de suporte social num bairro social: Um estudo com residentes no Bairro de Santiago em Aveiro. (D.-I. -C. Território, Ed.) *Cidades, Comunidades e Território*(23), pp. 1-20.
- Câmara Municipal de Oeiras - Plano Diretor Municipal. (2013). Relatório de Caracterização e Diagnóstico, Oeiras.
- Câmara Municipal de Oeiras. (1990). *Laveiras-Caxias 400 Fogos - Candidatura ao Prémio I.N.H./ 91*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- Câmara Municipal de Oeiras. (1998). *Empreendimento de Laveiras-Caxias, 112 Fogos (CHD) - Projeto - Recomendações de Uso*. Oeiras: Departamento de Habitação - CMO.

- Câmara Municipal de Oeiras. (2013). *Oeiras Factos e Números - Edição Especial*. Oeiras: Município de Oeiras.
- Câmara Municipal de Oeiras. (2015). Plano Estratégico Habitar Oeiras - Oeiras é a minha casa. Oeiras. Obtido de <https://slidetodoc.com/plano-estrategico-habitar-oeiras-oeiras-a-minha-casa/>
- Câmara Municipal de Oeiras. (2019). *Plano Municipal de Habitação de Oeiras 20/30*.
- Câmara Municipal de Oeiras. (s.d.). *Guia do Morador - Conjunto Habitacional Laveiras-Caxias*. Câmara Municipal de Oeiras.
- Capucha, L. A. (2004). *Desafios da pobreza - Tese de Doutoramento em Sociologia*. (I. -I. Lisboa, Ed.) Lisboa. Obtido de https://www.researchgate.net/publication/304042048_Desafios_da_Pobreza
- Carreiras, M. (2018). Integração socioespacial dos bairros de habitação social na área metropolitana de Lisboa: Evidências de micro segregação. (C. -C. Geográficos, Ed.) *Finisterra*(107), pp. 67-85.
- Coelho, A. B., & Coelho, P. B. (2009). *Habitação de Interesse Social em Portugal - 1988-2005*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Constituição da República Portuguesa. (2005). *Constituição da República Portuguesa. 3ª Edição*. Edições Almedina, S.A.
- Creswell, J. W. (2003). *Projeto de Pesquisa. Métodos qualitativo, quantitativo e misto*. (L. d. Rocha, Trad.) Artmed and Bookman.
- Decreto-Lei nº 163/93. (7 de Maio de 1993). Estabelece o Programa Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto. *Diário da República, I Série A*. Obtido de <https://dre.pt/application/conteudo/274242>
- Dicionário do Desenvolvimento - Habitação*. (s.d.). Obtido de Fundação Cidade de Lisboa: <https://ddesenvolvimento.com/portfolio/habitacao/>
- Ferreira (coord.), A. F. (1993). *Livro Branco sobre a Política da Habitação em Portugal*. Lisboa: ENH, D.L.
- Ferreira, A. F., Guerra, I. P., Matias, N., & Stussi, R. (1985). *Perfil Social e Estratégias do "Clandestino"*. Lisboa: Centro de Estudos de Sociologia do ISCTE.
- Freitas, M. J. (1994). Os paradoxos do realojamento. *Sociedade e Território*(22).
- Gonçalves, D. (2020). *"Projeto Gira no Bairro" desenvolvido na Esquadra de Caxias quer quebrar preconceitos*. Obtido de Oeiras Digital: <https://oeirasdigital.pt/projeto-gira-no-bairro-desenvolvido-na-esquadra-de-caxias-quer-quebrar-preconceitos/>
- Gonçalves, H. S. (1994). Processos de (re)construção de identidades culturais num bairro de habitação social. *Sociologia - Problemas e Práticas*(16), pp. 135-149. Obtido de <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/926/1/8.pdf>
- Guerra, I. (1994). As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas. *Sociedade e Território*(20), pp. 11-16.

- Guerra, I. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo - Sentidos e Formas de Uso*. Cascais: Príncipia Editora.
- Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo - Sentidos e formas de uso*. Cascais: Príncipia Editora.
- Instituto Nacional de Estatística. (2019). *Anuário Estatístico da Área Metropolitana de Lisboa - 2018*. Instituto Nacional de Estatística, I.P. Obtido de https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=410495118&PUBLICACOESmodo=2
- Instituto Nacional de Habitação. (1992). *Prémio INH 1992 - Apresentação dos Empreendimentos*.
- Justino, D., & De Castro, R. (. (1997). *10 Anos de habitação:1986-1996*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil. (2011). *"Mistura Social": Uma referência europeia partilhada? A contribuição portuguesa*. Departamento de Edifícios - Núcleo de Ecologia Social, Lisboa.
- Malheiros, J., Ferreira, B., Carreiras, M., Amilcar, A., & Raposo, R. (2016). Vulnerabilidade e integração urbana em bairros de habitação social da grande Lisboa: uma aproximação conceptual e empírica. (C. d.-I. Território, Ed.) *Espaço & Geografia*, 19(nº1), pp. 185-237.
- Maratona Clube de Portugal. (s.d.). Maratona Clube de Portugal. Obtido de <https://www.maratonaclubedeportugal.com/>
- Marques, C. A. (2012). *Habitação - Da Indústria à Fábrica da Cidade*. Lisboa: Caleidoscópio.
- Marques, M. M., Santos, R., Araújo, F., & Nóbrega, S. (1996). *Realojamento no Concelho de Oeiras - Um estudo sociológico*. (C. M. Oeiras, Ed.) Oeiras: Direção Municipal de Planeamento, Urbanismo e Habitação - Departamento de Habitação.
- Ministério da Habitação, Obras Públicas e Transportes. (1983). Portaria nº 580/83, de 17 de Maio. *Série I*. Obtido de <https://dre.pt/dre/detalhe/portaria/580-1983-451222>
- Ministério das Obras Publicas, Transportes e Comunicações. (1993). Decreto-Lei nº 163/93, de 7 de Maio. *Série I-A*. Diário da República. Obtido de <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/163/1993/05/07/p/dre/pt/html>
- Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação. (2003). Decreto-Lei nº 271/2003, de 28 de Outubro. *Série I-A*. Diário da República. Obtido de <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/271-2003-466834>
- Montez, J. A. (2005). *Voz das Instituições - Casa de São Bento. Oeiras Municipal(87)*.
- Nações Unidas. (s.d.). *11 - Cidades e comunidades sustentáveis*. Obtido de Nações Unidas - Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental: <https://unric.org/pt/objetivo-11-cidades-e-comunidades-sustentaveis-2/>

- Nunes, J. P. (2011). *Florestas de Cimento Armado - Os Grandes Conjuntos Residenciais e a Constituição da Metrópole de Lisboa (1955-2005)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian - Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights. (s.d.). The Right to Adequate Housing. *Ficha Informativa nº21/ Rev.1*. Obtido de https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Publications/FS21_rev_1_Housing_en.pdf
- ONU. (1996). *Habitat Agenda and Istanbul Declaration*. Turquia: Second United Nations Conference on Human Settlements.
- Palácio, S., Ralha, T., & Nóbrega, S. (1997). *Realojamento e Mudança Social -Inquérito sociológico às populações realojadas nos bairros municipais do concelho de Oeiras*. SOCINOVA - Gabinete de Investigação em Sociologia Aplicada. Oeiras: Universidade Nova de Lisboa.
- Parlamento Europeu - Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais. (2020). Relatório sobre o acesso a uma habitação digna e a preços acessíveis para todos (2019/2187(INI)). Obtido de https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/A-9-2020-0247_PT.html?fbclid=IwAR0oawXAcXB_vqJoc77_zZCSC_gwNMx0OAZCN0AbmYWvOEmnStBKWxy9oel
- Pato, I., & Pereira, M. (Junho de 2013). Habitação Social na Área Metropolitana de Lisboa. Tendências da gestão municipal contemporânea. (D. ISCTE, Ed.) *Cidades, Comunidades e Territórios*(26), pp. 1-15.
- Paulos, C. (2020). Dimensões relacionais na investigação científica. *Revista Portuguesa de Educação*, 33(2), pp. 329-344. Obtido de *Revista Portuguesa da Educação*: <https://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/19732>
- Pereira, N. T. (1969). Habitações para o maior número. Em N. T. Pereira, *Escritos (1947-1996, selecção)*. Porto: FAUP Publicações.
- Pinto, T. C. (1996). Apropriação do Espaço em Bairros Sociais: O gosto pela casa e o desgosto pelo bairro. (E. Afrontamento, Ed.) *Sociedade e Território*.
- Pinto, T. C. (2021). Da crise da habitação à crise da habitação: trajetória de um direito comprometido. Em M. C. Silva, A. N. Vasconcelos, J. A. Felizes, L. Baptista, & F. B. Ribeiro, *Espaço Urbano e Habitação Básica Como Primeiro Direito*. Edições Humus.
- Pinto, T. C., & Gonçalves, A. (2000). Os bairros sociais vistos por si mesmos - Imagens, conflitualidade e insegurança. *Cidades - Comunidades e Territórios*, pp. 101-111.
- Quintas, A. J. (2008). Onde está o bairro social? O caso de um realojamento social em lotes dispersos na Freguesia da Brandoa: Perceção dos residentes sobre o novo espaço residencial. (I. -I. Empresa, Ed.) *Dissertação de Mestrado - Cidade, Território e Requalificação*.

- Rezola, M. I. (2018). Programa de política económica e social. Em A. Reis, M. I. Rezola, & P. B. Santos, *Dicionário de história de Portugal: o 25 de Abril* (Vols. 7: Plano-Simões). Porto: Figueirinhas.
- Rodrigues, E. V., Samagaio, F., Ferreira, H., Mendes, M. M., & Januário, S. (1999). Políticas Sociais e Exclusão em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*(31), pp. 39-67.
- RTP. (1988). Cavaco Silva inaugura obras sociais. (R. Arquivos, Ed.) Lisboa. Obtido de <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/cavaco-silva-inaugura-obras-sociais/>
- Ruepp, A. (2020). *A força do ato criador*. Obtido de Raiz e Utopia - Centro Nacional de Cultura: <https://e-cultura.blogs.sapo.pt/tag/nuno+teot%C3%B3nio+pereira>
- Santos (coord.), R., Portas, N., & Machado, C. (2016). *Cidades Participadas: Arquitectura e Democracia. Operações SAAL - Oeiras*. Lisboa: Tinta da China.
- Santos, A. C., Teles, N., & Serra, N. (2014). Finança e habitação em Portugal. (O. s. Alternativas, Ed.) *Cadernos do Observatório*(2).
- Santos, C. (2015). Habitação social, vulnerabilidade social e serviço social: um ensaio sobre o fracasso da mudança social nos bairros sociais. *Libertas On Line*, 15(1). Obtido de <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18313/9536>
- Serra, N. (2002). Estado, Território e Estratégias de habitação. Coimbra: Quarteto.
- Silva, V. N. (2016). As Grandes Cidades e a Problemática da Habitação - Caso de Estudo: Londres. (U. d.-F. Arquitectura, Ed.) Obtido de <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/13481/1/2017.01.01%20-%20The%20Great%20Cities%20and%20the%20Lack%20of%20Housing%20-%20Lond.pdf>
- Soczka, L. (1988). Ecologia Social do risco psicológico em meio urbano. *Psicologia VI*(3), pp. 307-346. Obtido de <https://revista.appsicologia.org/index.php/rpsicologia/article/view/815/537>
- United Nations. (2016). HABITAT III - Declaração de Quito sobre Cidades e Aglomerados Urbanos Sustentáveis para Todos. Quito. Obtido de https://www.forumdascidades.pt/sites/default/files/nova_agenda_urbana_2016_pt_0.pdf

ANEXOS

ANEXO A - GRELHA ANALÍTICA – DIMENSÕES DE ANÁLISE

Dimensões de análise

Dimensões de análise	Sub-dimensões
Perfil Social	<ul style="list-style-type: none"> • Idade • Local de origem • Profissão • Tipo de alojamento
Trajectoria residencial	<ul style="list-style-type: none"> • Nascimento • Mudanças de habitação • Razões da(s) mudança(s) (vinda/saída) • Perspetivas futuras
Satisfação com o bairro e com a casa	<ul style="list-style-type: none"> • Casa • Bairro • Vizinhos/amigos
Apreciação sobre o processo de realojamento	<ul style="list-style-type: none"> • melhoria condições habitabilidade • Acompanhamento • Adaptação • Acautelamento das redes de relações preexistentes • Correspondência realidade VS expectativa
Apreciação sobre as mudanças ocorridas com o realojamento	<ul style="list-style-type: none"> • no modo de vida • mobilidade social • integração e participação na comunidade • Apreciação ao longo do tempo
Representações sobre o bairro	<ul style="list-style-type: none"> • A minha imagem do bairro • A imagem dos outros • Influência da imagem do bairro nas oportunidades de vida • Apreciação sobre a evolução do bairro
Sentimento de pertença e identidade com o bairro	<ul style="list-style-type: none"> • Sou do bairro/vivo no bairro • participação em atividades locais

ANEXO B – GUIÃO PARA ENTREVISTAS BIOGRÁFICAS

Guião para entrevistas biográficas

Pergunta-tipo (Exemplos)	Objetivo da pergunta
<ul style="list-style-type: none"> • Conte-me a sua vida, diga-me onde nasceu e fale-me sobre os locais e as casas onde viveu até agora? • Escolheu este local ou foi uma imposição da autarquia? • Em que ano se deu o realojamento/ compra da casa? 	De onde veio e como se vê no futuro, se existem perspetivas de fixação ao local.
<ul style="list-style-type: none"> • Gosta da sua casa? Como a compara com a anterior? Melhor? Pior? • O que melhorava na sua casa? Se pudesse fazia alterações? • O que pensa do bairro relativamente a outros locais onde já tenha habitado? • Como são as suas relações com os vizinhos? Considera amigos ou apenas conhecidos? 	Se a casa e o bairro corresponderam às expetativas.
<ul style="list-style-type: none"> • Como foi o processo de atribuição de casa? Rápido, demorado, burocrático? • Houve acompanhamento da câmara? • Alguns dos seus antigos vizinhos foram também aqui realojados • O que esperava do bairro? Correspondeu às suas expetativas? 	Perceção sobre os processos de atribuição de casa e monitorização por parte da CMO.
<ul style="list-style-type: none"> • Quais foram as alterações mais significativas no seu dia-a-dia, depois da mudança? • Sente que a sua vida melhorou? • Integrou-se na comunidade • Participa em atividades no bairro? • Que balanço faz destes anos no bairro? 	Perceção sobre a evolução sentida com a mudança, a nível social e até financeiro.
<ul style="list-style-type: none"> • Que ideia que tinha/tem do bairro? • Como pensa que quem é de fora vê as pessoas do bairro e o bairro? • Acha que sofreu diferenças (sociais e habitacionais) desde que veio morar no bairro? • Pensa que habitar neste local o priva de outras oportunidades? Acha que é negativo habitar neste local? • Acha o bairro um local seguro? 	Perceção sobre a ideia do local, de quem habita e de quem está de fora, se é visto como um bom local para morar, se é seguro.
<ul style="list-style-type: none"> • Olha para o bairro como o “seu sítio”? • Participa ou pertence a algum grupo no bairro? • Pretende ficar/ sair? • <u>Sente que é mesmo do bairro?</u> 	Se existe integração, se existe algum sentimento de orgulho por morar no bairro, se está porque quer e não porque não tem outra hipótese.

ANEXO C – FICHA DE CARACTERIZAÇÃO BIOGRÁFICA – PERFIL SOCIAL

Ficha de caracterização biográfica dos entrevistados – Perfil Social

Entrevistado Nº	Sexo	Idade	Local de origem	Profissão	Tipo de alojamento - renda ou compra
1	M	71	Cabo Verde	Reformado	Compra - 2ª
2	M	47	Linda-a-Pastora	Reformado	Renda
3	F	53	Lisboa	Desempregada	Renda
4	F	60	Timor-Leste	Reformada	Renda
5	F	59	Angola	Comerciante	Compra - 2ª
6	F	50	Angola	Comerciante	Renda
7	F	39	Cabo Verde	Assistente Operacional	Renda
8	F	70	Cabo Verde	Reformada	Renda
9	F	58	Madeira	Assistente Operacional	Compra - 2ª
10	F	67	Carregal do Sal	Reformada	Compra - Concurso
11	F	57	Cabo Verde	Trabalha	Renda
12	F	75	Miranda do Corvo	Reformada	Compra - Concurso
13	F	78	Madeira	Reformada	Compra - Concurso
14	F	76	Lousã	Reformada	Compra - Concurso
15	F	67	Cabo Verde	Doméstica	Renda
16	M	37	Lisboa	Motorista	Renda

ANEXO D - FIGURAS

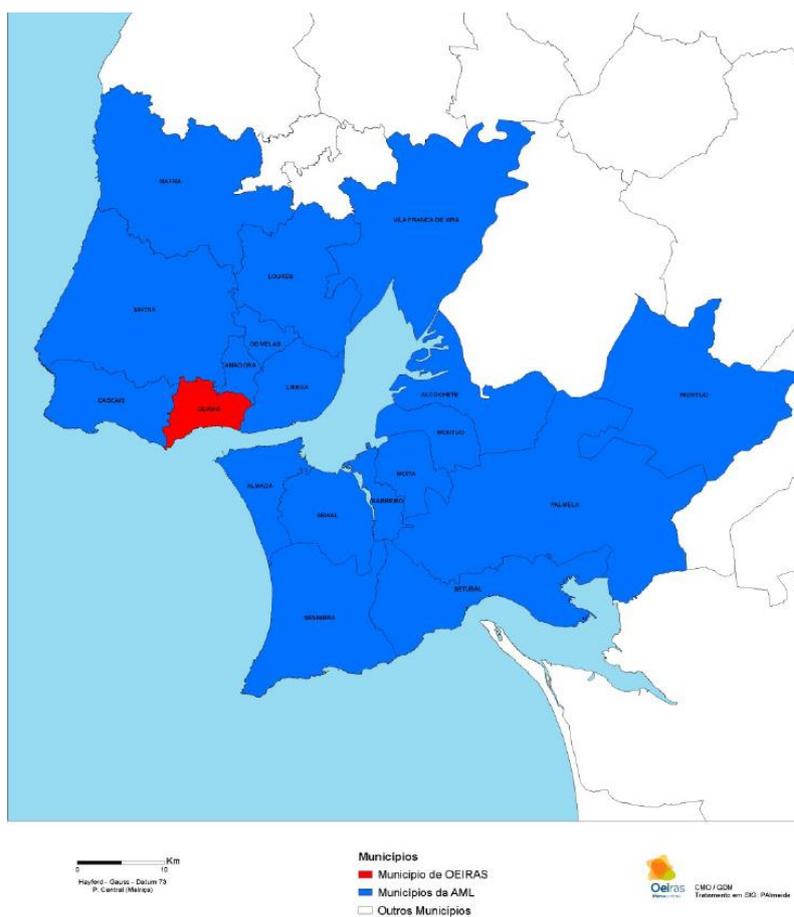


Figura 1. Municípios da Área Metropolitana de Lisboa (AML)
Fonte: Câmara Municipal de Oeiras, Plano Diretor Municipal, 2013



Figura 2. Limites administrativos
Fonte: Oeiras Factos e Números 2013, Câmara Municipal de Oeiras



Figura 3. Foral de Oeiras
Fonte: Município de Oeiras

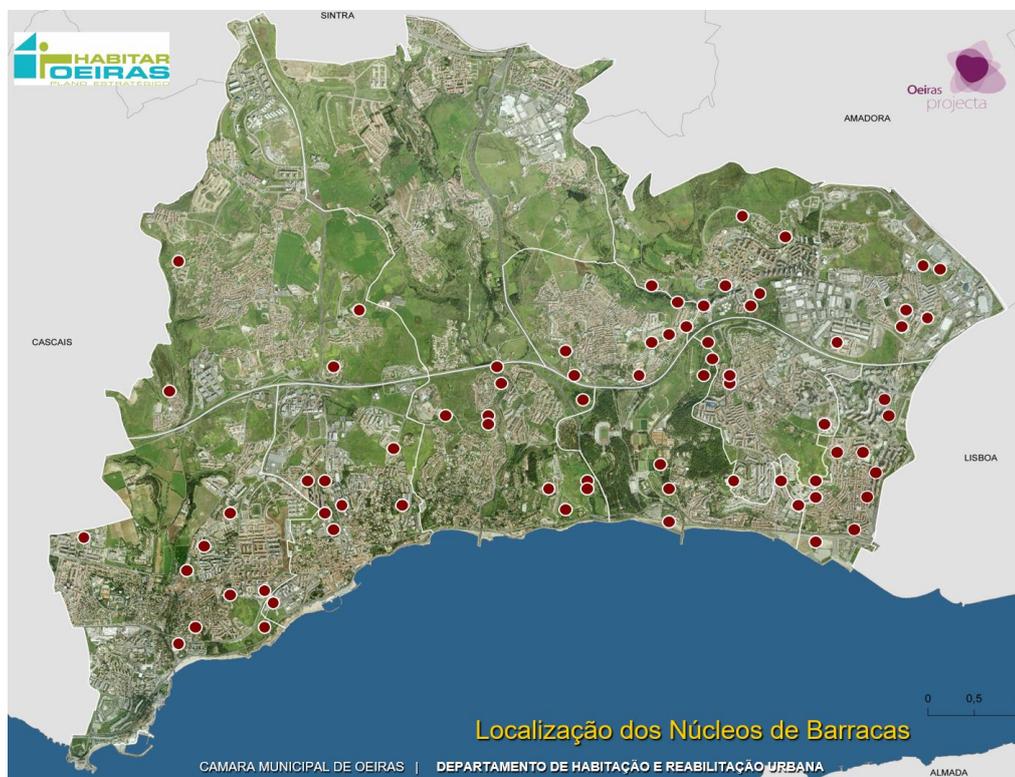


Figura 4. Localização dos núcleos de barracas - Concelho de Oeiras
Fonte: Plano Estratégico “Habitar Oeiras” – Apresentação



Figura 5. Farol da Gibalta

Fonte: All About Portugal. Disponível em : <https://www.allaboutportugal.pt/pt/oeiras/monumentos/farol-da-gibalta>



Figura 6. Forte de São Bruno

Fonte: Wikipédia – Forte de São Bruno. Disponível em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Forte_de_S%C3%A3o_Bruno



Figura 7. Convento da Cartuxa - Caxias

Fonte: Wikipédia. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Convento_da_Cartuxa_\(Caxias\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Convento_da_Cartuxa_(Caxias))



Figura 8. Quinta Real de Caxias - vista panorâmica

Fonte: Oeiras Valley | Município de Oeiras. Disponível em: <https://www.oeiras.pt/-/a-quinta-real-de-caxias>



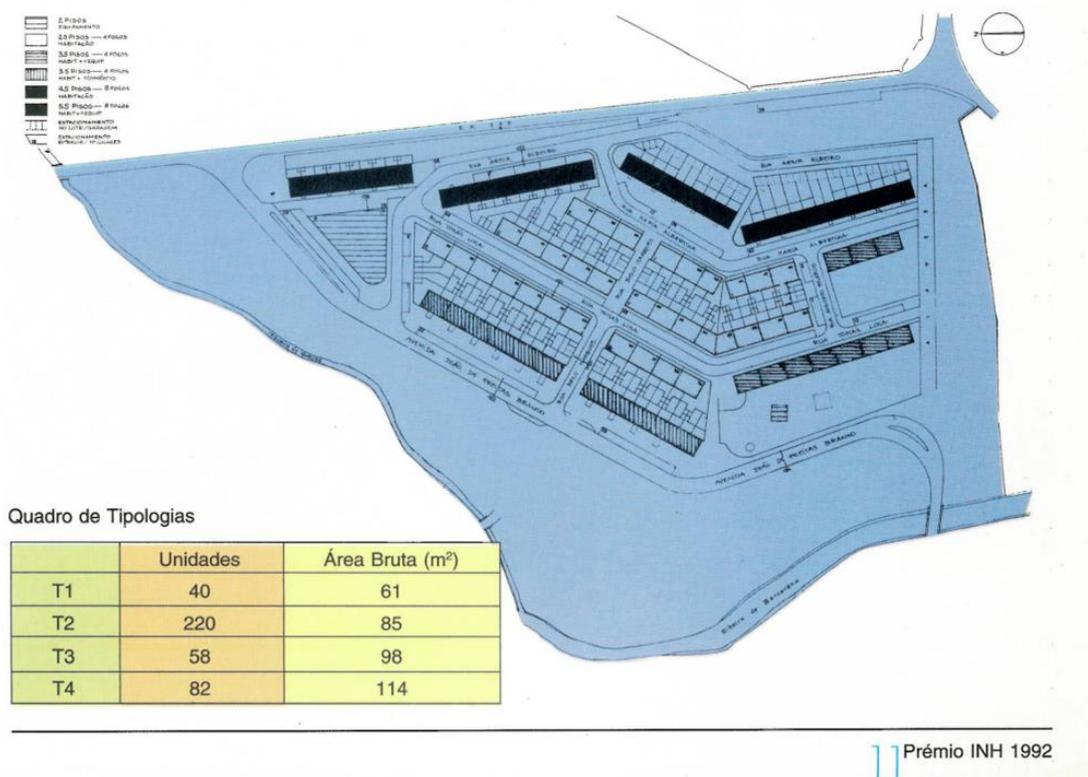
Figura 9. Quinta Real de Caxias - Cascata

Fonte: Oeiras Valley | Município de Oeiras. Disponível em: <https://www.oeiras.pt/-/a-quinta-real-de-caxias>



Figura 10. Bairro da Pedreira Italiana - Laveiras

Fonte: Autoria da própria



Plano Conjunto Habitacional de Laveiras/ Caxias

Figura 11. Planta do Conjunto Habitacional de Laveiras - Caxias

Fonte: Instituto Nacional de Habitação – Prémio INH 1992 Apresentação dos Empreendimentos



Figura 12. Blocos com 2 andares

Fonte: Instituto Nacional de Habitação – Prémio INH 1992 Apresentação dos Empreendimentos



Figura 13. Blocos com 4 andares

Fonte: Instituto Nacional de Habitação – Prémio INH 1992 Apresentação dos Empreendimentos

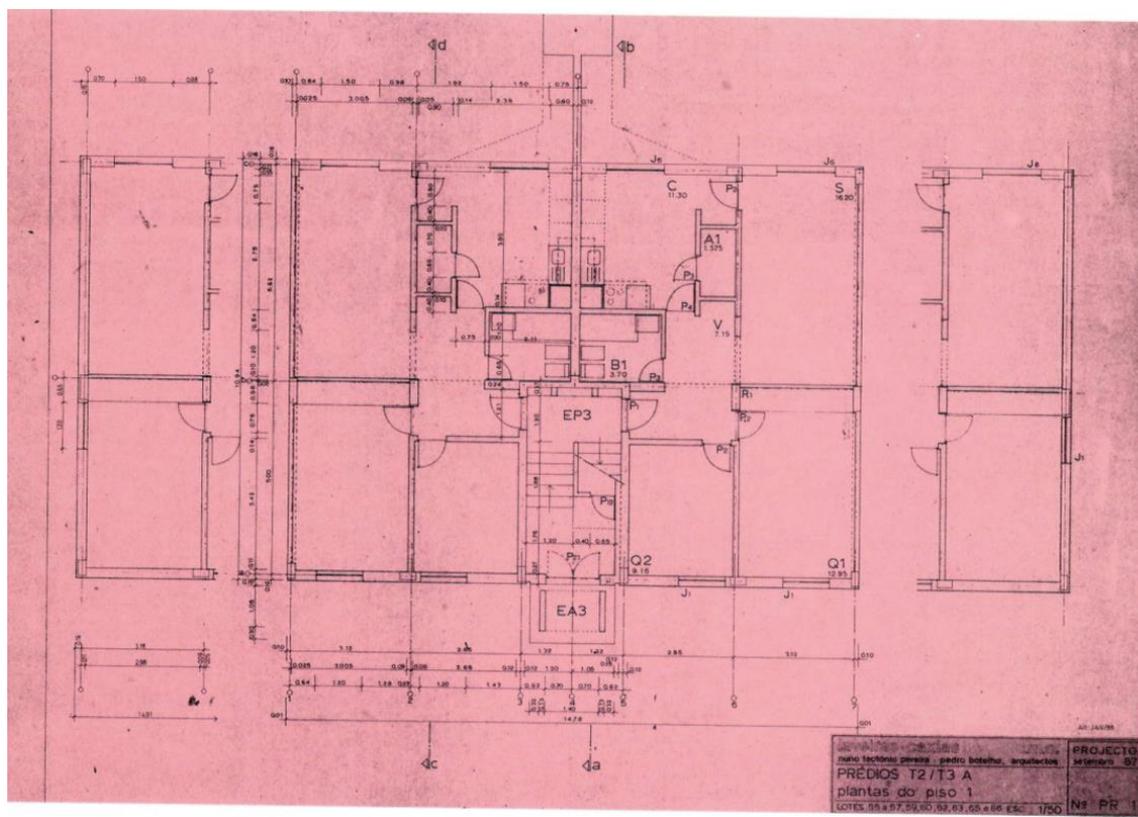


Figura 14. Planta do piso 1 - prédio T2/T3 - Arquitectos Nuno Teotónio Pereira e Pedro Botelho

Fonte: Instituto Nacional de Habitação – Prémio INH 1992 Apresentação dos Empreendimentos



Figura 15. Monumento de homenagem a Francisco Sá Carneiro, autoria do artista Espiga Pinto
Fonte: Ao Ritmo de Caxias. Disponível em:

https://issuu.com/municipiodeoeiras/docs/livro_freguesia_caxias



Figura 16. Conjunto Habitacional Laveiras-Caxias (PER)
Fonte: Autoria da própria



Figura 17. Bloco Habitacional
Fonte: Autoria da própria



Figura 18. Remate de cornija
Fonte: Autoria da própria

ANEXO E - QUADROS

Período	Situação da habitação	Principais Programas e Organismos
Até meados dos anos 60	Carências ao nível qualitativo. Promoção de uma política mais produtivista para responder às necessidades da urbanização do território, promoção pública praticamente inexistente.	<ul style="list-style-type: none"> • Casas Económicas (1930-1940) • Casas para Famílias Pobres (1945) • Casas para Desalojados das Ilhas do Porto (1946) • Casas de Renda Limitada (1947) • Casas para Pescadores (1956) • Auto-Construção (1962)
1968 a 1976	Períodos políticos relacionados com o marcelismo, maior intervenção do Estado na habitação nomeadamente ao nível normativo, apoio à promoção direta e de custos controlados, criação de serviços municipais de habitação. Sem alterações estruturais no setor da habitação.	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de organismos públicos: • Fundo de Fomento da Habitação (FFH) • Empresa Pública de Urbanização de Lisboa (EPUL) • Secretaria de Estado da Habitação • Programas: • SAAL • Programa de Apoio às Autarquias para a Construção de Habitação Social • Programa de Recuperação de Imóveis Degradados (PRID) • Criação de um novo regime: • Contratos de Desenvolvimento de Habitação (CDH) – promoção privada de custos controlados.
1976 a 1988	1976 – rejeitadas políticas intervencionistas, tornando-se o financiamento à aquisição de casa própria o principal instrumento do fomento habitacional. 1976-1985 – coexistência de dois modelos de política de habitação – liberal e intervencionista. Meados anos 80 – investimento em políticas dinâmicas de reabilitação, recuperação e requalificação urbana. Concretização de iniciativas legislativas de apoio a programas municipais de realojamento, através de protocolos estabelecidos entre Administração Central e Municipal.	<ul style="list-style-type: none"> • Interrupção do Programa SAAL • Redução do apoio às Cooperativas de Habitação e dos Contratos de Desenvolvimento da Habitação • Extinção do Fundo de Fomento da Habitação (FFH) • Criação do Fundo de Fomento de Apoio ao Investimento Habitacional (FAIH) e do Crédito Predial Português • Criação do Instituto Nacional da Habitação (INH) • Criação do Instituto de Gestão e Alienação do Património do Estado (IGAPHE) • Programa de Realojamentos Municipais
1988 a 1993	Definição de instrumentos da política de habitação. Estado passa cada vez mais a considerar a habitação como uma responsabilidade das Autarquias.	<ul style="list-style-type: none"> • Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados – RECRIA (DL 4/88), apoio à aquisição de habitação pelos jovens (DL 328-B/86); criação do Programa de Desenvolvimento de Habitação a Custos Controlados – PDH.
1993 a 2003	O acréscimo do fluxo de imigrantes, sobretudo dos oriundos dos PALOP, acentuou a crise no setor da habitação, verificando-se um maior investimento Estatal neste setor, nomeadamente através de um maior incentivo a promoção de habitação a custo controlado. Por outro lado, sem estar diretamente ligado ao setor habitacional, emerge uma maior preocupação ao nível da estreita relação entre as situações de pobreza e o território. Fusão e conseqüente extinção, do IGAPHE com o INH (em 2003).	<ul style="list-style-type: none"> • Criação do Programa Especial de Realojamento – PER (1993); Implementação do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza (1994) e que, no âmbito II Quadro Comunitário de Apoio (1994-1999), concretizou programas específicos como: URBAN, Intervenção Operacional de Reabilitação Urbana – IORU, INTEGRAR; Plano Nacional de Acção para a Inclusão – PNAI (2001...). Integração do IGAPHE no INH (a partir de 2003).

Quadro 1. Programas de apoio ao arrendamento e aquisição de habitação

Fonte: LNEC – Laboratório de Engenharia Civil

Período de referência dos dados	Local de residência (à data dos Censos 2021)	População residente (N.º) por Local de residência		
		Sexo		
		HM N.º	H N.º	M N.º
2021	Área Metropolitana de Lisboa	2870208	1350446	1519762
	Alcochete	19143	9204	9939
	Almada	177238	83208	94030
	Amadora	171454	79393	92061
	Barreiro	78345	36702	41643
	Cascais	214124	99766	114358
	Lisboa	545796	254179	291617
	Loures	201590	95120	106470
	Mafra	86515	41916	44599
	Moita	66255	31348	34907
	Montijo	55682	27053	28629
	Odivelas	148034	69724	78310
	Oeiras	171658	79581	92077
	Palmela	68852	33165	35687
	Seixal	166507	78624	87883
Sesimbra	52384	25435	26949	
Setúbal	123496	58558	64938	
Sintra	385606	181792	203814	
Vila Franca de Xira	137529	65678	71851	

Quadro 2. População residente em 2021

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística, Censos 2021

População residente por município, segundo os grandes grupos etários e o sexo em 31/12/2020

	65 e mais anos																	
	Total			0 a 14 anos			15 a 24 anos			25-64 anos			Total			75 e mais anos		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
A. M. Lisboa	2 869 033	1 341 981	1 527 052	453 284	231 532	221 752	297 854	150 811	147 043	1 477 792	694 359	783 433	640 103	265 279	374 824	308 197	119 370	188 827
Alcochete	19 933	9 569	10 364	3 173	1 571	1 602	2 540	1 283	1 257	10 892	5 228	5 664	3 328	1 487	1 841	1 631	682	949
Almada	168 664	78 555	90 109	25 231	12 976	12 255	17 609	8 942	8 667	86 136	40 111	46 025	39 688	16 526	23 162	19 479	7 586	11 893
Amadora	185 517	86 096	99 421	29 263	14 793	14 470	17 532	8 658	8 874	94 793	44 452	50 341	43 929	18 193	25 736	21 918	8 674	13 244
Barreiro	74 730	34 561	40 169	10 308	5 216	5 092	7 450	3 733	3 717	36 759	17 145	19 614	20 213	8 467	11 746	9 709	4 061	5 648
Cascais	213 941	98 870	115 071	33 114	17 005	16 109	23 880	12 114	11 766	112 279	51 938	60 341	44 668	17 813	26 855	20 945	7 866	13 079
Lisboa	509 614	234 174	275 440	86 096	44 413	41 683	45 053	23 405	21 648	234 536	111 124	123 412	143 929	55 232	88 697	77 884	26 688	51 196
Loures	214 969	101 406	113 563	33 938	17 413	16 525	21 592	10 858	10 734	111 699	52 740	58 959	47 740	20 395	27 345	22 414	9 222	13 192
Mafra	85 295	41 148	44 147	13 761	6 954	6 807	10 735	5 415	5 320	46 835	22 620	24 215	13 964	6 159	7 805	6 940	2 902	4 038
Moita	64 157	30 091	34 066	9 841	5 049	4 792	6 808	3 425	3 383	33 555	15 641	17 914	13 953	5 976	7 977	6 005	2 335	3 670
Montijo	58 092	28 225	29 867	9 789	5 063	4 726	6 249	3 187	3 062	32 139	15 785	16 354	9 915	4 190	5 725	4 684	1 838	2 846
Odivelas	163 003	76 293	86 710	27 192	13 793	13 399	15 405	7 779	7 626	85 849	40 173	45 676	34 557	14 548	20 009	16 060	6 457	9 603
Oeiras	177 795	82 069	95 726	26 809	13 718	13 091	18 019	9 184	8 835	88 572	40 913	47 659	44 395	18 254	26 141	21 429	8 525	12 904
Palmela	64 083	30 529	33 554	9 467	4 734	4 733	7 624	3 898	3 726	34 454	16 398	18 056	12 538	5 499	7 039	5 907	2 496	3 411
Seixal	168 154	79 087	89 067	25 730	13 086	12 644	17 682	8 850	8 832	89 871	41 690	48 181	34 871	15 461	19 410	14 659	6 293	8 366
Sesimbra	51 959	25 157	26 802	8 072	4 161	3 911	6 354	3 318	3 036	28 473	13 621	14 852	9 060	4 057	5 003	4 258	1 821	2 437
Setúbal	114 278	53 763	60 515	17 277	8 806	8 471	12 684	6 380	6 304	58 310	27 593	30 717	26 007	10 984	15 023	11 772	4 623	7 149
Sintra	392 887	185 197	207 690	62 269	31 545	30 724	45 133	22 657	22 476	215 061	100 755	114 306	70 424	30 240	40 184	31 377	12 783	18 594
Vila Franca de Xira	141 962	67 191	74 771	21 954	11 236	10 718	15 505	7 725	7 780	77 579	36 432	41 147	26 924	11 798	15 126	11 126	4 518	6 608

Quadro 3. População residente por município em 2020

Fonte: Anuários Estatísticos Regionais, 2021, INE

Índice de envelhecimento (N.º) por município da AML, 2017

Posição	Município	N.º
1º	Barreiro	183,4
2º	Lisboa	177,6
3º	Oeiras	153,9
4º	Almada	152,6
5º	Amadora	149,6
6º	Setúbal	138,1
7º	Loures	135,8
8º	Moita	131
9º	Cascais	125,6
10º	Odivelas	125,1
11º	Palmela	122,8
12º	Seixal	122,2
13º	Vila Franca de Xira	106,9
14º	Sintra	103,4
15º	Sesimbra	102,2
16º	Montijo	100,4
17º	Alcochete	95,2
18º	Mafra	92,4

Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente

Quadro 4. Índice de envelhecimento

Fonte: Plano Municipal de Habitação Oeiras 20|30

	Local de residência	Níveis de ensino	População residente (N.º)			
			Sexo			
			HM	H	M	
			N.º	N.º	N.º	
2021	Área Metropolitana de Lisboa	Total	2870770	1350790	1519980	
		Nenhum	385854	180547	205307	
		Ensino básico	1147167	556877	590290	
		1º ciclo	455166	195353	259813	
		2º ciclo	250269	132147	118122	
		3º ciclo	441732	229377	212355	
		Ensino secundário e pós secundário	677178	336549	340629	
		Ensino superior	660571	276817	383754	
		Oeiras	Total	171767	79678	92089
			Nenhum	20628	9690	10938
	Ensino básico		55947	26196	29751	
	1º ciclo		20570	8405	12165	
	2º ciclo		11869	6120	5749	
	3º ciclo		23508	11671	11837	
	Ensino secundário e pós secundário		38367	19277	19090	
	Ensino superior		56825	24515	32310	

Quadro 5. Nível de escolaridade no Concelho de Oeiras/ AML

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística, Censos 2021

TRABALHADORES/AS POR CONTA DE OUTREM NOS ESTABELECIMENTOS POR MUNICÍPIO, SEGUNDO O SETOR DE ATIVIDADE (CAE-REV.3) E O SEXO, 2017

EMPLOYEES IN ESTABLISHMENTS BY MUNICIPALITY AND ACCORDING TO SECTOR OF MAIN ACTIVITY (CAE-REV.3) AND SEX, 2017

II.5.18	Total			Primário CAE: A			Secundário CAE: B - F			Terciário CAE: G - U		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
	Unidade: N.º											
Portugal	2 214 698	1 199 696	1 015 002	44 141	31 226	12 915	686 138	463 088	223 050	1 484 419	705 382	779 037
Contínente	2 131 943	1 154 786	977 157	42 660	29 967	12 693	669 061	449 293	219 768	1 420 222	675 526	744 696
A. M. Lisboa	671 034	358 481	312 553	4 124	2 850	1 274	104 443	78 567	25 876	562 467	277 064	285 403
Alcochete	3 520	1 976	1 544	2 522
Almada	18 773	8 372	10 401	21	12	9	2 612	2 082	530	16 140	6 278	9 862
Amadora	29 464	15 620	13 844	12	8	4	5 471	3 803	1 668	23 981	11 809	12 172
Barcelos	8 138	3 900	4 238	0	6 657
Cascais	33 569	17 278	16 291	78	54	24	5 216	4 014	1 202	28 275	13 210	15 065
Lisboa	295 474	148 978	146 496	793	581	212	17 047	12 205	4 842	277 634	136 192	141 442
Loures	40 289	24 001	16 288	358	271	87	9 684	7 295	2 389	30 247	16 435	13 812
Maia	15 592	10 050	5 542	306	212	94	3 632	2 604	1 028	11 654	7 234	4 420
Moita	4 293	2 193	2 100	80	1 497	2 716	1 020	1 696
Montijo	8 172	4 028	4 144	844	449	395	1 797	1 314	483	5 531	2 265	3 286
Odivelas	14 448	8 106	6 342	12	3 790	10 646	5 304	5 342
Oeiras	68 908	37 201	31 707	44	36	8	7 504	5 439	2 065	61 360	31 726	29 634
Palmela	19 149	13 218	5 931	298	205	93	11 127	8 744	2 383	7 724	4 269	3 455
Seixal	15 096	8 429	6 667	22	18	4	4 377	3 421	956	10 697	4 990	5 707
Sesimbra	4 417	2 389	2 028	430	392	38	910	769	141	3 077	1 228	1 849
Setúbal	18 588	10 184	8 404	256	199	57	5 558	4 541	1 017	12 774	5 444	7 330
Sintra	50 074	28 805	21 269	214	142	72	15 137	11 256	3 881	34 723	17 407	17 316
Vila Franca de Xira	23 070	13 753	9 317	169	99	70	6 792	5 310	1 482	16 109	8 344	7 765
Unit. No.	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F
	Total			Primary CAE: A			Secondary CAE: B - F			Tertiary CAE: G - U		

© INE, I.P., Portugal, 2019. Informação disponível até 15 de outubro de 2019. Information available till 15th October, 2019.

Quadro 6. Trabalhadores por conta de outrem, por sector de atividade

Fonte: Anuário Estatístico Área Metropolitana de Lisboa, 2019

TRABALHADORES/AS POR CONTA DE OUTREM NOS ESTABELECIMENTOS POR MUNICÍPIO, SEGUNDO O NÍVEL DE HABILITAÇÕES, 2017

EMPLOYEES IN ESTABLISHMENTS BY MUNICIPALITY AND ACCORDING TO LEVEL OF EDUCATION, 2017

II.5.22	Total	Nível de habilitações									
		Inferior ao 1º ciclo do ensino básico	1º ciclo do ensino básico	2º ciclo do ensino básico	3º ciclo do ensino básico	Ensino secundário	Curso técnico superior profissional	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento
		Unidade: N.º									
Portugal	2 214 698	8 667	215 366	298 698	576 245	638 288	841	38 902	378 393	50 206	5 025
Contínente	2 131 943	8 132	205 459	285 276	552 646	614 973	736	38 177	368 327	49 273	4 933
A. M. Lisboa	671 034	2 044	42 039	52 428	149 954	214 286	248	16 167	166 013	23 877	2 098
Alcochete	3 520	...	285	367	936	1 302	0	63	502	40	...
Almada	18 773	63	1 326	1 882	5 095	5 950	6	362	3 546	392	98
Amadora	29 464	115	2 264	2 426	6 427	8 760	7	728	6 966	1 241	447
Barcelos	8 138	21	599	874	2 418	2 630	4	110	1 339	129	4
Cascais	33 569	107	2 320	3 035	8 654	11 228	20	847	6 609	646	36
Lisboa	295 474	786	13 343	15 273	49 498	95 355	112	8 157	95 579	15 293	1 120
Loures	40 289	135	3 726	5 025	11 723	12 167	13	672	6 071	648	35
Maia	15 592	52	1 686	2 819	5 059	4 233	9	135	1 426	126	13
Moita	4 293	13	413	575	1 455	1 293	...	54	428	45	...
Montijo	8 172	64	909	1 079	2 392	2 539	...	116	935	94	...
Odivelas	14 448	54	1 463	1 686	4 534	4 571	...	179	1 672	215	21
Oeiras	68 908	153	3 504	3 581	11 519	21 315	18	2 354	23 466	2 719	169
Palmela	19 149	42	1 126	1 767	7 170	6 259	6	345	2 133	236	3
Seixal	15 096	43	1 148	1 662	4 707	5 250	9	258	1 733	202	59
Sesimbra	4 417	...	697	610	1 473	1 144	...	41	389	30	...
Setúbal	18 588	54	1 494	2 066	5 695	5 890	8	394	2 639	273	14
Sintra	50 074	228	3 946	5 245	14 366	16 642	19	965	7 352	1 085	53
Vila Franca de Xira	23 070	72	1 790	2 456	6 833	7 758	9	387	3 228	463	18
Unit. No.	Total	Below basic education	Basic education - 1st cycle	Basic education - 2nd cycle	Basic education - 3rd cycle	Secondary	Short cycle professional course	Bachelor degree	Graduate degree	Masters degree	PhD
	Level of education										

© INE, I.P., Portugal, 2019. Informação disponível até 15 de outubro de 2019. Information available till 15th October, 2019.

Quadro 7. Trabalhadores por conta de outrem, segundo o nível de habilitações

Fonte: Anuário Estatístico Área Metropolitana de Lisboa, 2019

TRABALHADORES/AS POR CONTA DE OUTREM NOS ESTABELECIMENTOS POR MUNICÍPIO, SEGUNDO A PROFISSÃO PRINCIPAL (CPP-10), 2017

EMPLOYEES IN ESTABLISHMENTS BY MUNICIPALITY AND ACCORDING TO MAIN OCCUPATION (ISCO-08), 2017

II.5.24	Total	Profissão principal								
		Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores/as e gestores/as executivos/as	Especialistas das atividades intelectuais e científicas	Técnicos/as e profissionais de nível intermédio	Pessoal administrativo	Trabalhadores/as dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores/as	Agricultores/as e trabalhadores/as qualificados/as da agricultura, da pesca e da floresta	Trabalhadores/as qualificados/as da indústria, construção e artífices	Operadores/as de instalações e máquinas e trabalhadores/as da montagem	Trabalhadores/as não qualificados
Unidade: N.º										
Portugal	2 214 698	97 498	259 130	245 996	308 338	462 799	24 111	315 366	248 574	250 831
Continente	2 131 943	94 772	251 768	238 368	296 355	438 618	23 014	305 450	243 834	237 750
A. M. Lisboa	671 034	34 315	119 415	94 211	114 482	149 564	2 911	52 379	41 571	61 120
Alcochete	3 520	187	215	507	654	924	62	292	292	377
Almada	18 773	838	3 043	2 056	2 139	6 213	51	1 751	854	1 816
Amadora	29 464	1 191	6 804	3 999	3 373	9 081	61	2 019	835	2 060
Barreiro	8 138	227	1 146	1 059	754	2 540	60	961	718	669
Cascais	33 569	1 780	4 955	3 341	4 594	10 062	187	2 564	1 477	4 570
Lisboa	295 474	17 237	68 365	43 459	59 430	62 099	374	11 357	8 991	23 502
Loures	40 289	1 536	3 951	5 651	6 323	8 138	268	4 525	4 721	5 165
Mafra	15 592	637	962	1 142	1 698	4 814	209	2 273	2 417	1 431
Moita	4 293	166	323	402	490	1 144	29	841	271	627
Montijo	8 172	362	594	698	1 146	2 150	190	1 033	558	1 440
Odivelas	14 448	575	1 046	1 778	2 490	3 406	69	2 485	1 262	1 331
Oeiras	68 908	4 137	16 242	14 023	11 015	12 736	144	3 450	1 967	5 007
Palmela	19 149	575	1 217	1 906	2 727	1 966	113	2 583	6 754	1 302
Seixal	15 096	651	1 336	1 788	2 309	3 599	36	2 466	1 338	1 565
Sesimbra	4 417	143	268	396	492	1 333	376	549	289	570
Setúbal	18 588	707	1 765	2 669	2 656	3 989	162	2 651	2 040	1 942
Sintra	50 074	2 489	4 930	6 370	7 728	11 205	442	7 063	4 346	5 449
Vila Franca de Xira	23 070	877	2 253	2 967	4 464	4 165	78	3 516	2 441	2 297

Unit No.	Total	Main occupation							
		Managers	Professionals	Technicians and associate professionals	Clerical support workers	Service and sale workers	Skilled agricultural, forestry, and fishery workers	Craft and related trades workers	Plant and machine operators, and assemblers

© INE, I.P., Portugal, 2019. Informação disponível até 15 de outubro de 2019. Information available till 15th October, 2019.

Quadro 8. Trabalhadores por conta de outrem, segundo a profissão principal

Fonte: Anuário Estatístico Área Metropolitana de Lisboa, 2019

INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO POR MUNICÍPIO, 2017

LABOUR MARKET INDICATORS BY MUNICIPALITY, 2017

II.5.3	Taxa de TCO em estabelecimentos com < 10 trabalhadores/as	Taxa de TCO em estabelecimentos com > 250 trabalhadores/as	Ganho médio mensal	Disparidade no ganho médio mensal por sexo	Disparidade no ganho médio mensal por escalão de empresa	Disparidade no ganho médio mensal por setor de atividade	Disparidade no ganho médio mensal por nível de habilitações	Disparidade no ganho médio mensal por profissão principal
	%	%	€	%	%	%	%	%
Portugal	21,2	28,6	1 130,8	9,9	19,4	5,4	33,1	40,3
Continente	21,2	28,7	1 133,3	9,9	19,4	5,6	33,3	40,5
A. M. Lisboa	16,8	40,9	1 410,5	10,6	18,5	2,9	35,3	46,1
Alcochete	16,8	23,6	2 331,2	50,0	139,1	31,3	42,6	129,3
Almada	26,7	31,4	1 097,4	6,5	23,3	1,2	36,4	38,2
Amadora	15,8	50,3	1 350,4	11,1	21,9	7,2	41,1	48,8
Barreiro	20,3	35,1	1 074,2	10,1	17,9	7,6	27,2	33,4
Cascais	24,1	27,4	1 156,1	3,7	14,8	3,5	32,0	39,2
Lisboa	13,6	47,6	1 579,2	11,1	14,3	2,8	33,2	47,2
Loures	17,2	34,9	1 159,9	9,6	15,3	10,3	29,8	38,2
Mafra	23,4	33,0	930,0	3,6	8,5	3,0	19,3	24,3
Moita	26,5	24,6	950,2	9,2	15,7	1,2	19,0	28,5
Montijo	20,8	31,2	995,4	10,7	10,9	9,5	27,8	37,0
Odivelas	32,0	23,5	928,7	4,2	10,6	2,9	16,6	21,6
Oeiras	10,5	48,9	1 740,2	13,5	19,4	2,6	34,4	50,0
Palmela	11,6	52,1	1 367,5	13,1	21,5	20,3	24,9	28,0
Seixal	27,9	20,2	1 199,3	22,8	53,5	3,7	17,4	55,2
Sesimbra	33,4	12,1	919,5	6,8	16,6	8,4	15,9	24,7
Setúbal	19,9	32,5	1 185,1	16,3	20,8	20,3	28,9	35,8
Sintra	23,9	24,4	1 180,9	9,0	20,3	4,7	30,6	37,8
Vila Franca de Xira	16,2	37,0	1 190,4	9,9	16,5	15,9	30,7	38,4

%		€		%			
Rate of employees in establishments with < 10 workers	Rate of employees in establishments with > 250 workers	Mean monthly earning	Disparity in mean monthly earning by sex	Disparity in mean monthly earning by enterprise size class	Disparity in mean monthly earning by sector of activity	Disparity in mean monthly earning by level of education	Disparity in mean monthly earning by main occupation

© INE, I.P., Portugal, 2019. Informação disponível até 15 de outubro de 2019. Information available till 15th October, 2019.

Quadro 9. Indicadores do mercado de trabalho, por município

Fonte: Anuário Estatístico Área Metropolitana de Lisboa, 2019

GANHO MÉDIO MENSAL DOS/DAS TRABALHADORES/AS POR CONTA DE OUTREM NOS ESTABELECIMENTOS POR MUNICÍPIO, SEGUNDO O SETOR DE ATIVIDADE (CAE-REV.3) E O SEXO, 2017

MEAN MONTHLY EARNING OF EMPLOYEES IN ESTABLISHMENTS BY MUNICIPALITY AND ACCORDING TO SECTOR OF MAIN ACTIVITY (CAE-REV.3) AND SEX, 2017

II.5.19	Total			Primário CAE: A			Secundário CAE: B - F			Terciário CAE: G - U		
	Unidade: €											
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Portugal	1 130,79	1 233,48	1 009,42	852,04	882,17	779,17	1 067,48	1 142,29	912,16	1 168,27	1 308,90	1 041,07
Continente	1 133,34	1 236,85	1 011,02	850,40	881,25	777,55	1 067,11	1 143,39	911,17	1 172,99	1 314,79	1 044,46
A. M. Lisboa	1 410,52	1 549,97	1 250,58	894,04	936,13	799,86	1 415,56	1 440,24	1 340,84	1 413,25	1 587,41	1 244,43
Alcochete	2 331,19	3 361,88	1 012,11	941,98	1 062,00	796,24	1 230,25	1 243,32	1 182,30	2 788,11	4 645,24	1 003,19
Almada	1 097,38	1 176,98	1 033,31	774,41	810,67	726,06	1 117,87	1 146,62	1 004,95	1 094,48	1 187,75	1 035,11
Amadora	1 350,44	1 491,46	1 191,33	980,27	1 011,66	917,49	1 554,09	1 570,36	1 517,00	1 304,17	1 466,38	1 146,79
Barreiro	1 074,23	1 187,35	970,13	//	1 247,36	1 291,95	1 032,13	1 035,80	1 139,58	966,18
Cascais	1 156,07	1 197,45	1 112,18	773,16	792,17	730,39	1 074,21	1 065,52	1 103,21	1 172,23	1 239,19	1 113,51
Lisboa	1 579,20	1 753,14	1 402,33	865,33	886,04	883,37	1 686,74	1 700,51	1 652,04	1 574,32	1 761,55	1 394,55
Loures	1 159,91	1 251,45	1 025,02	788,47	796,63	763,04	1 366,07	1 405,66	1 245,16	1 098,30	1 190,50	988,60
Mafra	930,00	954,93	884,80	761,21	764,35	754,13	959,59	987,60	888,66	925,21	948,75	886,68
Moita	950,22	1 035,40	861,26	878,45	912,16	789,58	944,30	1 009,43	754,19	955,59	1 070,80	886,30
Montijo	995,41	1 103,76	890,09	810,34	871,51	740,81	1 148,70	1 197,58	1 015,74	973,84	1 095,37	889,57
Odivelas	928,68	962,93	884,91	1 379,31	1 407,50	...	967,74	949,90	1 017,56	914,27	968,87	860,07
Oeiras	1 740,15	1 957,75	1 484,85	966,07	993,88	840,92	1 858,99	1 896,91	1 759,13	1 726,17	1 999,28	1 465,91
Palmela	1 367,46	1 487,22	1 100,55	786,69	815,12	724,03	1 601,04	1 657,50	1 393,88	1 053,38	1 170,73	908,37
Seixal	1 199,26	1 441,93	892,46	880,39	844,48	1 042,02	1 133,54	1 173,68	989,88	1 226,81	1 627,98	876,03
Sesimbra	919,52	976,98	851,83	1 140,03	1 142,93	1 110,09	946,56	949,85	928,60	880,71	941,00	840,67
Setúbal	1 185,05	1 360,71	972,19	1 227,91	1 300,40	974,85	1 551,27	1 591,56	1 371,36	1 024,85	1 170,36	916,79
Sintra	1 180,94	1 272,39	1 057,10	871,30	875,10	863,81	1 260,52	1 285,37	1 188,45	1 148,16	1 267,24	1 028,46
Vila Franca de Xira	1 190,39	1 287,25	1 047,42	872,52	978,12	723,19	1 482,87	1 498,93	1 425,36	1 070,41	1 156,21	978,21
	Unit: €											
	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F
	Total			Primary CAE: A			Secondary CAE: B - F			Tertiary CAE: G - U		

© INE, I.P., Portugal, 2019. Informação disponível até 15 de outubro de 2019. Information available till 15th October, 2019.

Quadro 10. Ganho mensal trabalhadores por conta de outrem, por sector de atividade
Fonte: Anuário Estatístico Área Metropolitana de Lisboa, 2019

GANHO MÉDIO MENSAL DOS/DAS TRABALHADORES/AS POR CONTA DE OUTREM NOS ESTABELECIMENTOS POR MUNICÍPIO, SEGUNDO A PROFISSÃO PRINCIPAL (CPP-10), 2017

MEAN MONTHLY EARNING OF EMPLOYEES IN ESTABLISHMENTS BY MUNICIPALITY AND ACCORDING TO MAIN OCCUPATION (ISCO-08), 2017

II.5.25	Profissão principal									
	Total	Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores/as e gestores/as executivos/as	Especialistas das atividades intelectuais e científicas	Técnicos/as e profissionais de nível intermédio	Pessoal administrativo	Trabalhadores/as dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores/as	Agricultores/as e trabalhadores/as qualificados/as da agricultura, da pesca e da floresta	Trabalhadores/as qualificados/as da indústria, construção e artes	Operadores/as de instalações e máquinas e trabalhadores/as da montagem	Trabalhadores/as não qualificados
	Unidade: €									
Portugal	1 130,79	2 491,68	1 810,92	1 519,99	1 063,74	808,47	802,11	865,71	908,38	745,74
Continente	1 133,34	2 498,72	1 813,14	1 518,37	1 063,66	808,90	801,18	884,52	906,93	743,43
A. M. Lisboa	1 410,52	3 391,11	2 031,86	1 802,99	1 186,93	871,88	814,90	1 036,12	1 069,58	776,51
Alcochete	2 331,19	2 467,78	1 507,49	9 622,79	1 036,16	912,77	830,01	1 064,99	1 000,99	874,30
Almada	1 097,38	2 002,98	1 811,18	1 258,14	1 070,25	776,08	718,39	874,29	935,86	728,60
Amadora	1 350,44	3 402,89	2 062,88	1 552,61	1 137,76	813,82	763,12	954,92	848,31	723,00
Barreiro	1 074,23	1 969,79	1 713,95	1 299,23	1 015,84	773,31	742,15	956,26	1 062,24	727,93
Cascais	1 156,07	2 405,65	1 804,05	1 340,53	1 097,94	866,25	711,62	905,39	940,57	748,94
Lisboa	1 579,20	3 842,32	2 100,24	1 883,45	1 249,56	911,68	807,37	1 178,37	1 061,56	814,86
Loures	1 159,91	2 697,65	1 819,31	1 490,49	1 032,75	862,90	709,57	1 007,59	1 019,90	744,66
Mafra	930,00	1 592,26	1 433,70	1 196,90	955,50	778,89	745,33	878,09	892,22	729,89
Moita	950,22	1 957,37	1 329,09	1 171,75	1 019,34	775,31	788,51	912,28	887,57	696,90
Montijo	995,41	2 316,41	1 580,46	1 243,21	1 022,56	816,32	774,41	892,37	908,89	684,50
Odivelas	928,68	1 583,56	1 296,17	1 074,45	927,66	783,79	669,10	856,82	904,00	705,76
Oeiras	1 740,15	4 376,99	2 273,85	1 995,81	1 267,71	956,24	692,49	1 127,23	1 076,78	790,70
Palmela	1 367,46	2 866,81	1 786,42	1 674,01	1 445,27	819,35	796,44	1 226,06	1 380,53	791,15
Seixal	1 199,26	1 837,13	1 444,60	2 865,32	940,87	799,32	685,35	925,02	986,39	746,70
Sesimbra	919,52	1 678,63	1 330,16	1 067,10	947,27	741,77	1 162,48	875,96	923,25	704,43
Setúbal	1 185,05	2 470,55	1 773,60	1 583,18	1 173,57	782,80	891,58	1 013,42	1 181,42	735,07
Sintra	1 180,94	2 641,63	1 690,70	1 552,56	1 113,92	870,97	765,90	996,63	986,09	773,34
Vila Franca de Xira	1 190,39	2 814,26	1 832,20	1 551,14	1 031,32	823,96	787,18	1 126,57	976,22	785,64
	Unit: €									
	Total	Managers	Professionals	Technicians and associate professionals	Clerical support workers	Service and sales workers	Skilled agricultural, forestry, and fishery workers	Craft and related trades workers	Plant and machine operators, and assemblers	Elementary occupations
	Main occupation									

© INE, I.P., Portugal, 2019. Informação disponível até 15 de outubro de 2019. Information available till 15th October, 2019.

Quadro 11. Ganho mensal trabalhadores por conta de outrem, segundo a profissão principal
Fonte: Anuário Estatístico Área Metropolitana de Lisboa, 2019

	Indicador per Capita	Percentagem de Poder de Compra	Fator Dinamismo Relativo
A. M. LISBOA	121,77	33,865	-0,132
Alcochete	119,79	0,230	-0,193
Almada	109,16	1,792	-0,241
Amadora	100,07	1,789	-0,662
Barreiro	100,29	0,732	-0,671
Cascais	117,95	2,447	0,833
Lisboa	205,62	10,176	0,909
Loures	100,99	2,096	-0,518
Mafra	98,31	0,810	0,140
Moita	83,37	0,522	-0,609
Montijo	99,34	0,556	-0,238
Odivelas	88,78	1,395	-0,476
Oeiras	153,13	2,639	-1,141
Palmela	100,84	0,629	-0,385
Seixal	91,16	1,485	-0,299
Sesimbra	91,10	0,459	0,481
Setúbal	107,95	1,207	-0,282
Sintra	93,61	3,559	-0,450
Vila Franca de Xira	97,35	1,342	-0,793

Quadro 12. Indicador Per Capita e Percentagem de Poder de Compra
Fonte: Estudo sobre o poder de compra concelhio 2019. INE

INDICADORES DE PRESTAÇÕES SOCIAIS DA SEGURANÇA SOCIAL POR MUNICÍPIO, 2018
 SOCIAL BENEFITS OF SOCIAL SECURITY INDICATORS BY MUNICIPALITY, 2018

II.6.1	Valor médio anual das pensões				Valor médio de subsídios de desemprego			Valor médio de subsídios de doença	Número médio de dias de subsídios de desemprego			Número médio de dias de subsídios de doença
	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência	HM	H	M		HM	H	M	
	€							dias				
Portugal	5 436	4 702	6 289	3 242	2 949	3 145	2 791	902	172	170	173	53
Contínente	5 465	4 682	6 314	3 259	2 956	3 160	2 795	891	170	168	172	52
A. M. Lisboa	7 014	5 371	8 098	4 093	3 476	3 655	3 331	1 029	183	178	187	51
Alcochete	6 172	6 085	7 089	3 549	3 318	3 679	3 025	1 635	170	168	171	80
Almada	6 551	4 724	7 538	4 013	3 440	3 664	3 263	1 013	189	185	191	52
Amadora	6 573	5 135	7 521	3 931	3 284	3 401	3 190	787	180	174	185	44
Barreiro	6 661	5 961	7 577	4 115	3 054	3 170	2 944	1 222	170	161	179	60
Cascais	8 043	5 735	9 243	4 604	4 035	4 329	3 805	1 010	197	197	196	43
Lisboa	7 600	5 247	8 803	4 508	3 940	4 060	3 835	938	193	189	196	42
Loures	6 899	5 545	7 962	3 942	3 436	3 487	3 396	886	189	181	195	48
Mafra	6 116	5 806	7 110	3 443	3 646	4 104	3 331	1 161	188	194	185	59
Moita	6 027	5 735	6 946	3 655	2 894	3 037	2 758	1 521	166	159	173	77
Montijo	5 388	4 668	6 256	3 169	3 066	3 247	2 927	1 565	174	173	175	85
Odivelas	6 663	5 433	7 613	3 767	3 321	3 522	3 164	829	184	179	187	45
Oeiras	8 720	5 910	9 990	4 878	4 205	4 535	3 952	971	194	196	192	41
Palmela	5 958	5 243	6 911	3 344	2 989	3 218	2 826	1 627	164	156	170	77
Seixal	6 494	5 170	7 405	3 783	3 312	3 498	3 162	1 048	181	174	187	55
Sesimbra	6 290	4 851	7 371	3 488	3 188	3 293	3 102	1 204	176	160	189	63
Setúbal	6 568	5 051	7 618	3 857	2 934	3 107	2 775	1 649	159	150	167	76
Sintra	6 740	5 501	7 801	3 881	3 326	3 528	3 175	851	183	180	186	47
Vila Franca de Xira	6 837	5 588	7 930	3 944	3 320	3 470	3 201	994	177	167	185	52

€				days					
Total	Disability	Old age	Survival	MF	M	F	MF	M	F
Annual mean value of pensions				Mean value of unemployment benefits			Mean value of sickness benefits		
				Mean number of days of unemployment benefits			Mean number of days of sickness benefits		

© INE, I.P., Portugal, 2019. Informação disponível até 15 de outubro de 2019. Information available till 15th October, 2019.

Quadro 13. Indicadores de prestações sociais da Segurança Social, por município
Fonte: Anuário Estatístico Área Metropolitana de Lisboa, 2019

BENEFICIÁRIAS/OS DE SUBSÍDIOS DE DESEMPREGO DA SEGURANÇA SOCIAL POR MUNICÍPIO, SEGUNDO O SEXO E A IDADE, 2018

RECIPIENTS OF UNEMPLOYMENT BENEFITS OF SOCIAL SECURITY BY MUNICIPALITY ACCORDING TO SEX AND AGE, 2018

11.6.4	Unidade: N.º	Sexo					Idade					
		Total	H		M		Menos de 25 anos	25-29 anos	30-39 anos	40-49 anos	50-54 anos	55 e mais anos
			Total	Novos beneficiários	Total	Novas beneficiárias						
			Sex		Sex							
Portugal	367 519	164 264	70 943	203 255	90 817	18 549	38 617	86 492	90 888	41 947	91 026	
Continente	343 562	151 768	66 300	191 794	85 865	17 159	35 526	80 234	84 941	39 018	86 684	
A. M. Lisboa	92 559	41 365	18 171	51 194	22 280	4 178	9 585	22 092	24 471	10 291	21 942	
Alcochete	617	276	143	341	125	33	55	151	187	74	117	
Almada	5 846	2 582	1 103	3 264	1 418	262	596	1 440	1 527	624	1 397	
Amadora	5 448	2 436	1 054	3 012	1 290	242	692	1 338	1 278	577	1 321	
Barreiro	2 967	1 440	683	1 527	701	140	331	689	797	282	728	
Cascais	6 275	2 755	1 079	3 520	1 409	219	519	1 305	1 808	761	1 663	
Lisboa	14 900	6 977	2 950	7 923	3 312	498	1 420	3 846	3 865	1 722	3 549	
Loures	6 688	2 889	1 305	3 799	1 744	340	744	1 593	1 651	703	1 657	
Mafra	2 172	884	365	1 288	526	78	197	494	682	272	449	
Moita	2 864	1 403	654	1 461	672	161	310	716	725	294	658	
Montijo	2 084	906	389	1 178	539	131	234	519	576	224	400	
Odivelas	4 478	1 967	874	2 511	1 122	240	523	1 132	1 122	453	1 008	
Oeiras	4 816	2 088	843	2 728	1 104	142	376	1 065	1 426	554	1 253	
Palmela	2 511	1 043	500	1 468	667	125	221	584	687	273	621	
Seixal	5 708	2 551	1 138	3 157	1 420	257	579	1 381	1 505	626	1 360	
Sesimbra	1 816	818	379	998	428	77	169	488	501	193	388	
Setúbal	5 173	2 491	1 280	2 682	1 241	257	553	1 227	1 420	528	1 188	
Sintra	12 900	5 517	2 365	7 383	3 190	686	1 494	2 873	3 359	1 554	2 934	
Vila Franca de Xira	5 296	2 342	1 067	2 954	1 372	290	572	1 251	1 355	577	1 251	

Unit. No.	Total	Sex		Age							
		Total	New recipients	Total	New recipients	Under 25 years	25-29 years	30-39 years	40-49 years	50-54 years	55 years and over
		M		F							
		Sex		Age							

© INE, I.P., Portugal, 2019. Informação disponível até 15 de outubro de 2019. Information available till 15th October, 2019.

Quadro 14. Beneficiários de subsídio de desemprego da Segurança Social, por município
Fonte: Anuário Estatístico Área Metropolitana de Lisboa, 2019

PERÍODOS	TOTAIS	P/ARRENDAMENTO	P/VENDA	HABITAÇÃO JOVEM
DE 1943 A 1985	417	417	0	0
DE 1986 A 1993	1.569	1.155	414	0
DE 1994 A 2004	3.456	2.712	744	0
De 2005 a 2018	241	124	76	41

Quadro 15. Políticas de habitação social no Concelho de Oeiras, 1943-2018
Fonte: Plano Municipal de Habitação de Oeiras 20|30

QUADRO DE TIPOLOGIAS		
	UNIDADES	ÁREA BRUTA (M2)
T1	40	61
T2	220	85
T3	58	98
T4	82	114

Quadro 16. Quadro de Tipologias

Fonte: Laveiras-Caxias 400 Fogos - Candidatura ao Prémio I.N.H./91

Locais de Origem	Nº de Famílias	%
Quinta do Balteiro	70	23,6
Quinta da Graça	21	7,1
Bairro do Olival	20	6,8
Junça	13	4,4
Pedreira Italiana	13	4,4
Estrada da Rocha	12	4,1
Beco dos Pombais	12	4,1
Alto de Santa Catarina	9	3
Estrada da Circunvalação	9	3
Pedreira das Perdigueiras	9	3
Linda-a-Pastora	8	2,7
Outros	100	33,8
Total	296	100

Quadro 17. Principais núcleos de origem das famílias realojadas

Fonte: Elaboração própria. Realojamento no Concelho de Oeiras - Um estudo sociológico

	FOGOS	LOGRADOUROS	TOTAL
Concurso "Público"	82	62	62 c/ Logradouro
			20 s/ Logradouro
Valor total venda	419.430 (contos)	68.870 (contos)	488.300 (contos)
	2.092.108,02€	343.522,11€	2.435.630,13€
Concurso "Funcionários"	18	18	18 c/ Logradouro
Valor total venda	92.070 (contos)	5.030 (contos)	97.100 (contos)
	459.243,22€	25.089,53€	484.332,76€
Não concursado	4	4	4 c/ Logradouro
Valor total venda	20.460 (contos)	7.940 (contos)	28.400 (contos)
	102.054,05€	39.604,55€	414.658,60€
TOTAL	104	84	84 c/ Logradouro
			20 s/ Logradouro
Valor total venda	531.960 (contos)	81.840 (contos)	613.800 (contos)
	2.653.405,29€	408.216,20€	3.061.621,49€

Quadro 18. Programa de Venda - valores de venda

Fonte: Elaboração própria. Programa Laveiras/ Caxias - 104 Fogos - Fixação dos valores de venda (documento recapitulativo). Câmara Municipal de Oeiras

Avaliação da casa actual	Condições da casa							
	Conforto		Saúde		Quartos		Despesas	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Pior	9	7.8	21	18.1	18	15.5	77	66.4
Na mesma	8	6.9	31	26.7	19	16.4	19	16.4
Melhor	99	85.3	64	55.2	79	68.1	20	17.2
Total	116	100	116	100	116	100	116	100

Quadro 19. Avaliação das condições da casa atual

Fonte: Realojamento e Mudança Social – Inquérito Sociológico. SOCINOVA – Universidade Nova de Lisboa

Idade	Entrevistado	Frequência
Até 40 anos	E7; E16	2
Dos 41 aos 64 anos	E2; E3; E4; E5; E6; E9; E11;	7
65 anos ou mais	E1; E8; E10; E12; E13; E14; E15	7

Quadro 20. Escalões Etários

Fonte: Elaboração própria. Resultados das entrevistas

LOCAL DE ORIGEM	
LOCAL DE ORIGEM	FREQUÊNCIA
Portugal	8
Cabo Verde	5
Angola	2
Timor-Leste	1

Quadro 21. Local de Origem

Fonte: Elaboração própria. Resultados das entrevistas

ANEXO F - GRÁFICOS

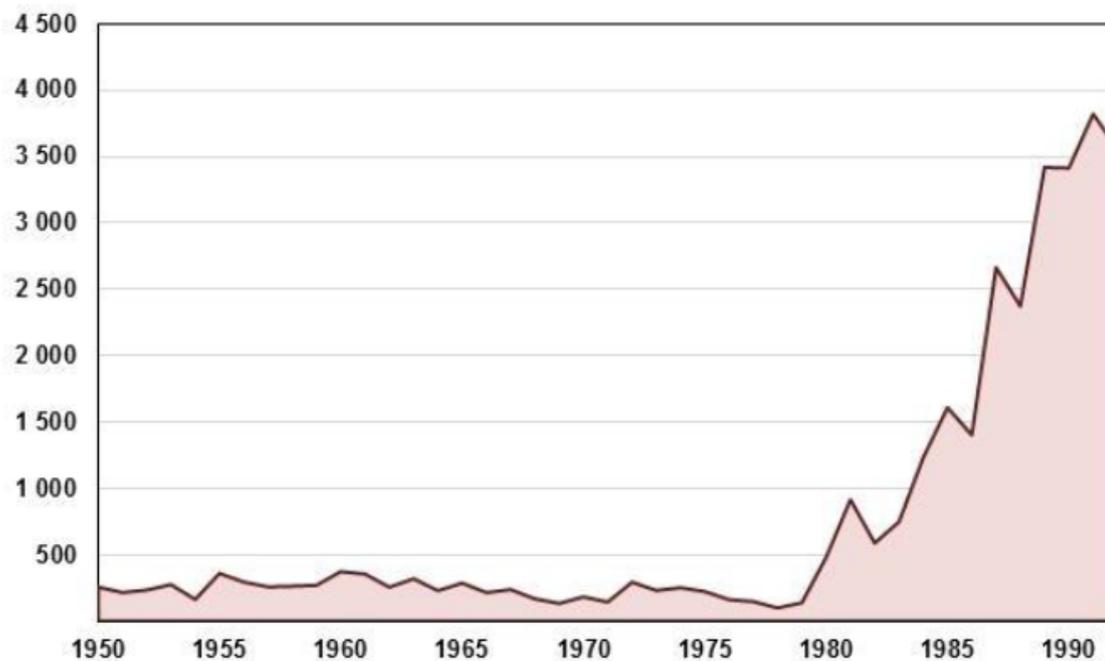


Gráfico 1. Fogos construídos pelo Sector Cooperativo (1952-1992)

Fonte: Cadernos do Observatório – Finança e habitação em Portugal

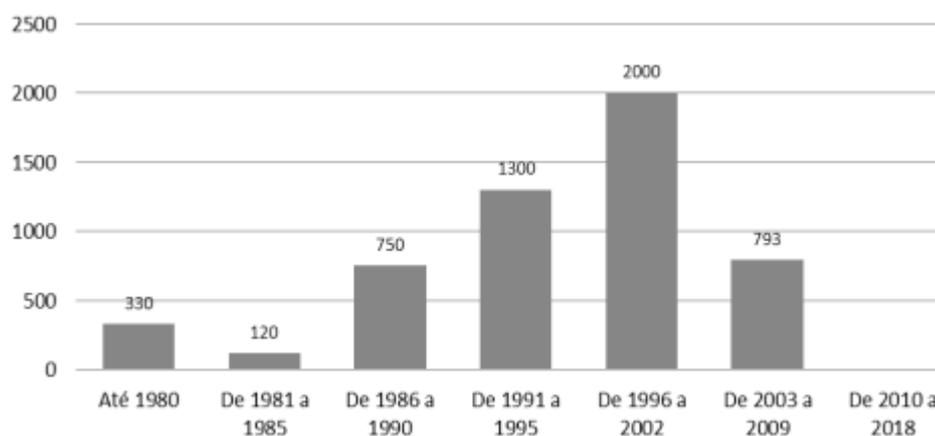


Gráfico 2. Construção de fogos de habitação social por período

Fonte: Plano Municipal de Habitação de Oeiras 20|30